

TÉRMO DE JUNTADA

De ordem do Sr. Presidente, juntei, nesta data, os documentos que fazem parte da defesa dos Senhores DUCASTEL GUTERRES, WALMOR TONIAL e JOÃO BATISTA TONIAL, que ficam fazendo parte integrante dos presentes autos constantes das fls. 6737 a 6869, vol. XXX. E, para constar, lavrei e assino o presente termo. Rio de Janeiro 27 de maio de 1968.

Beatriz Gómini de Almeida  
Secretaria da CI.

Campo Grande, 8 de maio de 1.968

Ilmo.Sr.

Dr.JADER FIGUEIREDO CORREIA

RIO DE JANEIRO - GUANABARA

6738  
BGA

Prezado Senhor:

Pela presente, encaminho a V.Ex<sup>a</sup>, em anexo, a minha defesa em relação à acusação que me é feita nos autos do processo administrativo instaurado para a purar irregularidades no S.P.I., presidido por V.Ex<sup>a</sup>.

Solicitando dê V.Ex<sup>a</sup> a tramitação processual necessária à peça ora enviada, subscrevo-me,

Atenciosamente,

  
Ducastel Gutterrez

EXMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO:

DUCASTEL GUTTERREZ, brasileiro, casado, funcionário público federal lotado na 5ª Inspetoria Regional, matrícula nº 2091460 como motorista, residente e domiciliado na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, vem, mui respeitosa-mente, nos autos do processo administrativo instaurado para apuração de irregularidades no SPI, expôr o que se segue, no que se refere às absurdas acusações formuladas à sua pessoa. Assim, com a devida vênia,

- a) - QUANTO À PRETENSA CO-PARTICIPAÇÃO NA MORTE DE PRIMITIVO COUTO E APROPRIAÇÃO DE SEUS OBJETOS.

Completa e totalmente esdrúxula e ridícula é a acusação que lhe atribui o sr. MANOEL A. COSTA FILHO, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito. Aliás, lendo-se atentamente o que afirmou o referido cidadão sobre o fato, em que procura envolver o peticionário com afirmações levianas, vamos verificar que inobstante a indisfarçável tendenciosidade de suas palavras, ainda assim não articulou acusação expressa ao requerente, eis que na realidade jamais poderia fazê-lo. Efetivamente, o suplicante NENHUMA RESPONSABILIDADE OU PARCELA DE RESPONSABILIDADE TEM COM A MORTE DO INDITOSO PRIMITIVO COUTO E EM TEMPO ALGUM RECEPTOU OBJETOS A ESTE PERTENCENTES.

Para bem esclarecer os fatos e com a devida permissão dos ínclitos componentes da Comissão de Inquérito, vamos fazer o retrospecto dos acontecimentos que culminaram com o trucidamento do cidadão acima mencionado. E citando as pessoas envolvidas, "dando nome aos bois", doa a quem doer, eis que o peticionário não pode permanecer mudo a respeito dos fatos nos quais se vê INJUSTAMENTE envolvido, seja pela ignorância da verdade ou má fé, de quem lhe acusa.

O suplicante, nos idos do mês de novembro de 1962, juntamente com sua família, estava lotado no Posto

(continua)



Presidente Alves de Barros, localizado na Serra da Bodoquena, onde residia e para onde fôra transferido desde setembro daquele / ano por ordem do então Chefe da 5ª Inspetoria, sr. José Fernando Cruz.

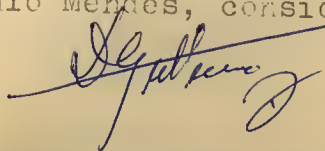
Em determinado dia daquela mês e ano, se-  
ria dia 22 ou 23, salvo engano, apareceu no seu Pôsto o servidor Ismael Bento Medina, lotado no Pôsto de Nalique e distante dali /  
cêrca de 18 quilômetros, com o recado de que o Chefe José Fernan-  
do Cruz lá estava e que o chamava com urgência.

Imediatamente o peticionário se trans-  
portou até ao Pôsto de Nalique, em obediência à determinação do  
superior hierárquico. Ali chegando, após longa caminhada a ca-  
valo, deparou com o então Chefe da 5ª Inspetoria, José Fernando  
Cruz, em companhia do Major médico José Vieira dos Reis, este /  
recém nomeado funcionário do SPI.

Após os cumprimentos de praxe, José /  
Fernando Cruz disse-lhe que desejava ir até o Pôsto do suplican-  
te, causando-lhe isso estranheza, pois se isso queria era só a-  
companhar o funcionário Ismael Bento Medina. Já nessa altura, o  
peticionário desconfiou ligeiramente da normalidade mental da /  
quele que exercia as funções de Chefe da 5ª Inspetoria. Essa /  
convicção se acentuou mais ainda com o passar das horas, atra-  
vés de fatos que julgamos escusado mencionar. Todavia, não po-  
demos silenciar sobre o que sucedeu no trajeto entre o Pôsto de  
Nalique e o Pôsto sob a responsabilidade do suplicante. Nessa /  
viagem, além do Chefe da 5ª Inspetoria que se fazia acompanhar  
do citado Major médico José Vieira dos Reis, ia o suplicante e  
mais o índio de nome Severiano Maquechua. Durante a viagem, Jo-  
sé Fernando Cruz não dissimulava sua "maluquice", eis que ia /  
brincando com sua pistola calibre 22, dando tiros a êsmo e pro-  
curando assustar os cavalos dos sua acompanhantes.

Chegando ao Pôsto Presidente Alves de  
Barros ao clarear do dia, logo após começaram os índios da al-  
déia a afluir ao Pôsto. José Fernando Cruz, aboletado na rêde,  
passou a conversar com os índios, enquanto o Major Vasco, digo, /  
José Vieira dos Reis fôra ao pomar para apanhar laranjas.

O peticionário percebeu que José Fernan-  
do Cruz passou a instigar os índios que o rodeavam, dizendo-lhes  
que êles, índios ali presentes, não eram como aqueles guerrei-  
ros destemidos e valentes que a historia contava; enfim, que os  
índios dali eram "vagabundos", "covardes", etc. Diante disso, o  
índio de nome Antônio Mendes, considerado o mais valente da tri





bu e por isso mesmo respeitado pelos demais, interpelou José / Fernando Cruz nos seguintes termos - "porque Chefe, o senhor / diz isso?" E rematando a longa série de adjetivos e expressões com que mexia com os brios daquelas criaturas, e já conseguindo enervar os índios, José Fernando Cruz asseverou ao índio Antônio Mendes e ao capitão dos índios da aldeia, João Príncipe da Silva, assim chamado, que ele, Fernando, Chefe de todos, por sua / ordem, a partir daquele momento, mudava o nome de ambos, respectivamente, para Antônia Mendes e Joana Príncipe da Silva e que eles passariam a vestir saias.

O índio Antônio Mendes, trocando idéias com os demais na língua deles, voltando-se para Fernando, demonstrando raiva, interpelou novamente a este e pedindo os motivos / pelos quais assim os tratava. Fernando então lhes responde: "por que vocês deixaram que suas terras fossem invadidas pelo "MANEQUINHO" (este é o apelido do deponente Manoel A. Costa Filho), que botou gente dele nos terrenos dos índios?"

Antônio Mendes então redarguiu: "é por que não temos ordens para expulsar os intrusos", "dê-nos ordens que vamos mostrar". Fernando Cruz, visando agular mais os índios lhes dizia: "que nada, vocês não prestam, vocês não são de nada".

Pediram então os índios a ordem dele, / Chefe, para demonstrar que este estava enganado. José Fernando Cruz deu-lhes a ordem, dizendo aos mesmos: "para acreditar em vocês, só se trouxerem a orelha de um", "e vocês devem queimar os ranchos de lá para cá, e só não matem crianças".

Nessa oportunidade, aterrava um avião / "Bonanza" pilotado pelo cidadão conhecido por Soter, no qual embarcaram José Fernando da Cruz e Major Reis, mantendo a ordem da da.

O suplicante, estarrecido com o diálogo que presenciara, procurou o índio Antônio Mendes e lhe disse QUE NÃO FIZESSEM AQUILO QUE O CHEFE TINHA DITO, porque não estava certo e era um crime gravíssimo, respondendo-lhe Antônio Mendes e outros que o "Chefe mandara e eles iriam cumprir a ordem". O suplicante, diante da inutilidade de suas palavras para fazê-los recuar, usou<sup>se</sup> todos os recursos ao seu alcance, tendo inclusive mandado um índio de confiança para que alcançasse os índios que logo após abandonaram o local, e fizesse-lhes ver que não podiam levar a cabo aquela ordem absurda e criminosa. Inclusive, pediu-lhes que dessem prazo aos intrusos, mas nunca chegassem ao uso da violência determinada pelo Chefe.

*Deputado*

Debalde foram os palavras do peticionário, e logo depois tomou conhecimento da chacina de que foi vítima Primitivo Couto, pessoa desconhecida do suplicante que sequer conhecia o local onde aquêle tinha seu rancho, bem distante que era do Pôsto Presidente Alves de Barros.

De se notar ainda que por estar em local isolado, distante bastante do próximo cêntro civilizado (A uida uana), o suplicante não teve tempo sequer de avisar a autoridade policial, eis que os fatos se precipitaram rapidamente.

Por êsse relato singelo dos acontecimentos que precederam o trágico evento, - relato êsse que DESCREVE A PENAS A REALIDADE, A VERDADE -, verifica-se que o suplicante não/pode ser acusado de nada, e se o foi pelo sr. Manoel A. Costa Filho, vulgo "Manequinho", decorreu do desconhecimento e insciência dos fatos ou por má fé, como foi aduzido em linhas atrás.

Grossa infâmia encerra ainda a acusação dêsse cidadão quando afirmou que o suplicante tinha em seu poder objetos pertencentes à vítima do trucidamento, cujo único responsável está patente através do que foi exposto até agora.

Após o trágico acontecimento acima narrado, os parentes do morto e outras pessoas, dominados por justa revolta, ameaçaram invadir o Pôsto para vingar o falecido, ameaça / que se estendia à própria pessoa do suplicante que lá vivia com / sua família, uma vez que o julgavam partícipe da chacina (quando / na realidade o peticionário tudo fêz para evitar a concretização daquela criminosa ordem), e então durante algum tempo esteve um destacamento policial no Pôsto, para garantir a ordem.

O PETICIONÁRIO, ainda com relação a outras acusações, VERDADEIRAMENTE CALUNIOSAS, que lhe assaca o sr. Costa Filho, como a de corrupção ativa e maus tratos a índios, / vem EM ALTO E BOM SOM, REPÊLIR a maldosa e injustíssima imputação que lhe faz o gratuito acusador.

Nobres e ilustres integrantes da Comissão de Inquérito: os fatos estão acima expostos e o suplicante citou nominalmente as pessoas que têm ciência dos acontecimentos / relacionados com a assassinato de Primitivo Couto. Para a total e perfeita apuração da verdade, insta que sejam inquiridas essas pessoas. À guisa de colaboração, sugerimos ainda seja ouvido o Cel. Benedito Campos Couto, que na época exercia as funções de / Delegado Especial do Sul do Estado e ao qual esteve afeto a in-

*Deputado*



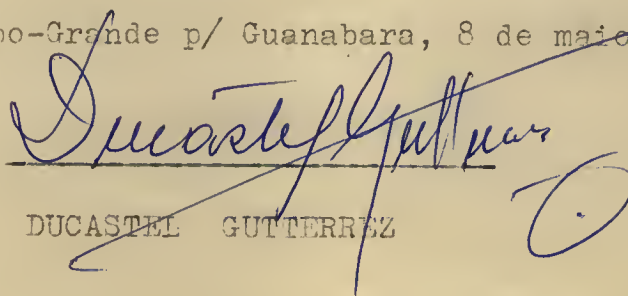
quérito policial que apurou os fatos.

O suplicante, embora humilde funcionário, e tendo sempre pautado sua vida privada e funcional dentro dos princípios que informam a conduta dos homens de bem, tem a consciência tranquila de que NENHUMA FALTA COMETEU e muito menos crime capitulado em nossas leis penais.

Para melhor elucidação dos fatos, coloca-se à disposição da douta Comissão e tem interêsse no prosseguimento das investigações a fim de que cessem por completo as suspeitas que pairam sobre sua conduta reta e irreprochável que sempre manteve ao longo de sua vida funcional.

FIAT JUSTITIA PEREAT MUNDUS !

De Campo-Grande p/ Guanabara, 8 de maio de 1968

  
DUCASTEL GUTTERREZ



6744  
B/6

Ao

Sr. Presidente da Comissão de Inquérito,

Instaurada para apurar irregularidades no extinto SPI.

WALMOR TONIAL e JOÃO BATISTA TONIAL, ambos brasileiros, casados, industriais, residentes e domiciliados na cidade de Xanxerê, estado de Santa Catarina, tendo em vista o edital, publicado na Imprensa - Diário - Oficial - de 10 do corrente, respeitosamente vem dizer e requerer a V.S. o seguinte:

I.- PRELIMINARMENTE:

- Não são funcionários públicos:

1.- O edital de citação convoca os Requerentes para comparecerem, na cidade do Rio de Janeiro, estado da Guanabara, para apresentarem, no prazo de 15 dias, defesa escrita, no inquérito citado.

Fundamenta a citação no artigo 222, § 2º, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

2.- Nenhum dos dois citados, entretanto, são funcionários públicos. Não estão, pois, sujeitos ao Estatuto dos Funcionários...

II.- NO MERITO:

1.- Os requerentes tiveram, apenas, um contato com o extinto Serviço de Proteção aos Índios. E este aconteceu, no ano de 1.964, quando o então SPI colocou à venda a quantia de 10.000 pinheiros.

2.- Estes pinheiros foram oferecidos ao público, através do Edital 1/64, publicado na Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina e afixado em várias repartições públicas da cidade de Xanxerê;

2.- A concorrência que foi pública e realizada na data determinada, teve a participação - de diversas firmas, foi vencida pela João B. Tonial & Filhos.

3.- Vencida a concorrência, foi lavrado o contrato entre o Serviço de Proteção aos Índios e a firma vencedora, com observância de todas as cláusulas impostas no edital de concorrência.

O contrato foi lavrado em 4 de novembro de 1.964, assinando-o, em nome da firma vencedora, o sr. Walmor Tonial.

Com relação ao Serviço de Proteção aos Índios, este foi o único ato praticado pelo sr. Walmor - Tonial: assinou com o SPI um contrato de compra de -- pinheiros, adquiridos em concorrência pública.

A compra e venda foi registrada em Títulos e Documentos, na comarca de Curitiba, em 28 de dezembro de 1.964, tendo sido protocolada sob o nº 1.489.

4.- A venda dos pinheiros, feita em concorrência pública, com editais amplamente divulgados, estava devidamente autorizada pelo então Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Major Aviador - Luiz Vinhas Neves, através da "Ordem de Serviço" nº 100 de 24 de agosto de 1.964.

5.- O contrato de compra e venda autorizava ao adquirente transferir a terceiros, com concordância do Serviço, parte dos pinheiros comprados.

Foi o que fez a firma João B. Tonial & Filhos, devidamente autorizada, pela "Ordem de Serviço" - nº 5, de 15 de fevereiro de 1.965.

6.- Os pagamentos das parcelas que integravam o preço foram feitos, sempre, com regularidade, havendo até, com relação ao contrato, antecipação.

Segundo o próprio extrato de conta correntes, oferecido pelo, então, SPI, faltaria, apenas, com relação ao total da transação, a quantia de Cr.\$ ..... \$ 14.145,83.



6746  
216

7.- Se, como se afirmou, falta, ainda, parte do pagamento, por outro lado, falta, também, o Serviço de Proteção aos Índios entregar a quantia de 340 (trezentos e quarenta) pinheiros, objeto da transação.

8.- Além de constituir um direito à firma J. B. Tonial & Filhos de não efetuar o pagamento da última parcela, enquanto não receber o restante da mercadoria adquirida, o próprio SPI condicionou o pagamento à entrega, através de compromisso o feito pela Delegacia de Curitiba, documento este em poder da firma.

9.- Desta forma, João B. Tonial, com relação a irregularidades no extinto Serviço de Proteção aos Índios, tem, apenas, nome identico ao da firma João B. Tonial & Filhos, que ganhou um concorrência pública.

Walmor Tonial, como já se destacou, foi quem assinou o contrato de compra destes pinheiros.-

10.- Quanto a quantia de pinheiros adquirida, segundo a própria contagem, feita pelas diversas comissões organizadas pelo SPI, não foram sequer abatidos todos os pinheiros, objeto da transação.

Não tendo, pois, praticado qualquer ação dolosa, ignoram até porque motivos estejam sendo citados para prestarem esclarecimentos, fazerem defesa escrita.

Na forma do próprio edital de citação, pedem-lhe sejam dado vistas do processo.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 1.968.

DEMA NO TABELIÃO  
CUNHA RIBEIRO  
AV. OCEANO ARANHA, 342  
CET. DA GUANABARA

FIRMA  
Tabelião Penafiel  
Av. Rio Branco, 120 - sobrelaje  
RIO

João B. Tonial Walmor Tonial  
João Batista Tonial Walmor Tonial  
Reconheço verdadeira(s) a(s) firma(s) supra(s) de  
João B. Tonial e Walmor Tonial e donos  
Em test. recolo. 168 da verdade  
Xanxerê, 24 de maio de 68  
Marcelino A. Bortoluzzi  
— Tabelião —





6747  
1964  
1

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
Serviço de Proteção aos Índios

ORDEN DE SERVIÇO INTERNA Nº 100

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso das atribuições que lhe confere a Lei vigente,

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, item 6, do Regulamento do S.P.I., aprovado pelo Decreto nº 52 668, de 11 de outubro de 1963,

D E S I G N A o Inspetor de Índios, P.I 801-14B .. ALISIO DE CARVALHO, Chefe da 7ª Inspetoria Regional, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, para, em comissão a ser designada pelo referido Chefe, proceder a venda ou industrialização de madeiras dos Postos Indígenas subordinados à mesma I.R., inclusive assinar os respectivos contratos e demais expedientes necessários, obedecidas as normas e exigências estabelecidas no Regulamento do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, aprovado pelo Decreto nº 52 442, de 10 de setembro de 1963 e o Código de Contabilidade da União.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Brasília, 24 de agosto de 1964

*Luís Vinhas Neves*  
Cap Av Luís Vinhas Neves,  
Diretor do S.P.I.



6448  
2

CONTRATO particular de compra e venda de pinheiros que entre si fazem, de um lado, como vendedor, o Serviço de Proteção aos Índios - 7ª. Inspetoria Regional, com sede nesta cidade, representado neste ato pelo Inspetor de Índios, nº 1-801-14B, ALISIO DE CARVALHO, Chefe daquela Inspetoria, e a comissão constituída pelos Srs. ITALO SAMPAIO, ARTHUR SANTOS e SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, tudo de acordo com a Ordem de Serviço Interna nº100, expedida pelo Serviço de Proteção aos Índios - Ministério da Agricultura - em Brasília, no dia 24 de Agosto de 1.964, e assinada pelo Cap AV LUIZ VINHAS NEVES, Diretor daquele Serviço, e de outro lado, como compradores, e vendedores de concorrência pública premevida pelo vendedor, conforme edital nº1-1964, a firma JOÃO B. TONIAL & FILHOS, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, representado neste ato por seu sócio, WALMOR TONIAL, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado naquela cidade. O vendedor na qualidade de senhor e legítimo possuidor, livre e desembaraçado de quaisquer ônus ou dúvidas, judiciais ou extra-judiciais, de DEZ MIL (10.000) pinheiros, com diâmetro de 0,50 (CINQUENTA) centímetros para cima, ainda não demarcados, todos localizados na área do Posto Indígena "DR. SELISTRE DE CAMPOS", situado no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, e assim como possui, as descritas pinheiros, vêm, pelo presente contrato e no melhor forma de direito, vendê-los, como de fato e na verdade vendidos os têm, a compradores, a firma JOÃO B. TONIAL & FILHOS, mediante as cláusulas e condições seguintes: PRIMEIRA) - A firma compradora deverá iniciar a retirada dos pinheiros dentro do prazo de dez (10) dias, a contar desta data; SEGUNDA) - O prazo para a retirada total dos dez mil (10.000) pinheiros objeto do presente contrato, será no máximo de trinta e seis (36) meses, a contar também desta data; TERCEIRA) - O preço ajustado e de acordo com a proposta feita pelo comprador, naquela concorrência pública, será de Cr\$12.125,00 (doze mil, cento e vinte e cinco cruzeiros) por unidade de pinheiro de corte, aproveitável, com o diâmetro de 0,50 (cinquenta) centímetros para cima, medidas na altura usual de tronco de árvore, efetuando neste ato o comprador diretamente o Chefe do 7ª. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, por intermédio de cheque nº 773.913 emitido contra o BANCO DO BRASIL S.A., Agência desta praça, o pagamento de parcela correspondente a 30% (trinta por cento) do valor global do primeiro lote correspondente a 5.000 (cinco mil) pinheiros, devendo os pagamentos subsequentes serem precedidos dentro do prazo estipulado para a retirada deste primeiro lote; idêntica modalidade será observada no pagamento relativo ao segundo lote, constituindo esta condição elemento para esteja. QUARTA) - A firma compradora fica com a obrigação -



de replantio na base de três mudas por cada árvore que for -  
abatida, ficando sujeito à fiscalização que será efetuada por  
funcionários credenciados pelo Chefe de 7ª. Inspetoria Regional  
de Serviço de Proteção aos Índios. QUINTA) - A firma compradora  
será responsável por qualquer dano, que em virtude da execução  
dos trabalhos de retirada dos pinheiros, for causado a terceiros,  
não só a propriedades como a pessoas. SEXTA) - Os diversos  
trabalhos e despesas consequentes da retirada dos pinheiros -  
correrão por conta exclusiva da firma compradora, não cabendo  
ênua alguma ao Serviço de Proteção aos Índios. SÉTIMA) - A firma  
compradora se obriga, por si e por seus prepostos, a respeitar  
todas as ordens emanadas do Serviço de Proteção aos Índios e  
da legislação que o rege. OITAVA) - A firma compradora terá pu-  
blicar por sua conta no órgão oficial que lhe for indicado -  
pelo Serviço de Proteção aos Índios, no prazo previsto na Lei  
vigente, o texto integral do contrato ora efetuado. NONA) - A  
firma compradora, fica desde já investida nos seguintes direi-  
tos: a) - Livre acesso ao imóvel, no local onde se encontra as  
árvores vendidas; b) - Abrir cercadões, entradas ou outras vias  
de acesso, para a extração das toras; c) - Utilizar árvores que  
não são de lei, para construir esteiras, pontes, pontilhões  
necessários ao desenvolvimento das operações de corte, repore  
e extração dos pinheiros vendidos, independente de indenização  
ou outros pagamentos; d) - Conservar no imóvel animais, maquinários  
e demais pertences necessários à extração e industrialização  
dos pinheiros, podendo a compradora, findo o prazo contratual,  
retirar os animais e maquinários de sua propriedade, ficando  
porém para o Serviço de Proteção aos Índios, as edificações,  
cercados, petrechos e demais benfeitorias que fizer no terreno  
de área indígena; DÉCIMA) - A firma compradora poderá usar, gozar  
e livremente dispor como seus que ficar sendo os pinheiros obje-  
tos deste contrato, prometendo o vendedor fazer esta venda -  
boa, firme e valiosa e isento de dúvidas; DÉCIMA PRIMEIRA) - Será  
aplicada a multa de Cr\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL CRUZEIROS),  
por infração a qualquer das cláusulas contratuais, debrando-se  
este multa em caso de reincidência; DÉCIMA SEGUNDA) - Todas as  
multas deste contrato serão aplicadas pelo Chefe de 7ª. Ins-  
petoria Regional de Serviço de Proteção aos Índios, cabendo -  
recorrer ao Sr. Diretor do supracitado Serviço; DÉCIMA TERCEIRA) -  
A rescisão do contrato com a consequente perda de pleno direi-  
to de ação ou interposição judicial terá lugar quando: a) - A  
firma compradora faltar, entrar em concordata ou se dissolver;  
b) - Transferir ao seu todo ou em parte o contrato sem prévia  
anuência do Chefe de 7ª. Inspetoria Regional de Serviço de -  
Proteção aos Índios; c) - se verificar o inadimplimento de qualquer  
das condições do presente contrato; DÉCIMA QUARTA) - É facultada  
ao Chefe de 7ª. Inspetoria Regional de Serviço de Proteção aos  
Índios alterar, editar ou rescindir o contrato para extração das



6749  
B70

pinheiras de que trata este contrato, quer por notificação de -  
ordem administrativa, quer por medida de ordem econômica, não  
cabendo a firma compradora directo e processos contra o Serviço  
de Protecção aos Indios; DÉCIMA QUINTA) - A firma compradora  
manterá no local dos trabalhos um representante, devidamente  
credenciado, com quem a fiscalização do vendedor possa se enten-  
der; DÉCIMA SEXTA) - A firma compradora, o titular do chefe de  
7a. Inspeccão Regional do Serviço de Protecção aos Indios, digo,  
aos Indios e sem nenhum ônus para esta Repartição, poderá inste-  
lar serrarias dentro da área da Pósta Indígena "Dr. Sciliar -  
de Campos", podendo retirá-las quando findar o presente contrá-  
to; DÉCIMA OITAVA) ,digo, DÉCIMA SETIMA) - Constituem também, obje-  
tos do presente contrato as pinheiras atingidas por incêndios,  
cuja extração é prioritária; DÉCIMA OITAVA) - A extração das -  
dez mil (10.000) pinheiras objetos deste contrato, serão feitas  
em dois lotes de cinco mil (5.000), cada um, sendo que trinta  
por cento (30%) do valor global do primeiro lote de 5.000 (cinco  
mil), o pagamento é feito pelo cheque citado na cláusula tercei-  
ra deste contrato, e o restante em três prestações, de igual -  
valor, de seis em seis meses, a partir desta data, identico -  
modalidade será observada no pagamento do segundo lote; DÉCIMA  
NONA) - As despesas correspondente ao Imposto de selo propor-  
cional devido sobre o valor do presente contrato correrão por con-  
ta da firma compradora (arts. 22, § 3º, das Normas Gerais de -  
Decreto nº 45.421, de 12-2-59). VIGÉSSIMA) - Ficam integrando as  
demais condições, perenture, omissoes neste contrato, as que  
constam do Edital de Concurrença Pública acima referida, con-  
forme preceitos e condições 17a. do mesmo Edital. E por estarem  
justas e contrahentes assinam o presente em três vias de igual  
teor, na presença dos testemunhas abaixo assinadas. -

Curitiba, 4 de Novembro de 1.964



*Alisio de Carvalho*  
ALÍSIO DE CARVALHO

*Italo Sampaio*  
ITALO SAMPAIO

*Arthur Santos*  
ARTHUR SANTOS

*Serastiao Lucena da Silva*  
SERASTIAO LUCENA DA SILVA

TESTEMUNHAS:

*Alisio de Carvalho*  
*Walmor Tonial*

WALMOR TONIAL

3. TABELIAO

JOSE AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Na primeira via do presente reco-  
nheci a firma Sampaio (mod. 17)  
indicada

em 5 de novembro de 1964



# REGISTRO DE TÍTULOS

5.º OFÍCIO - CURITIBA - PARANÁ

Apresentado nesta data sob número

1489 do protocolo = R =

Curitiba, 28 de Dezembro de 1964

# REGISTRO DE TÍTULOS

5.º OFÍCIO - CURITIBA - PARANÁ

Registrado nesta data sob número

654 do L. 73 de Reg. Inf.

Curitiba, 28 de Dezembro de 1964

OFICIAL

- CUSTAS -

Reg. C\$ 9.600,00

Av. C\$

Adm. C\$

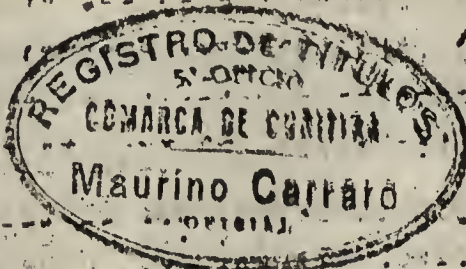
Sel. Fed. C\$

Apos. C\$

Tota. C\$

50,00

9.650,00





JOÃO B. TONIAL & FILHOS  
MADEIRAS

Rua: Cel Passos Maia, 346 -Cx Postal, 7  
XANXERÊ Sta. Catarina

PROPOSTA DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

JOÃO B. TONIAL & FILHOS, firma com sede e fóro na cidade de Xanxerê, Santa Catarina, abaixo assinado, por seu sócio gerente, de acordo com o Edital nº 1-1964, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, Serviço de Proteção aos Índios, 7ª Insp. Regional, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, vem pela presente habilitar-se a apresentar sua proposta, para aquisição da quantia de 10.000 (dez mil) pinheiros, de corte, da área do Posto Indígena "Dr. Selistre de Campos, cujos pinheiros serão vendidos por concorrência pública, de conformidade com o edital acima, cuja proposta é a seguinte:

- 1.- PREÇO: Ofertamos a importância de Cr\$ 12.125,00 (doze mil cento e vinte e cinco cruzeiros) por unidade de pinheiro de corte, aproveitável, com o diâmetro de 50 (cincoenta) centímetros acima, medidos na altura usual do tronco da árvore.
- 2.- PRAZO PARA RETIRADA: Fica o compromisso de retirá-los, no prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses, determinados no Edital.
- 3.- REFLORESTAMENTO: assume, também, o compromisso de reflorestamento, na base de 2x1, idem edital.
- 4.- DIVISÃO DOS LOTES: Ainda segundo o edital se propoe retirar a quantia de dez mil (10.000) pinheiros em dois lotes, de cinco mil pinheiros cada.
- 5.- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: No ato da assinatura do contrato, pagar-se-á 30% (trinta por cento) do valor global do primeiro lote de 5.000 (cinco mil) pinheiros; o primeiro lote será pago, no restante, em três prestações, de igual valor, de seis em seis meses, a partir do ato da assinatura do contrato. Identica modalidade será observada no pagamento do segundo lote.
- 6.- DEMAIS CONDIÇÕES: O proponente aceita as condições propostas no edital nº 1-1964, referido, desde a fiscalização da condição 10, e, bem como as demais.

Xanxerê, 20 de Outubro de 1.964.-

JOÃO B. TONIAL & FILHOS  
*João B. Tonial*  
GERENTE

3.º TABELIAO  
DOSS AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Na primeira via do presente recebido a firma *João B. Tonial* (1)

Em 20 de Outubro de 1964.





6751  
910

5

5

●

1

•

...

100

10



6752  
B916

TÉRMO DE JUNTADA

De ordem do Sr. Presidente, juntei nesta data os documentos a seguir relacionados, constantes das defesas de ÁLVARO DUARTE MONTEIRO, LUIS VINHAS NEVES, JOSÉ MONGENOT, DJALMA MONGENOT, JOSÉ MONGENOT FILHO, RACHID SIMÃO HELOU, LUIZ GUEDES DO AMORIM, DORVAL DE MAGALHÃES, VICTOR MINAS TONOLHER CARNEIRO, VICTOR ISIDORO GUEDES, CERISE STEIMBACK MACHADO e BENAMOUR BRANDÃO FONTES que ficam fazendo parte integrante dos presentes autos, constantes das fôlhas a , vol. XXX. E, para constar, lavrei e assino o presente termo./

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1968.

*Beatriz Góini de Almeida*  
Secretaria da CI.





MINISTÉRIO DO INTERIOR

6453  
B918

C E R T I D ã O

CERTIFICO, que nesta data foi encaminhada para publicação no Diário Oficial da União, uma via do edital de citação de indiciados, cujo original se encontra às fls. dos autos. Rio, 8 de maio de 1968. A Secretária da Comissão-

Beatriz Gorini de Almeida

CERTIFICO, que nesta data foi enviada à Agência Nacional uma via do edital de citação de indiciados, cujo original se encontra a fls. , a fim de ser lido, durante 3 (treis) dias, no programa oficial "AVOZ DO BRASIL". Rio, 8 de maio de 1968. A Secretária da Comissão.

Beatriz Gorini de Almeida





6754  
B96

MINISTÉRIO DO INTERIOR

C E R T I D ã O

CERTIFICO que o edital de citação de indiciados cujo original se encontra à fl. , foi publicado no Diário Oficial da União, edições dos dias 10, 13 e 14 do corrente, cujas páginas ficam juntas ao presente processo. CERTIFICO, ainda, que o mesmo edital foi lido no programa oficial "A Voz do Brasil", nos dias 10, 13 e 14 do corrente mês. Rio, 16 de maio de 1968. A Secretária da Comissão:

*Beatriz Góini de Almeida*



6755/  
BPA

MINISTÉRIO DO INTERIOR

COMISSÃO DE INQUÉRITO INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 78/68 PARA APURAR  
IRREGULARIDADES NO EXTINTO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS  
(SPI)

EDITAL Nº 1

A Secretária da Comissão de Inquérito designa da pela Portaria nº 01-CI/MI/78/68 em cumprimento à determinação do Sr. Presidente da referida Comissão e, tendo em vista o que dispõe o parágrafo 2º do art. 222 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, cita, pelo presente edital, para virem a esta Comissão apresentar defesa escrita, no processo a que respondem, no prazo de 15 dias, a partir da publicação deste, sendo que, após os 15 dias citados, ser-lhes-á dada vista dos autos, na sede da Comissão, no edifício sede do Ministério do Interior, à rua das Palmeiras, 55 no Rio de Janeiro, durante 20 (vinte) dias, os seguintes cidadãos:

ÁLVARO DUARTE MONTEIRO  
ANTONIO MENDES  
ARY ARISTIMUNHO  
CÂNDIDO LEMOS DOS SANTOS  
BELARMINO SALES  
DIÓGENES AJALA  
DORIVAL PAMPLONA NUNES  
ENEU GONÇALVES DE PAULA  
FLORIANO CAMPOS GARCIA  
GENTIL DO ESPÍRITO SANTO  
GENÉSIO PINHEIRO CANGUÇÚ  
HILTON BRANDÃO  
IVAN EDSON GADELHA  
JAIR DE OLIVEIRA  
JOÃO BATISTA TONIAL  
JOÃO BATISTA CORRÊA  
JOSÉ CABRAL DOS SANTOS  
LAUDELINO SOARES DA SILVA  
MANOEL SOARES  
ROGÉRIO PINTO REZENDE  
ROMILDO DE SOUZA MORAIS  
SEBASTIÃO DOMINGOS DA SILVA  
VALMOR TONIAL

Rio de Janeiro, 9 de maio de 1968.

*Beatriz Góes de Almeida*  
Secretaria da CI



(D'as: 10 — 13 • 14-5-68)







6758  
BPA

Exmo.Sr.Presidente da Comissão de Inquerito Administrativo,  
instaurado pela Portaria nº 78 de 22.3.68 do Exmo.Sr.Ministro  
do Interior (D.Of.de 1.4.68), contra servidores do extinto SPI

Rua Palmeiras 55-RIO-GB.-

ÁLVARO DUARTE MONTEIRO, brasileiro, casado,  
aposentado da União, no cargo de Delegado Regional do Trabalho,  
em Mato-Grosso, sempre domiciliado em CUIABÁ, á rua Barão de Mel  
gaço, nº 436, representado pelo seu advogado que esta subscreve,  
vem expôr e requerer o seguinte:-

#### EXPOSIÇÃO

1-Que, através de radio e jornais da Guanabara,  
chegou ao conhecimento do suplicante, em Cuiabá, a noticia de qu  
o suplicante vai ser citado, por edital, entre os indiciados de-  
saparecidos, afim de apresentar sua defesa, no Inquerito Admini  
trativo, instaurado para apurar a respeonsabilidade funcional de  
servidores do extinto Serviço de Proteção aos Indios, em face ás  
graves acusações que, em clima emocional de sensacionalismo, vem  
sendo divulgadas, nas Televisões, nos Rádios, e nos Jornais do  
País e do Exterior, contra os servidores do INPI, em detrimento  
da população indigena e de seu patrimonio.

#### EM DEFEA DA HONRA

2-Nesse clima emocional de sensacionalismo ,  
a noticia assim divulgada, da inclusão do nome do suplicante,  
entre os indiciados DESPARECIDOS, a serem citados, por ddital,  
já constitui uma indissimulavel agressão á honra, legitimando  
o exercício do direito de defesa da honra, repelindo a infamia  
dessa acusação contra o suplicante que ha mais de vinte anos ,  
nem pertence ao rol dos servidores do extinto S\_e\_rviço N\_a\_cional  
de P\_roteção aos Indios, não podendo, portanto, em hipotese algu

ma, ser submetido á Processo Administrativo, instaurado na Guanabara, onde o suplicante nunca exerceu nenhuma função nem cargo publico, onde o suplicante nunca foi domiciliado, não podendo, portanto, ser considerado desaparecido ou foragido da Guanabara, a ser citado, por edital.

3-Nessas condições, o suplicante não é um DESPA-RECIDO NEM FORAGIDO, a ser citado por edital, porque é publico e notorio que sempre teve e tem o seu domicilio certo na Capital do Estado de Mato-Grosso, onde exerceu, por longos anos o alto cargo de Delegado Regional do Ministerio do Trabalho e nesse cargo alcançou a sua aposentadoria-premio, por implemento de tempo de serviço, sem nenhuma nota desabonadora na sua longa vida funcional.

4-Tambem não é o suplicante um INDICIADO e nem pode ser um INDICIADO, no Inquerito Administrativo instaurado, contra funcionarios do extinto Serviço Nacional de Proteção aos Indios, uma vez que o suplicante NÃO É FUNCIONARIO do extinto Serviço de Proteção aos Indios, ha mais de vinte e tres anos, certo que, em face da lei da prescrição, não pode ser incluído no Inquerito Administrativo, um funcionario que já deixou o cargo, ha mais de vinte anos ja passados, sem nunca ter sofrido acusação nem processo.

OS PROTESTOS FORMULADOS

5-Dai a legitimidade dos protestos formulados pelo suplicante e endereçados aos altos Poderes da Republica -ao Exmo. Sr. Marechal Presidente da Republica-ao Exmo. Sr. Ministro do Interior-e ao Exmo. Presidente da Comissão deste Inquerito-conforme copia anexa que ratifica e incorpora nesta defesa, como expressão legitima do sentimento de honorabilidade de um servidor ja encanecido e recolhido á inatividade, e que não precisa de outra recomendação, porque lhe basta a honrosa recomendação de ter sido auxiliar do proprio Marechal Rondon, o verdadeiro patrono dos Indios no Brasil, exemplo de austeridade e honradez que exigia de seus auxiliares muita exação no cumprimento do dever e pontualidade na prestação de contas submetidas á aprovação no Orgão competente que o Tribunal de Contas da União, não condescendendo com ninguem em tratando de interesse dos Indios e de seu patrimonio.



6760  
1976

-3-

6-Assim, tendo integrado a equipe escolhida pelo proprio Marechal Rondon, servido sob suas ordens, em seu proprio Estado Natal de Mato-Grosso, e depois deixado voluntariamente o Serviço Nacional de Proteção aos Indios, sem nenhuma nota desabonadora de sua conduta funcional, para exercer cargo de destaque no Ministerio do Trabalho, onde já é aposentado de muitos anos, como Delegado Regional, do Trabalho, o suplicante tem, a seu favor, duas relevantes razões que o isentam de qualquer Inquerito Administrativo sobre sua conduta funcional exercida ao lado do Marechal Rondon ha mais de vinte e tres anos passados, no Serviço de Proteção aos Indios, em Mato-Grosso:

1a) a razão de ordem legal que considera extinta , pela prescrição, qualquer investigação ou inquerito sobre a conduta funcional do suplicante exercida, ha mais de vinte e tres anos passados, no Serviço de Proteção aos Indios:

Lei 1.711 de 28.10.52-Estatuto dos Funcionarios-art. 213:

PRESCREVERÁ:

em 2 anos, a falta funcional sujeita a pena de repreensão, multa ou suspensão;

em 4 anos, a falta funcional sujeita a pena de demissão ou cassação de aposentadoria.

prescreverá com o crime a falta funcional prevista como crime.

Codigo Penal, arts. 108 nº IV e 109 ns 1 a VI, a prescrição dos crimes vai se elevando do mais leve ao mais grave, de dois, quatro, oito, doze, desesseis ate o maximo de vinte anos(crimes de morte, etc.)

2) razão de ordem moral, que é a honra<sup>a</sup>fé de officio do suplicante que serviu na equipe escolhida pelo proprio Marechal Rondon e saiu sem nenhuma nota desabonadora de sua conduta funcional , muito significativa essa circunstancia, para quem conheceu a austeridade do Marechal Rondon incapaz de condescender com qualquer falta acaso cometida pelo seu subordinado, contra os indios que Rondon defendia intransigentemente , não somente pela pregação, mas tambem, pelo exemplo, traduzido no lema que ficou memoravel, ao ser atingido pela flexa do indio: MORRER SE PRECISO FÔR, MAS, NÃO MATAR O INDIO"

6761  
B946

7-A prescrição é imposição da lei. E a lei existe para ser respeitada e cumprida. E a autoridade não pode agir contra a lei, obrigando o suplicante que é domiciliado em Mato-Grosso e nunca exerceu cargo nem função pública, na Guanabara, a responder, na Guanabara, Inquerito Administrativo sobre sua conduta funcional executada somente em Mato-Grosso, há mais de vinte e três anos já passados. A prescrição extingue a obrigação de responder ao processo, e, onde a lei não obriga, ninguém pode obrigar, pois, em face do art. 150 § 2º da Constituição Federal

"NINGUEM PODE SER OBRIGADO A FAZER ALGUMA COUSA  
SENÃO EM VIRTUDE DE LEI"

8-O mais alto Tribunal da República já tem jurisprudência firmada, no sentido de que a prescrição consumada impede a investigação sobre a veracidade ou falsidade dos atos atribuídos ao acusado, porque a instauração desse processo constitui uma ilegalidade conforme acórdão unânime proferido pelo Supremo Tribunal, no Habeas-corpus nº 28496 e publicado no Diário de Justiça de 19.2.944:

"EXTINTA A PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO CONSUMADA  
A INSTAURAÇÃO DE QUALQUER PROCESSO CONSTITUI UMA  
ILEGALIDADE SANÁVEL PELO HABEAS CORPUS"

9-Assim, em face da lei, o suplicante só pode provar a falsidade da acusação que lhe foi irrogada e que motivou a instauração deste Inquerito, na oportunidade da ação penal a ser intentada contra o autor da denúncia caluniosa que incidiu nas penas de dois a oito anos de reclusão, nos termos do art. 339 do Código Penal

#### CONCLUSÃO

Ex-positis, pede e espera o suplicante seja dado cumprimento à lei, excluindo do Inquerito Administrativo, o nome do suplicante que absolutamente não está sujeito a nenhuma investigação ou inquerito sobre sua conduta funcional exercida ao lado do Marechal Rondon, há mais de vinte e três anos passados, no Serviço Nacional de Proteção aos Índios, em Mato-Grosso, não somente por ser falsa qualquer acusação irrogada, mas também pela evidente prescrição já consumada. Requer outrossim seja mandado fornecer ao suplicante o inteiro teor da acusação, com especificação do seu autor, data e lugar do fato ou ato atribuído ao suplicante, para instauração do competente processo, por denúncia caluniosa, onde o suplicante possa ter oportunidade de provar a falsidade da imputação e sua malícia delitosa, nos termos da lei.

*Requer a juntada ao Inquerito.*

Rio, 16 de maio de 1968

Ita Speratur

MASCARENHAS

Adv. insc. OAB-GB-391 supl.



6762  
B96

- Procuração -

Pela presente procuração por mim datilografada e no fim subscrita, eu Álvaro Duarte Monteiro, brasileiro, casado, funcionário aposentado do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, em 6 de Abril de 1961, e desligado definitivamente do Serviço de Proteção aos Índios, a 10 de Setembro de 1944, residente em Cuiabá, à rua Barão d e Melgaço nº 436, / constituo o meu bastante procurador o Dr. Ernesto Pereira Borges, brasileiro, casado, advogado, residente à rua Mascarenhas de Moraes nº 92, apt 702, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, para me representar em qualquer processo, tanto administrativo, como judicial, em qualquer repartição pública ou Ministério, perante qualquer autoridade federal, e principalmente para o foro em geral, em qualquer juízo ou instância para defender meus direitos, pelo que lhe concedo os poderes da cláusula ad-judicia, e os mais que preciso forem para o fim em cumprimento deste mandato.

Cuiabá, 14 de Maio de 1968

*Álvaro Duarte Monteiro*

CARTÓRIO DO 3º  
OFÍCIO DE NOTAS

Assinhou a Supra de  
Álvaro Duarte Monteiro,  
teino, dou fei-

14 Maio de 68

*Dr. Ernesto Pereira Borges*

RECONHECER FIRMA  
Tda. Gerência Fiscal 7º  
Av. Rio Branco, 144 - 2º and

6763  
EAB

Cópia:

Telegrama DCT-Mt 3 002 de 12.V.68.

GENERAL DIVISÃO AFONSO ALBUQUERQUE LIMA  
D.Ministro do Interior - Rio de Janeiro (GB)

Revoltado ante injusta vg absurda inclusão meu nome entre in-  
diciados inquérito administrativo Serviço Índios de cuja Repartição/  
estou inteiramente desligado há vinte e quatro anos vg tomei delibe-  
ração dirigir vossência vg qualidade Ministro Superintendente aquele  
orgão vg meu veemente protesto que peço vênha tornar público vg a  
fim de que pessoas que não me conhecem possam avaliar absurda injus-  
tiza estou sofrendo porque toda minha vida pública sempre conservei/  
altivês meu caráter pt Atenciosas saudações Alvaro Duarte Monteiro -  
Rua Barão de Melgaço nº 436

.....  
Telegrama DCT-Mt 3 142 de 13.V.68.

Exmo.Sr. Marechal Arthur Costa e Silva

DD. Presidente República - Palácio Planalto - Brasília -D.F.

Estarrecido diante inclusão meu nome entre indiciados Servi-  
ço Proteção aos Índios donde me desliguei há vinte e quatro anos -/  
através vg sem ter ciência ou possa atinar com acusação pose sobre -  
mim vg desejo defendendo meu passado e meu nome lamentar ausência -  
saudoso Marechal Rondon cuja memoria está sendo ofendida com publicida-  
de apressada sobre possíveis faltas funcionários vg esquecida ou in-  
juriada equipe seus bons auxiliares e sem que se exalte a imortal -  
obra do grande pacificador dos nossos índios e civilizador nossos /  
sertões pt Respeitosas saudações Alvaro Duarte Monteiro - Rua Barão-  
de Melgaço 436.

.....  
Telegrama DCT-Mt 3 282 de 13.V.68

Sr. Presidente Comissão Inquérito Serviço Proteção Índios - Ministé-  
rio Interior - Rio de Janeiro (GB).

Indignado ante absurda inclusão meu nome pessoas foragidas  
e indiciadas inquérito administrativo instaurado Serviço Proteção In-  
dios vg protesto veementemente contra violência estou sendo vítima /  
mas esperançado de que obterei justa reparação da Justiça do Brasil-  
pt Acreditando sua boa fé vg sou levado pensar que sua assessoria se  
constitue de inimigos do índio e do Serviço criado para protegê-lo e  
ampará-lo vg tal o que vêm ocorrendo meu respeito pt Cuiabano de du-  
cont..

Cópia - Conferir com o original

MASQUENHAS DE MONTEIRO



6764  
B9A

fls. 2

ZENTOS anos vg com vida pública e privada isenta de quaisquer macu-  
las vg a imputação que a Comissão de inquérito faz meu nome vg -  
transforma em pilheria a seriedade que deve presidir suas investi-  
gações pt Lamentando tristes ocorrências que até agora sò tem ser-  
vido para enxovalhar conceito serviço público federal vg criado e  
assistido por eminentes civis e valorosos militares das nossas glo-  
riosas forças armadas, com: prejuizo do índio que continua esqueci-  
do vg desejo assegurar-lhe que não deixarei impunes os retalhadores  
honra homens de bem Saudações Alvaro Duarte Monteiro - Rua Barão -  
de Melgaço 436.

Telegramms enviados por mim às autoridades competentes para -  
o assunto.

Cuiabá, 13.V.68

  
Alvaro Duarte Monteiro  
Rua Barão de Melgaço 436

Cópia - Conferida com o original

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO  
COORDENADORIA GERAL

26 ABR 09 12 28 02886

GABINETE DO MINISTRO  
PROTOCOLO



MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA  
DIRETORIA DO PESSOAL

OF.Nº 01/GAB

Rio de Janeiro, 25 de Abril de 1968

Do Chefe do Gabinete do Diretor Ge-  
ral do Pessoal

Ao Subchefe do Gabinete do Ministro  
do Interior

Assunto: Apresentação de Oficial

Ref - : a) Aviso 0264 de 16/04/68.  
b) Citação de Oficial des-  
ta Diretoria.

Anexo : Duas(2) vias de Citação de-  
vidamente assinadas pelo  
interessado.

Tendo em vista a solicitação contida nos Avi-  
so e Citação da referência e cumprindo determinação do  
Excelentíssimo Senhor Ministro da Aeronáutica, apresen-  
to-vos o Major Aviador LUIS VINHAS NEVES, do efetivo des-  
ta Diretoria, a fim de que ao mesmo seja dado vista nos  
autos do Processo Administrativo a que responde nesse  
Ministério.

Aproveito a oportunidade para apresentar os  
meus mais cordiais cumprimentos.

*Cunha*  
LUIZ ALBERTO DE ARAUJO CUNHA - Maj Av  
Respondendo pela Chefia do Gabinete

CONFÉRE COM O ORIGINAL

Em 15/5/68.

*Beatriz Forni de Almeida*

GL.

6765  
Ao SRA para  
processar e enci-  
miar à CI-SF.  
Os anexos foram  
entregues ao Dr.  
Domilo Carvalho.

JORGE T. DA  
DIRETOR DA SECRETARIA



AVISO Nº 0264

Em, 16 ABR 1968

Senhor Ministro

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa., para informar que o Major Aviador LUIS VINHAS NEVES, da Fôrça Aérea Brasileira está indiciado no Inquérito Administrativo, instaurado nesta Secretaria de Estado, com o fim de apurar irregularidades verificadas no extinto Serviço de Proteção aos Índios.

2. Isto posto, solicito a V. Exa. que se digne de mandar fazer chegar às mãos do referido Oficial a citação anexa, bem como recomendar sejam devolvidas, devidamente assinadas e datadas, a este Ministério as duas vias da aludida citação.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

O original foi lido e assinado pelo Senhor Ministro

Afonso Augusto de Albuquerque Lima

Excelentíssimo Senhor  
Marechal-de-Ar MÁRCIO DE SOUZA MELLO  
DD. Ministro da Aeronáutica

/imsb.

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 15/5/68

Beatriz Gorni de Almeida



MINISTÉRIO DO INTERIOR

6467  
BPA

MIN. INTER  
Fls. 3  
Proc. 2.886 68  
RUBRICA

S R A - RECEBIDO

NESTA DATA 26/4/68

RUBRICA

O presente processo foi constituído no Serviço de Relações Administrativas do MININTER e contém 2 (Dois) folhas numeradas e firmadas com a rubrica de

Rio de Janeiro, 26/4/68

Encarregado

De ordem a CT-SPI, conforme despacho de fl. 1.

26 ABR 1968

M. Rêgo  
MARCELINO JOSÉ DO RÊGO  
Chefe do S.R.A.

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 15/5/68.

Beatriz Guimarães Almeida



6768  
BDA

ILMº SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO.

Pelo indiciado Major Luiz Vinhas Neves

Preliminares

I- Ilegitimidade de parte.

1. A Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, em seu art. 1º instituiu regime jurídico dos funcionários civis da União e dos Territórios.

2. O indiciado é Major Aviador do Serviço ativo da Força Aérea Brasileira. Em sendo militar da ativa, o indiciado, fica sujeito a um regime jurídico próprio, instituído pelas leis e regulamentos militares.

3. Havendo ilegitimidade de parte e incompetência da autoridade processante, todos os atos estão nulos, devendo, assim, ser declarados.

II- Cerceamento de defesa.

4. Admitindo-se fôsse o indiciado parte neste processo, sua defesa foi cerceada, porquanto não houve regular

6769  
B9A

citação do defendente para vêr-se processar.

É pacífico que no processo administrativo é um rito geral, sendo suprido nas suas omissões pela lei processual comum.

5. A norma reguladora geral é no sentido de que a apuração imediata das irregularidades em processo administrativo será feita

"assegurando-se ao acusado ampla defesa".

(art. 217 do Estatuto).

6. Também, o art. 230 do referido Estatuto estabelece que

"Em qualquer fase do processo será permitida a intervenção do defensor constituído pelo indiciado".

7. Quando a lei exige ampla defesa para o acusado, nada mais faz do que repetir o estatuido na Constituição Federal de que a instrução criminal é contraditória. E a instrução processual administrativa tem carácter penal, não só pelas suas consequências - pode ser aplicado uma penalidade, além de outras implicações - mas porque a própria lei usa a expressão acusado. Desde que haja acusação há-de haver defesa, é uma garantia democrática.

8. A confusão, em regra é gerada, porque o art. 222 reza que ultimada a instrução, citar-se-a o indiciado para



6770  
B/A

apresentar defesa.

Claro o equívoco do legislador.

O verbo citar, no caso, foi empregado como sinônimo de notificar. A citação - conhecimento de que há um processo contra um acusado - tem de anteceder a própria instrução, pois do contrário feriria o princípio do contraditório estabelecido na Constituição e chocar-se-ia com o art. 217 do Estatuto.

Aliás, não é a primeira vez que o legislador em prega mal a palavra citar. Vale, entre outros, o exemplo do art. 196 do Cód. de Justiça Militar que diz:

"A citação feita no início da causa é pessoal. Para os demais termos do processo basta a citação do procurador constituído em Juízo".

9. Se a defesa do acusado deve ser ampla e com a intervenção do defensor em qualquer fase do processo, óbvio será que ninguém pode defender-se sem saber que está sendo processado. E por não ter sido citado no início do processo, não pôde o defendente acompanhar a instrução penal administrativa e constituir defensor para defendê-lo.

10. A interpretação doutrinária do texto legal e a farta jurisprudência sobre tal matéria têm pontificado que o não conhecimento do acusado de que existe um processo administrativo contra êle, e a prova feita sem dar ao mesmo êste prévio conhecimento a fim de defender-se amplamente, vicia o processo.

A instrução do processo está absolutamente nula.

6771  
3916Mérito

11. É perplexo, surpreendido, e quase cético que o Suplicante contempla êste monturo de incriminações contra a sua pessoa.

É mais surprêso ainda fica, ao lembrar o seu passado cheio de dedicação à Pátria e o elevado anseio que o moveu a exercer a chefia do S.P.I.

O patriotismo que sempre lhe marcou a vida profissional e o idealismo que o animou foram a causa do seu infortúnio a lançá-lo neste mar de infâmias.

Perderíamos um tempo demasiado, cansaríamos até, ou ficaríamos como Santo Antônio a falar com os peixes, se fôssemos examinar as raízes profundas da tentativa da solução do problema índio que vem sendo procurada nestes 400 anos em nossa terra.

É colocar um problema estrutural nas costas de um homem; e querer eximir-se de uma responsabilidade histórica para acusar alguém, é mais do que uma perfídia: é um crime.

Mudem a estrutura agrária; modifiquem a forma com que é conduzida a solução do problema índio; canalizem recursos, amparem, ajudem, planifiquem e salvem esta população de incapacitados juridicamente. Civilizar e proteger os índios não é deixá-los nas mãos de um bando de idealistas cercados pela ganância de poderosos proprietários rurais que de sejam engolir as terras dos silvícolas.

12. Alie-se o inconformismo do Major Vinhas à ação insidiosa e vingativa, não só daquêles que tiveram interesses contrariados, mas, também, da loucura odienta de Paulo Solino dos Santos e ter-se-á a calda que virulou êste emaranha



6772  
Bib

emaranhado de intrigas e de falsidades.

13. Também, não se perderá tempo a responder item por item das acusações inconsistentes e, algumas vezes leviana formuladas contra o indiciado.

Limitar-nos-emos a comprovar:

a) O indiciado fez prestação de contas referente à verba orçamentária (doc. 1 e 2) do valor de NCr\$77.750,00. Observe-se que o item 13 das acusações é resultado de um equívoco ou de uma leviandade: as fls. 4.060 e 4.061 dizem respeito àquela verba e não a importância de NCr\$17.750,00 como está registrado - os itens 13 e 42 referem-se à mesma coisa.

b) O Suplicante igualmente prestou suas contas relativamente à Renda Indígena, como demonstra o documento em anexo, subscrito pelo contador chefe da SINDI. Toda a receita, por sinal superior à quantiatida como apropriada no libelo a cusatório, foi aplicada no SPI, havendo os competentes comprovantes sido apresentados por ocasião da entrega das contas. Assinale-se que no Proc. M.A. 101-1230/66, cuja apensação o Suplicante requer, consta a realização do exame de tais contas e sua absoluta lisura. Apenas a importância de sete / milhões de cruzeiros antigos, referida no item 7, letra "d", não figurou na indigitada prestação, pois o Suplicante a transferiu a seu sucessor, conforme recibo que ora se aduna (doc. 3 e 4).

c) Ora, se o Suplicante não praticou qualquer desvio de dinheiros públicos, torna-se inconsequente a alega

6473  
998

alegação de enriquecimento ilícito de sua pessoa e de sua companheira TERESA DE JESUS SOLINO SILVEIRA. As insinuações a respeito nasceram da mente doentia do irmão desta última / PAULO SOLINO DOS SANTOS, que por interesses patrimoniais e subalternos tornou-se inimigo de sua irmã, contra a qual mantém várias demandas judiciais (vide certidão em anexo-doc.5).

O certo é que um imóvel cuja aquisição o Suplicante iniciou teve seu contrato rescindido, por carência de meios para integralizar o preço da compra (doc. 6). O Suplicante é um homem de posses modestas e Dona Teresa, na oportunidade adequada poderá explicar a origem legítima de seus bens, de pouca expressão econômica.

d) As acusações insertas nos itens 16, 17 e 18, têm a lastrea-la um papel apócrifo, fotocopiado, sem qualquer autenticação e que de acôrdo com nossa lei processual penal, não tem valor de documento (art.232, § único). De qualquer / forma, trata-se de suposta correspondência trocada entre terceiros, cujo pseudo-autor nega seu conteúdo.

e) No concernente ao restante do libelo (v.g.compras sem concorrência, contratação de pessoal, comercialização do patrimônio indígena, etc.) a simples leitura do texto legal evidencia sua improcedência.

O Decreto 5.484 (27/6/1.928), o decreto 2.583 (14/9/1.940) e o decreto 52.668 (11/10/63) em seus diversos artigos autorizam a prática de todos os atos praticados pelo Suplicante e erroneamente havidos como ilegais na peça acusatória.

f) Os demais itens o Suplicante contesta sua ve



6774  
816

veracidade. Sobre os casos de maus tratos de índios levados a seu conhecimento o Suplicante determinou sua apuração através do competente inquérito; o acôrdo aludido no item 29 celebrou-se após a saída do Suplicante da direção do Serviço; a operação referida no item 40 sequer se concretizou, sendo, em suma totalmente destituídas de prova e improcedentes todas as acusações.

14. Apesar de êstes fatos terem ganho uma repercussão imensa, dando ao público uma imagem fora da realidade, onde se procura, acima de tudo, denegrir a honra de um homem de bem, e sem fortuna material, resta-nos um alento, é que, afinal, se restabeleça a verdade e a

J U S T I C A !

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1968.

*A. Evaristo de Moraes Filho*

A. Evaristo de Moraes Filho  
advogado

*George Tavares*

George Tavares  
advogado





6775  
596

S. C. 13



Doc. 1

03 1967

DISTRIBUIÇÃO	DATA DE ENTREGA	OBSERVAÇÕES
Exatidão de contas do Ex-Diretor do SPI - Map. - Antônio L. Nunes Reis - entregue em mãos pelo Sr. Chefe do IIR-2 - S. Príncipe - data 13-03-1967 - Formosa e processar nº 19-101-0959/67 - valor cif. 750.00 - (ajustado ao exercício de 1965) - B. Ribeiro		
PF-201/12 P. Enc. do Distrito		

Ficha SG de Movimento de Processo - Mod. DMA - 3-009

George J. Lavares  
ADVOCADO

Doc. 3

União. L. Direitos do Serviço de Proteção aos Índios

6776

096

Doc. 2

O advogado signatário a fim de fazer porra  
em Juízo, repõe a U. de. a d'que informar o en-  
damento ou o paradeiro do Proc. MA-101-0959/67  
referente à prestação de contas do ex-Diretor desse  
Serviço Major Ariado Luis Vilela Neves, no va-  
lor de CR\$ 77.750,00 e atinente ao exercício  
de 1965.

Respeitosos

E. deferimento

Brasília, 14 novembro 1967

Barros Caldeira

Adv. 4263 - G.B.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Em atendimento ao solicitado neste,  
informo que nas buscas procedidas no Ar-  
quivo atual deste Serviço, não foi encon-  
trado qualquer documento referente ao  
Proc. MA-101-0959/67, citado acima.

Brasília, 16 de novembro de 1967

Jairo Lery dos Santos - Ten. Cel.

Director SPI Substo



3.º OFFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS - 123. QUINTA REGIÃO

De acordo com o art. 2.º da D. Lei 2.463, de 25.4.1946,  
autêntico esta fotocópia, a qual é cópia fiel do docu-  
mento original que me foi enviado para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este  
certificado em público e lido.

Brasília, 30 de 11 de 1957

Em testemunho da verdade

*Luiz Medeiros Silva*



Doc. 3

6777  
1298

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA DIRETORIA, GESTÃO DO MAJOR AVIADOR  
LUÍS VINÍCIUS REVES, REFERENTE AO MOVIMENTO FINANCEIRO ECO-  
NÔMICO DO PATRIMÔNIO SINDICAL, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1965

0-----00000-----0

R E C E I T A ..... Cr.\$ 206.119.750

D E S P E S A ..... Cr.\$ 205.480.569

SALDO POSITIVO ..... Cr.\$ 639.181

0-----00000-----0

SALDO POSITIVO:

C A I X A ..... Cr.\$ 400.000

BANCO DO BRASIL S/A ..... Cr.\$ 222.419

BANCO MERCANTIL DE MINAS GERAIS S/A ..... Cr.\$ 16.762

0-----00000-----0

BRASÍLIA, 31 DE DEZEMBRO DE 1965

*Alcides Vinícius Júnior*

ALCIDES VINÍCIUS JÚNIOR  
Contador do SINDI

*Luiz Edmar Pereira de Araújo*

LUIZ EDMAR PEREIRA DE ARAÚJO  
Chefe do SINDI

*Luiz Vinícius Reves*

LUÍS VINÍCIUS REVES Maj AV  
Diretor do S.P.I.



Doc. 4

6778  
BIB

- CR\$ 7.000.000 -

RECEBI do Sr. DANTON PINHEIRO MACHADO, Maj. Av., Chefe da 7a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, a importância de Cr\$ 7.000.000 (sete milhões de cruzeiros), como suprimento de renda indígena desta Inspetoria. O que por ser verdade passo o presenterecibo em cinco (5) vias para um só efeito.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 1966

Luiz Vinhas Neves-Maj. Av.  
Diretor SII

Recebi a importância supra de Cr\$ 7.000.000 (Sete milhões de cruzeiros) do Maj. Luiz Vinhas Neves. Em 19.4.66

Humberto D. Bast  
Dir.







6782  
B96

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração eu, LUIZ VINHAS NEVES, brasileiro, desquitado, major aviador, residente e domiciliado nesta cidade à Rua Raymundo Corrêa nº 65, apt. 501, nomeio e constituo meus bastantes procuradores os advogados A. EVARISTO DE MORAES FILHO e GEORGE F. TAVARES, o primeiro solteiro e o segundo casado, devidamente inscritos na O.A.B. secção do Estado da Guanabara, com escritório à Rua México nº 90-salas 401/3, aos quais outorgo todos os poderes da cláusula ad-judicia<sup>ll</sup> para o fôro em geral, e, especialmente, para defender-me em processo administrativo, sendo-lhes facultado substabelecer.

Rio de Janeiro GB, 06 de maio de 1968

*Luis Vinhas Neves*  
Luis Vinhas Neves

21.º OFÍCIO DE NOTAS
TABELIÃO
JOSÉ DA CUNHA RIBEIRO
SUBSTITUTO
Djalma de Azevedo Barcellos
1.º AUTORIZADO
Walkyssel Antonio da Silva
2.º AUTORIZADO
PAULO OSMS
Avenida Graça / ranha, 342
Rio de Janeiro - Guanabara

Reconheço a *Luis Vinhas Neves* firma *Luis Vinhas Neves*  
*Rio de Janeiro, 6 MAI. 68*  
Em test. *[assinatura]* da yordado;

ADVOGADO

6783  
39

Exmos. Srs. Presidente e Demais Membros da Comissão de Inquérito Administrativo.

O Sr. José Mongenot, brasileiro, viuvo, funcionário aposentado do Serviço de Proteção aos Índios, tendo sido indiciado no Inquérito Administrativo instaurado pela Comissão instituída pela Portaria 154, de 24.7.67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, vem, por seu advogado constituído na forma do instrumento anexo de procuração (Doc. I), refutar, no prazo de lei, as acusações que lhe foram feitas, e alegar o seguinte, em sua

**D E F E S A**

2. Arguem-se contra o Indiciado acusações de suma gravidade, que envolve responsabilidade administrativa, penal e civil, e que, se verdadeiras, poderiam acarretar-lhe a prisão, além da cassação de sua aposentadoria. No entanto, porque não poderia ser de outro modo, haja visto a inocência do Suplicante, inexiste nos autos qualquer prova concludente de que, tenha o acusado praticado, realmente, um só dos ilícitos ou faltas que lhe são atribuídos.

Examinados detida e minuciosamente os autos, verifica-se que José Mongenot foi acusado de:

a) ter pretendido apropriar-se de dinheiro existente em cofre, na 5ª. Inspeção, ao transmitir a chefia (depoimento de José Fernando da Cruz, em 25.9.67 - fls. 925);



1 b) ter praticado irregularidades em arrendamentos, inclusive  
2 celebrando contrato com menor de 5 (cinco)? anos, filho do Sr. Leôn-  
3 cio de Souza Brito (depoimento de José Fernando da Cruz, em 25.9.67  
4 fls. 925);

5 c) ter recebido, irregularmente, passagens aéreas para Mato -  
6 Grosso, quando ali já se encontrava (depoimento de José Fernando da  
7 Cruz, em 26.9.67, às fls. 926);

8 d) apropriação fraudulenta de renda indígena (depoimento de  
9 Walter Samari do Prado, às fls. 1544, e Boanerges Fagundes de Oli-  
10 veira, às fls. 1546, ambos em 17.10.67):

11 3. PRELIMINARMENTE, quero Indiciado arguir suspeição contra o  
12 Sr. José Fernando da Cruz, seu inimigo notório, bem como de seus fi-  
13 lhos José Mongenot Filho e Djalma Mongenot, conforme ficará provado.  
14 Argui, ainda, suspeição contra o Sr. Walter Samari do Prado,  
15 também desafeto do Indiciado, e amigo pessoal do Sr. José Fernando  
16 da Cruz, que, sobre aquele exercia e exerce profunda influência, co-  
17 mo veremos a seguir.

18 4. As acusações que existem nos autos contra o Indiciado e seus  
19 filhos refletem o ódio e comprovam o desejo de vingança dos acusa-  
20 dores contra os Mongenot, que repeliram e se recusaram compactuar -  
21 com as negociatas escabrosas que por alguns anos foram praticadas  
22 na 5a. Inspeção Regional. Tanto isso é verdade, que quasi todos os  
23 que depuseram neste Inquérito, envolvendo os Mongenot, estão seria-  
24 mente incriminados no mesmo e em outros processos, alguns deles até  
25 já demitidos a bem do serviço público.

26 5. Quanto ao Indiciado e seus filhos, nenhum prova existe con-  
27 tra eles, que venha comprovar as acusações que lhe foram feitas, a  
28 não ser tais depoimentos. Em verdade, as perseguições contra José  
29 Mongenot e seus filhos teve início, a partir da investidura de Jo-  
30



6784  
BIB

1 José Fernando da Cruz na chefia da 5a. Inspeção Regional. Amigo  
2 e homem de confiança do então Diretor do Serviço de Proteção aos  
3 Índios, Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, e por este prestigiado, além  
4 de manter estreitas ligações de amizade com outros altos funcioná-  
5 rios do mesmo órgão, José Fernando da Cruz exercia grande predomí-  
6 nio, não apenas na sede do S.P.I. em Brasília, mas, especialmente,  
7 na 5a. Inspeção, circunstância que influia para que os demais  
8 funcionários, em torno dele orbitassem servis e mesquinhos.  
9 Recusando-se os Mongenot em aderir a tal situação, conservan-  
10 do-se no caminho da dignidade, e repelindo as propostas para que  
11 participassem da emissão de recibos fraudulentos, que justificari-  
12 am despesas fantasmas, e encobririam desvios de recursos e rendas  
13 do Patrimônio Indígena, ou, ainda, para integrarem os "negócios"  
14 de venda de gado ou seu abate, sem que o produto dessa atividade  
15 aparecesse nos documentos oficiais, pois venda e abate eram  
16 efetuadas sem quaisquer formalidades legais, paulatinamente o Indi-  
17 ciado e seus filhos passaram a ser mal vistos pelo grupo, e consi-  
18 derados inconvenientes. Com o tempo, José Fernando da Cruz e seus  
19 acólitos passaram a devotar aos Mongenot, inicialmente, ressentimen-  
20 to, depois, desconfiança, e por fim, rancor, vez que o Suplican-  
21 te e seus filhos representavam um perigo constante e sempre atual  
22 contra eles, que, também, na 5a. Inspeção haviam erigido um cas-  
23 telo de lama, que por algum tempo enodoou o S.P.I., em razão da prá-  
24 tica de desmandos e desonestidades sem conta.  
25 A evolução dos sentimentos do grupo em relação ao Indiciado  
26 e seus filhos, manifestava-se gradativamente, através de toda sor-  
27 te de coações, pressões, calúnias e difamações, e através de vio-  
28 lentas campanhas de jornais. Tais fatos influenciaram para que o Supli-  
29 cante, contrariamente ao seu desejo, antecipasse sua aposentadoria,  
30 não sem antes licenciar-se para tratamento de saúde durante um ano,



1 aproximadamente, além de anular qualquer condição psicológica favo-  
2 rável a que seu filho José Mongenot Filho permanecesse em ativida-  
3 de, o que determinou que ele deixasse o Posto de Rio Branco, para  
4 onde havia sido removido em 1965.

5 Ainda assim, jamais se desesperaram. Apesar de envolvi-  
6 dos no presente Inquérito, têm a consciência tranquila do dever em-  
7 cumprido como homens, funcionários e cidadãos, pois, dos entendi-  
8 mentos mantidos com o Sr. Leonardo Correa da Rocha, surgiu a CARTA  
9 ABERTA ao Exmo. Sr. Presidente da República, encaminhada ao CORRE-  
10 IO DA MANHÃ, na Guanabara, que a publicou, e para a qual colabora-  
11 ram, fornecendo elementos esclarecedores da situação de cáos no S.P.  
12 I., especialmente na 5a. Inspetoria. Além disso, contribuíram fi-  
13 nanceiramente, com outras pessoas, para possibilitar ao referido  
14 Sr. Leonardo Correa da Rocha fazer face às despesas necessárias ap-  
15 seu deslocamento para a Guanabara, onde procedeu a entrega da re-  
16 ferida CARTA-ABERTA.

17 Talvez em decorrência dela, encontre-se este Inquérito na  
18 sua fase final. E se antes o Indiciado e seus filhos deixaram de  
19 cumprir a determinação do item VIII, do art. 194, da Lei 1711, de  
20 28.10.52, levando ao conhecimento das autoridades superiores os  
21 escândalos e irregularidades de seu conhecimento, é porque iriam  
22 apenas expor-se à sanha de José Fernando da Cruz e seus amigos, mul-  
23 tos deles da cúpula do S.P.I., expondo, provavelmente, suas próprias  
24 vidas.

25 Sabiam o Indiciado e seus filhos, como sabem todos que co-  
26 nhecem a situação então reinante no S.P.I., que, em vista das liga-  
27 ções de interesses, para acorbertar as irregularidades que se es-  
28 tendiam da cúpula à base e vice-versa, no S.P.I., qualquer denúncia  
29 na época não seria apurada, pois as forças que ali pontificavam,  
30 não iriam permitir o andamento de qualquer expediente nesse sentido,



1 vez que os integrantes dessas mesmas forças seriam os principais  
2 implicados. Tais influências, felizmente, não puderam ser exercidas  
3 com relação a este Inquérito, dado o empenho das Altas Autoridades  
4 da República, e, consequentemente, dessa ilustre Comissão em pro-  
5 mover rigorosa devassa em todo o S.P.I. sível à medida  
6 4. Analisados todos os tópicos da acusação, vem o Suplicante  
7 refutá-las, ponderando, todavia, que é aposentado desde 1964, tendo  
8 servido ao S.P.D. durante 24 anos. No decurso desse tempo, nenhuma  
9 falta cometeu, não constando, por isso, em sua ficha funcional qual-  
10 quer penalidade disciplinar. Homem de boa temperança e de bons hábitos,  
11 dedicado à família e ao trabalho, sempre cumpriu as suas obrigações.  
12 Criou a prole de dez (10) rebentos, inculcando-lhes sempre os rígi-  
13 dos princípios da boa moral em que se formou, no sentido de, que a  
14 dignidade e o respeito a si próprio e aos demais, não é favor, e  
15 sim deveres do homem de bem. Durante sua vida, pautada dentro de  
16 as normas, prestou serviços ao país na sua função no S.P.I., sem  
17 quaisquer manhas. Eis, porém, que, apesar disso, quando já aposen-  
18 tado, vê-se envolvido como Indiciado neste Inquérito, em vista das  
19 acusações contra si desferidas, mas quais contestando seguinte modo:  
20 1) com relação à tentativa de apropriação de dinheiro exis-  
21 tente em cofre, a acusação é leviana e mentirosa. Jamais pensou o  
22 Suplicante em apropriar-se de dinheiros públicos, e muito menos  
23 tentou fazê-lo. O fato alegado não é verdadeiro, pois o Indiciado  
24 jamais transmitiu a chefia da 5ª Inspetoria ao Sr. José Fernando  
25 da Cruz, autor da acusação. José Mongenot era substituto eventual  
26 do Sr. Erico Sampaio, titular da Inspetoria, tendo, neste sim, --  
27 transmitido a chefia ao sucessor, José Fernando da Cruz, ficando  
28 evidente, desse modo, que não caberia ao Indiciado entregar-lhe mes-  
29 mos os valores existentes, e, consequentemente, pretender apropriar-  
30 se deles.



1 Também é mentirosa a declaração de José Fernando da Cruz  
2 (fls. 925) de que, ao assumir a 5a. Inspetoria, afastara, como me-  
3 dida inicial José Mongenot e seus filhos. A folha funcional do In-  
4 diciado provará o contrário do que afirma o mencionado depoente.  
5 e) Também é leviana a afirmação de José Fernando da Cruz de  
6 que o Suplicante praticara irregularidades em arrendamentos, inclusi-  
7 ve celebrando contrato com menor de 5 anos, filho do Sr. Lenôcio  
8 de Souza Brito. Em verdade, o Indiciado jamais celebrou qualquer  
9 contrato de arrendamento, com quem quer que seja. Todos eles eram  
10 firmados pelo titular da 5a. Inspetoria, Erico Sampaio, sendo o In-  
11 diciado apenas seu substituto. Desse modo, não havia condição para  
12 a celebração do alegado contrato de arrendamento com menor de 5 a-  
13 nos, que, por si só, seria nulo de pleno direito. Independente dis-  
14 so, o Indiciado conhece o Sr. Lenôcio de Souza Brito, e sabe que  
15 na época, o mencionado senhor não tinha filho daquela idade.  
16 f) Com referência à acusação de recebimento irregular de  
17 passagens aéreas, imputada ao Indiciado, por José Fernando da Cruz,  
18 quando declara às fls. 926 que "a Comissão composta de Boanerges  
19 Fagundes Oliveira, Walter Samari do Prado e José Mongenot para  
20 atender a delegação poucos dias antes de assumir a Chefia esteve naquela  
21 5a. Inspetoria; que extranha haver sido fornecida passagem aérea  
22 ao José Mongenot, porquanto ele era chefe da Inspetoria e estava  
23 lá na ocasião", tem o Suplicante a esclarecer, que as poucas vezes  
24 que viajou de avião, a serviço, as passagens foram pagas pelo S.P.D.,  
25 jamais tendo ocorrido o fato alegado na acusação.  
26 g) A Comissão que alude José Fernando da Cruz, é a de Pre-  
27 çoz, instituída pela Portaria 45, de 10.4.62, para promover a ven-  
28 da de gado do Patrimônio Indígena nas 5a. e 6a. Inspetorias, res-  
29 pectivamente em Campo Grande e Cuiabá, em Mato Grosso, tendo, as-  
30 sim, que deslocar-se de avião para Cuiabá, com passagem paga pelo S.P.D.



fato talvez desconhecido de José Fernando da Cruz. Na ocasião o Suplicante se encontrava com substituto eventual do titular da Inspe-  
toria, o que não o impedia de participar da referida Comissão de  
Preços, que fez o trajeto Campo Grande-Cuiabá-Campo Grande, de avião.

g) Por fim, quanto à acusação de apropriação fraudulenta de ren-  
da indígena, decorrente dos depoimentos de Walter Samari do Prado e  
Boanerges Fagundes de Oliveira, respectivamente, às fls. 1544 e 1546,  
alega o Indiciado em sua defesa, que, por ocasião da crise dos in-  
dies Paca Novas, o Diretor do S. P. I., então Cel. Moacyr Ribeiro Co-  
elho, instituiu a Comissão mencionada na alínea anterior, para que  
os recursos apnados fossem destinados ao arrendimento das necessida-  
des dos mesmos índios.

Procedeu-se à publicação de editais nos jornais de maior  
circulação em Campo Grande e Cuiabá, e, obedecendo-se todos os pra-  
zos, as propostas foram abertas nos horários e datas pre-fixadas, na  
presença da Comissão de Preços e outros funcionários, tanto na 5a.  
como na 6a. Inspeorias.

As importâncias resultantes da venda, foram remetidas ao  
Diretor do S. P. I. pelo presidente da Comissão, através do Banco do  
Brasil. Jamais o Indiciado teve conhecimento que alguém da Comissão  
tivesse recebido proprinas ou qualquer vantagem, para favorecer algum  
concorrente. Ignora, do mesmo modo, que alguma parcela do montante apu-  
rado nas vendas, fosse retirado para atender alguma despesa.

Os Srs. Walter Samari do Prado e Boanerges Fagundes de O-  
liveira, eram pessoas desconhecidas do Indiciado até o dia em que  
chegaram de Brasília para, juntamente com o Suplicante, comporem a Co-  
missão de Preços. Demonstravam ser muito amigos, havendo intimidade  
entre ambos. Não é demasiado informar que a mencionada Comissão foi  
a última instituída para a venda de gado do S. P. I., sendo daí por  
deante, dizimado todo o rebanho do Posto Indígena Nalique, desmandos  
por demais comentados pelos criadores da região.



5. Em vista do que foi exposto, Requer:

h)acareação com José Fernando da Cruz, Walter Samari do Prado e Boanerges Fagundes de Oliveira;

i)depoimento dos Srs. Leonardo Correa da Rocha e Leôncio de Souza Brito;

j)que seja solicitada certidão da ficha funcional do Indiciado, e anexada aos autos;

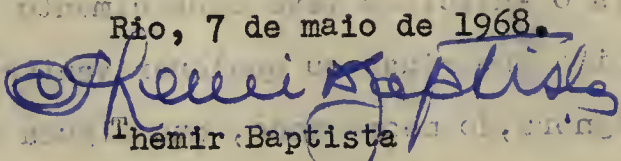
k)levantamento de toda a documentação na fa. Inspectoria, relativo ao período em que o Indiciado esteve substituindo seu titular;

l)anexação aos autos do Processo da Comissão de Precatórios, instituída pela Portaria 45, de 10.4.62, bem como cópia da ordem de pagamento enviada para Brasília, relativa ao montante apurado na venda de gado nas 5a. e 6a. Inspeções.

6. Na certeza de que sua inocência será reconhecida, espera o Indiciado o deferimento das diligências requeridas, apesar de evidente a suspeição de alguns dos seus acusadores, com já fartamente comprovado.

P. deferimento.

Rio, 7 de maio de 1968.

  
Themir Baptista

Advogado - Insc. 832-A (G.B.).

Anexos - 1 procuração (Doc. I).



6487  
B9/b

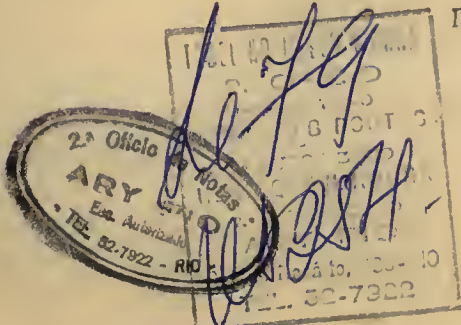
Doc. I

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, datilografado, eu, JOSE MONGENOT, servidor aposentado do Serviço de Proteção aos Índios, brasileiro, viuvo, domiciliado e residente na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, à rua Antonio do Vale Melo, 626, constituo e nomeio meus bastante procuradores "ad juditia" os Beis. THEMIR BAPTISTA e RUBENS BARCELOS PERDOMO, brasileiros, casados, advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, secção da Guanabara, respectivamente sob n.ºs. 832-A e 9.600, também residentes neste Estado da Guanabara, e com escritório à rua Machado de Assis, 31/404 - Flamengo, para o fim de, em conjunto ou isoladamente, independente de ordem de nomeação, em Juízo ou fora dele, representarem-me como se fôra eu próprio, defendendo todos meus direitos em qualquer inquérito ou processo administrativo, bem como em processo criminal ou cível, contestando quaisquer ações, apresentando defesas prévias, requerendo quaisquer tipos de prova, acareações, reinquirições, revisões, podendo concordar, discordar, recorrer, transigir, confessar, podendo ditos procuradores atuar em quaisquer instâncias administrativa ou judiciária, para o que outorgo aos mencionados procuradores e advogados os mais amplos e gerais poderes, por mais especiais que sejam, ainda que aqui não estejam expressamente consignados, porém, sejam necessários ao bom e fiel desempenho do presente mandato, que dou por firme e valioso, podendo, ainda ser o mesmo substabelecido. //

Rio, 3 de maio de 1968.

*Jose Mongenot* 08



Reconheço a firma

*Jose Mongenot*  
6 maio 68  
da verdade



6488  
210

JK



1 Civil de Taunay, e possuindo título de eleitor, emitido pela Comar-  
2 ca de Aquidauna, também para o distrito de Taunay, já tendo, inclu-  
3 sive votado nas eleições de 1966;

4 d) o Indiciado conhecera a suposta vítima na cidade de Cam-  
5 po Grande, já disvirginada e conhecedora das práticas sexuais, tendo,  
6 realmente, mantido com ela conjunção carnal algumas vezes, porém em  
7 hotéis da cidade de Campo Grande. A primeira vez que isso ocorreu,  
8 foi em fins do ano de 1964. Todavia, em novembro de 1965, Lourdes -  
9 Gomes foi insinuada a queixar-se contra o Indiciado, por instigação  
10 dos Srs. Osvaldo Duarte Joana de Tal, Enoc Alvarenga Soares (já fa-  
11 lecido) e Walter Samari do Prado, todos eles inimigos rancorosos do  
12 pai e do irmão do Suplicante (José Mongenot e José Mongenot Filho),  
13 sendo instaurado na mesma ocasião inquérito policial para a apura-  
14 ção dos fatos.

15 Ocorre que, quando da instauração do inquérito, Lourdes  
16 Gomes há três ou quatro meses já dera luz a um filho de paternida-  
17 de desconhecida pelo Indiciado;

18 e) anteriormente, a suposta vítima já mantivera relações se-  
19 xuais com outras pessoas, entre as quais Francisco Eustáquio de Sou-  
20 za e Daniel Ajala Gimenez, sendo que tais relações com o Indiciado  
21 só posteriormente ocorreram, jamais, entretanto, no recinto da sede  
22 da 5a. Inspetoria Regional.

23 Lourdes Gomes em declaração que anexamos (Doc. II), apon-  
24 ta o Sr. Antônio Botelho como a pessoa a quem cabe a responsabili-  
25 dade do seu defloramento, além de, como já dissemos, esclarecer em  
26 que condições foi levada a incriminar o Suplicante.

27 3. Relativamente a enriquecimento ilícito atribuído a DJALMA -  
28 MONGENOT, em decorrência do depoimento prestado em 22.5.63, peran-  
29 te a Comissão Parlamentar de Inquérito, por Nilo Oliveira Veloso, -  
30







1) José Monteiro da Silva, também ligado ao Sr. José Fernando da Cruz, declara às fls. 3773, que "sabe ter havido o defloramento da Índia Tereza ao tempo da administração de Mongenot (José Filho), por seu irmão Djalma; e que, na ocasião o depoente ainda não servia no S.P.I.; porém, sabe ter sido aberto inquérito na Polícia Federal". Tal depoimento por si só, traduz as influências que sofreu, situando-se nas mesmas condições do depoimento de Maria de Lourdes Castro Maia, como que fugindo ou tentando fugir à responsabilidade criminal ante a possibilidade de um futuro ajuste com a justiça, por falso testemunho;

j) Hélio Jorge Bucker declara às fls. 3784 que "ao assumir a 5ª. Inspetoria soube da existência de um processo instaurado pela Polícia Federal sobre o defloramento de uma índia, praticado por Djalma Mongenot". Também esse depoimento não é de ciência própria, o que costuma por demais relativo, limitando-se somente a uma informação referente a fato anterior à vivência do depoente na 5ª. Inspetoria Regional.

5. A perfídia de atribuir a Lourdes Gomes a condição de índia, bem como a afirmação de que nesta condição teria sido deflorada por um funcionário do Serviço de Proteção aos Índios, no próprio recinto da sede da 5ª. Inspetoria, tem uma profundidade que diz bem a que ponto chega a maldade humana, quando se dispõe e pretende enredar alguém, para prejudicar-lhe. O objetivo é mais administrativo do que propriamente penal, como poderá concluir a ilustre Comissão de Inquérito.

6. Mas, de qualquer modo, ainda que tivesse o Indiciado praticado, realmente, o delito de sedução, o que não ocorreu, o fato alegado teria ocorrido em dezembro de 1964, enquanto que a representação da ofendida e a instauração de inquérito policial sucedeu em novembro de 1965, havendo assim, um decurso de tempo de 10 (dez) -



1 meses, estando, desse modo, já decaído o direito de representação  
2 quando esta foi feita, conforme disposição contida no artigo 105,  
3 do Código de Processo Penal, extinguindo, também, a possibilidade  
4 da aplicação de qualquer penalidade de caráter disciplinar contra  
5 o Indiciado, face ao que determina o par. único, do artigo 213, da  
6 Lei 1711, de 28.10.52.

7 7. Quer, ainda, Djalma Mongenot arguir o total cerceamento da  
8 sua defesa, vez que não foi notificado, não tendo, em razão disso,  
9 acompanhado as inquirições levadas a efeito por essa ilustre Comis-  
10 são, deixando assim, de formular as perguntas necessárias ao escla-  
11 recimento dos fatos.

12 8. Para sua defesa e comprovação da sua inocência, Requer:  
13 k) acareação com Lourdes Gomes, conhecida por "India Tere-  
14 za, bem como a acareação desta com Antônio Botelho, brasileiro, casa-  
15 do, lavrador, residente no Ipeque, Aquidáuna, e com Osvaldo Duarte e  
16 Valter Samari do Prado;

17 l) exame grafológico da declaração anexa (Doc. II), em vista  
18 da falta de reconhecimento de firma no original;

19 m) depoimento de Francisco Eustáquio de Souza, brasileiro,  
20 casado, comerciário, residente em Campo Grande (COMAVE - Av. Afonso  
21 Pena), e Daniel Ajala Gimenez, brasileiro, solteiro, maior, tratorista,  
22 também residente em Campo Grande;

23 n) que sejam solicitadas certidões dos cartórios do regis-  
24 tro de imóveis sediados nas Comarcas de Cuiabá, Campo Grande e Aquí-  
25 dáuna, em Mato Grosso, informando se conta ou já constou, em nome  
26 do Indiciado, alguma propriedade, e, ainda, à Inspeção Geral do  
27 Trânsito, em Mato Grosso, informando se existe, também, algum veí-  
28 culo em seu nome;

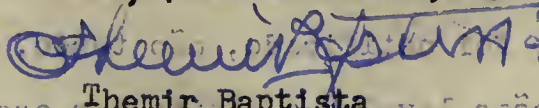
29 o) reinquirição do Sr. Nilo de Oliveira Santos, digo, Veloso.  
30



9. Certo de que os ilustres Julgadores deste Inquérito encara-  
rão com Justiça a situação do Suplicante, após efetuadas as dili-  
gências requeridas, a despeito da fragilidade e suspeição das acu-  
sações a ele imputadas, pede para concluir, seja considerado Inocen-  
te.

P. deferimento.

Rio, 7 de maio de 1968.



Themir Baptista

Advogado Insc. 832-A (GB).

Anexos: 1. procuração (Doc. I);

2. declaração em fotocópia, assinada por Lourdes Gomes (Do-  
cumento II).





Doe. I

6791  
316

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, datilografado, eu, DJALMA MONGENOT, brasileiro, solteiro, servidor do Serviço de Proteção aos Índios, residente e domiciliado no Estado de Mato Grosso, cidade de Campo Grande, à rua Antônio // Vale do Melo, 526, constituo e nomeio meus bastante procuradores/ "ad juditia" os Beis. THEMIR BAPTISTA e RUBENS BARCELOS PERDOMO, brasileiro, casados, advogados inscritos na Ordem dos Advogados/ do Brasil, secção da Guanabara, respectivamente sob nºs. 832-A e 9.600, domiciliados e residentes no Estado da Guanabara, e com escritório à rua Machado de Assis, 31/404 - Flamengo, para o fim de, em Juízo ou fora dele, e em qualquer Repartição Pública, na Justiça Civil, Criminal ou Administrativa, e em qualquer instância, conjunta ou isoladamente, independente de ordem de nomeação, representarem-me como se fora eu próprio, defendendo todos meus direitos, podendo apresentar defesas, contestar quaisquer ações, requerer revisões recursos, quaisquer tipos de prova, concordar, discordar, confessar, transigir, para o que concedo aos ditos procuradores e advogados os mais amplos e gerais poderes, ainda que aqui não estejam expressamente consignados, porém sejam necessários/ ao bom e fiel desempenho deste mandato, que dou por firme e valioso, podendo substabelecer.//////////

20.º OFÍCIO DE NOTAS

Rio, 7 de maio de 1968.

Djalma Mongenot

20.º OFÍCIO DE NOTAS  
Av. Rio Branco, 114 - 2.º - Est. Guanabara  
1 ABELIAO  
DE. GENEALOGIA  
Wilson Francisco de Araujo  
FUI ELABORADO  
NO DIA 10 DE MAIO DE 1968  
SECRETARIO GERAL

Reconheço e firmo:  
Djalma Mongenot  
Rio de Janeiro, 7 de maio de 1968  
Em testemunho de da verdade  
rubens barcelos perdomo



## Declaração

Declaro, para os devidos fins, eu  
Lurdes Gomes, que fui obrigada a depôr em  
um processo crime movido pelo Serviço de Pro-  
teção aos Índios, desta cidade, contra Djalma  
Mongenot, pela prática do delito de redução  
contra minha pessoa, praticado pelo referido  
senhor. Tal depoimento fui obrigada a dar  
por insistência do Sr. Osvaldo Duarte, Sra.  
Joana, Sr. Enoc Abravenga Soares e Walter  
Samaré do Prado, que me forçaram a dizer  
no Inquerito que o meu sedutor foi o Sr. Djalma  
Mongenot, sendo tais pessoas  
tôdos funcionários do S. P. I. - Serviço de  
Proteção aos Índios. Declaro, por fim, que o  
indivíduo que me deflorou e me seduzia  
chama-se Antonio Botelho, brasileiro, casado,  
lavrador, residente no Ipeque, aldeia de índios  
situada no Município de Aquidauana, Mato  
Grosso. Por ser verdade, autorizando o senhor  
Djalma Mongenot a usar esta em feição,  
assino-a.

Campo Grande, 14 de Dezembro de 1967  
Lurdes Gomes

Conferido e concertado com o original

Campo Grande, 29 de Abril de 1968

04.º Tabelião

CARTÓRIO DO 4.º OFÍCIO  
MURILO ROLIM  
Tabelião

JOAO DE OLIVEIRA RODI  
Escr. nº 2 do

Rua Barão do Rio Branco nº 25  
Campo Grande - Mato Grosso



6793  
B9/b

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo.

JOSE MONGENOT FILHO, funcionário do S.P.I., in-

diciado no Inquérito Administrativo instaurado pela Comissão cri-

ada pela Portaria 154. de 24.7.7, vem, por seu advogado consti-

tuido na forma do instrumento anexo de mandato (Doc. I), apresen-

tar, no prazo de lei, sua

D E F E S A

2. Examinados os autos do Inquérito, constata-se que o Indiciado

foi acusado de:

a) ter vendido uma camioneta ao S.P.I. pelo preço de uma no-

va;

b) ter subtraído grandes partidas de arroz da produção indí-

gena, para vendê-las no comércio de Campo Grande;

c) ter comprado uma camioneta do S.P.I. sem concorrência

pública;

d) enriquecimento ilícito;

e) omissão no caso do defloramento de uma suposta índia, por

seu irmão Djalma Mongenot;

f) ter sido acusado pela imprensa como corrupto e desumano,

e também por várias irregularidades cometidas na 5a. Inspeção;

g) haver recebido dinheiro, que embolsou, referente ao pro-



1 produto de arrendamento de terras da região dos Cadieus, tendo emi-  
2 tido recibos declarando, falsamente, ter recebido gado;

3 h) tentar subornar Abílio Coelho Aristimunho por Ncr\$700,00  
4 (setecentos cruzeiros novos), para este facilitar a prática de irre-  
5 gularidades com as terras da Reserva Nalique.

6 3. Analisados os autos, vem o Indiciados argumentar em sua de-  
7 fesa, o seguinte:

8 1) em verdade, o Suplicante possui uma camioneta Ford, fa-  
9 bricada em 1961, de cor azul, em estado de semi-nova. Por proposta  
10 do seu superior, então chefe da 5a. Inspetoria, Sr. José Fernando  
11 da Cruz, o Indiciado vendeu o veículo àquela Inspetoria. Ainda por  
12 sugestão do mesmo Senhor, que alegava ser necessária a aquisição do  
13 veículo para a Inspetoria, que no momento não dispunha de numera-  
14 rio para a operação, sugeriu pagar o valor da compra, mediante a  
15 entrega ao Suplicante, de 130 tourinhos, que, na época, tratando-  
16 se de animais de um ano de idade, equivaliam a Ncr\$1.100,00 (hum  
17 mil e cem cruzeiros novos). Aceita a forma de pagamento, e logo  
18 recebidos os animais, os mesmo foram, posteriormente negociados  
19 pelo mesmo valor com o Sr. Leônicio de Souza Brito.

20 Como se vê, o Indiciado transacionou com um bem que lhe  
21 pertencia, cabendo, no caso, toda a responsabilidade ao então ti-  
22 tular da Inspetoria, José Fernando da Cruz, que usando da sua au-  
23 toridade de chefe, encaminhou toda a operação, adquirindo em nome  
24 do S.P.I. a camioneta.

25 j) quanto à compra, pelo Suplicante, de uma camioneta Rural  
26 Willys, fabricada em 1960, de cor cinza e branca, em estado de semi-  
27 nova, a mesma foi adquirida não da 5a. Inspetoria, porém do Sr. Nain  
28 Diba, proprietário da Agência Willys em Campo Grande, por Ncr....  
29 \$750,00 (setecentos e cinquenta cruzeiros novos). Dito veículo que  
30 pertencera, anteriormente à 5a. Inspetoria, fora vendida à mencio-



6794  
BPA

1 mencionada agência pelo Sr. José Fernando da Cruz por Ncr\$350,00  
2 (tr esentos e cincoenta cruzeiros novos). Não procede, como se vê,  
3 a acusação.

4 k)relativamente ao desvio, pelo Suplicante, de partidas de  
5 arroz do Posto Buriti, a acusação é como as demais, mentiposa e le-  
6 viana. Quem conhece aquele Posto de Indios, sabe que ali jamais hou-  
7 ve grande produção de arroz, o qual mal dá para o consumo do pró-  
8 prio Posto, o que também ocorre com os demais. Além disso, nunca  
9 a Diretoria ou a Inspetoria forneceram qualquer ajuda para desenvol-  
10 ver aquele plantio.

11 l)com relação a ter o Indiciado enriquecido ilicitamente,  
12 este tem a declarar que jamais foi rico, continuando na mesma situ-  
13 ação anterior ao seu ingresso no serviço público.

14 Antes de ingressa no S.P.I., em 1958, fora comerciante es-  
15 tabelecido com bar e açougue, possuindo, ainda, carro de praça e  
16 veículo de carga na cidade de Aquidáuna. Entretanto, em vista da  
17 instabilidade financeira reinante na época, naquela região, difi-  
18 cultando os negocios, e levando apreensão a todos, desfez-se do que  
19 possuía, abandonou o comércio e, juntamente com a esposa, ingressou  
20 no S.P.I. Sem filhos, perceberiam vencimentos que, somados, e li-  
21 vres das despesas de aluguel de casa, leite e lenha, etc., satis-  
22 faziam, plenamente, para a manutenção do casal. Ao lado disso, con-  
23 tavam, também, para girar, com os recursos provindos da venda do  
24 que haviam possuído. Desse modo, o Indiciado em nada melhorou sua  
25 situação ao ingressar no serviço publico, não tendo enriquecido  
26 como afirmam, maldosamente, seus inimigos. Se logrou manter uma  
27 situação financeira equilibrada durante os anos em que se mantém  
28 no serviço público - anos em que a inflação cada vez mais desvalo-  
29 riza a moeda nacional, deve-o ao seu próprio esforço e sacrifício  
30 e da esposa, esforço e sacrificio hoje ainda <sup>o</sup>mióres do que ontem,



1 pelo crescimento da família em decorrência do nascimento de tres  
2 filhos do casal.

3 m)no que diz respeito à omissão do Suplicante no supos-  
4 to defloramento de uma suposta "india Teresa", cujo nome verdadei-  
5 ro é Lourdes Gomes, e cuja autoria é atribuída ao irmão do Indici-  
6 ado, só veio a ter conhecimento do fato quando da instauração de  
7 Inquerito Policial na Delegacia de Polícia Federal de Campo Grande.  
8 Ficou surpresa, pois conhecida a suposta vítima, sabendo-a já expe-  
9 rimentada quanto ao comércio sexual em Campo Grande. Repele, desse  
10 modo, por caluniosa, a acusação de que se omitiu sobre o assunto. Em  
11 nenhum oportunidade que seja do conhecimento do Indiciado, Djalma,  
12 seu irmão, ou qualquer outra pessoa manteve com quem quer que fosse,  
13 relações sexuais no recinto da sede da 5a. Inspetoria, quando sob  
14 sua responsabilidade. Não há, portanto, com atribuir ao Suplicante,  
15 a omissão em referência.

16 n)Em realidade o Suplicante foi vítima de violenta cam-  
17 panha de calúnias e difamações por parte de alguns jornais de Cam-  
18 po Grande. Por trás de tudo, encontrava-se o então chefe da 5a. Ins-  
19 petoria, José Fernando da Cruz, que tinha por objetivo desmoralizá-  
20 lo, desacreditando-o para tornar ineficiente uma possível denuncia  
21 contra o referido titula, quando as condições fossem propícias.

22 Antes do referido senhor passar a devotar ódio implaca-  
23 vel contra o Indiciado seu pai e irmão, propôs ao então Cel. Moa-  
24 cyr Ribeiro Coelho, Diretor do S.P.I., fosse o Suplicante elogiado,  
25 o que realmente sucedeu através de Boletim Interno, em 1962. Ainda  
26 por sugestão de José Fernando da Cruz, talvez visando afastar a  
27 presença incômoda do Indiciado, foi este convidado pelo Cel. Mo-  
28 acyr, através de Radio-Serviço, para administrar a Fazenda São Mar-  
29 cos. O uplicante não aceitou o convite e permaneceu na 5a. Inspetor-  
30 ria. Posteriormente, o mesmo José Fernando da Cruz propôs ao Indici-



6795  
B916

Vencidas todas as suas resistências, inclusive com a retenção dos seus vencimentos durante seis meses, vez que a 5a. Inspetoria não enviava sua frequência para a Delegacia Fiscal após sua transferência para a Ajudancia de São Paulo, e dali designado para a Aldeia Rio Branco, em Itanhanhem (Docs. B. 80), viu-se o Indiciado na contingência de, em agosto de 1965, afastar-se de Rio Branco, fixando-se em Sumaré, onde ainda permanece.

Em vista disso, pede à ilustre Comissão examinar esse aspecto da sua vida funcional, para que retorne ao serviço, já que para isso já existem condições, e lhe sejam pagos todos os vencimentos atrasados.

5. A fim de pro var todas suas alegações, Requer:

p) reinquirição de Nilo Veloso e Manuel da Costa Silva;

r) acareação com Abilio Aristimunho, José Fernando da Cruz, Walter Samari do Prado e Maria de Lourdes C. Maia;

s) depoimento do Sr. Naim Dibo, residente em Campo Grande, firma Comave - avenida Afonso Pena;

t) informes sobre a produção média de arroz no Posto de Buriti, de 1960 a 1965, bem como sindicância junto ao comércio de Campo Grande, para constatar se o Indiciado efetuou venda desse gênero no mesmo período;

5. Confiante no elevado espírito de Justiça dos ilustres Julgadores,

P. deferimento.

Rio, 7 de maio de 1968.

Themir Baptista

Advogado - Insc. 832-A (IG.B.)

Anexos: 1 procuração (Doc. I)

1 doc. m/m. n. 112/65 (Doc. II)  
Ordem de Serviço Interna 14 (Doc. III)



1 Indiciado que assinasse e/ou atestasse recibos de supostas despesas  
2 efetuadas, a fim de encobrir desvios de dinheiros publicos efetua-  
3 dos, sem dúvida pelo proponente. Em face da recusa, pouco a pouco o  
4 titular da 5a. Inspetoria e os que o cercavam foram mudando com re-  
5 lação ao Suplicante e seus familiares, movendo-lhes campanha de bas-  
6 tidores, e mesmo utilizando-se do anonimato e de amigos da impren-  
7 sa para, pelos jornais de Campo Grande efetuar os ataques a que se  
8 refere o Inquérito.

9 O indiciado tem a consciência tranquila, não lhe pesando qual-  
10 quer deslize de ordem moral ou a prática de qualquer desumanidade  
11 contra quem quer que seja.

12 o) Jamais o Suplicante buscou subornar alguém. O documento  
13 de fls. 3867, dos autos, assinado em 25.5.65, por Abilia Aristimu-  
14 nho e testemunhada por Walter Samari do Prado, José Monteiro da Sil-  
15 va e Maria de Lourdes Castro Maia, é gracioso e leviano. Seu signa-  
16 tário não possui condições morais para acusar ninguém, e suas acu-  
17 sações não podem ser levadas a sério. Ele se encontra, juntamente  
18 com Walter Samari do Prado e Oscar de tal, repondendo a processo em  
19 Campo Grande, devido a desvio e venda de gado pertencente ao Patri-  
20 monio da União. A denuncia que ocasionou o processo, conhecido na  
21 região como "da cara preta", foi feita por Oscar de tal, que, incon-  
22 formado com os prejuizos da divisão mal feita dos resultados das  
23 vendas, acusou os demais cúmplices.

24 4. São sabidas as ligações de Walter Samari do Prado, José  
25 Fernando da Cruz, Maria de Lourdes Castro Maia e Nilo Oliveira Veloso.  
26 Sobre os demais José Fernando da Cruz exercia grande influencia. Tor-  
27 nou-se, como já vimos, inimigo do Indiciado, inimizado essa que se  
28 transferiu aos seus amigos.

29 Era de tal ordem a situação, que o Suplicado perdeu as  
30 condições psicologicas necessárias para continuar exercendo suas  
funções.



6796 Doc. I  
B/16

P R O C U R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento particular de mandato, eu, JOSÉ MONGENOT FILHO, brasileiro, casado, natural de Aquidauna, Estado de Mato Grosso, ex-servidor do Serviço de Proteção dos Índios, residente e domiciliado na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, à rua Antonio do Vale Melo, 626, constituo e nomeio meus bastante procuradores "adjuditia", os Beis. THEMIR BAPTISTA e RUBENS BARCELOS PERDOMO, brasileiros, casados, advogados, inscritos na Ordem dos advogados do Brasil, secção da Guanabara, respectivamente sob n.ºs. 832-A e 9.600, residentes e domiciliados neste Estado da Guanabara, e com escritório à rua Machado de Assis, 31/404, Flamengo, para o fim de, em conjunto ou isoladamente, independente de ordem de nomeação, em Juízo ou fora dele, representarem-me como se fôra eu próprio, defendendo todos meus direitos em qualquer processo administrativo, criminal ou cível, contestando qualquer ação, apresentando defesas prévias, requerendo quaisquer tipos de provas, bem como concordar, discordar, recorrer, transigir, confessar, em quaisquer instâncias judiciárias ou administrativa, para o que outorgo aos mencionados advogados os mais amplos e gerais poderes, por mais especiais que sejam, ainda que aqui não estejam expressamente consignados, porém que sejam necessários ao bom e fiel desempenho do presente mandato, que dou por firme e valioso, podendo, ainda ser o mesmo substabelecido. //////////////////////////////////////

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1968.

*José Mongenot Filho*

6.º OF

1968

RG

3.º OFÍCIO DE NOTAS  
JOSÉ DE SEGUNDA VIANNA  
TABELLÃO  
ROBERTO GUERRA RIBEIRO  
SUBSTITUTO  
EDUARDO ASSOLIM DE OLIVEIRA FILHO  
INCARNACÃO SANCHES  
AUTORIZADOS  
Rua do Rosário, 133  
RIO DE JANEIRO  
GUANABARA

RECONHEÇO a firma de *Peterson*  
*Augusto Filho*

Rio de Janeiro de 1958  
Em test. da verdade

COTA: Tab. VII - Item - N.º 3





6497  
B96

Doc II

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA Campo Grande, Mt.

Em 19 de maio de 1965

M/m.nº 112/65

Ao Sr. José Mongenet Filho

N E S T A

Para o vosso conhecimento e devidas providências, transcrevo o telegrama nº 473 da Diretoria deste Serviço:

" COMUNICO PARA OS DEVIDOS FINS VG FORAM TORNADAS SEM EFEITO PORTARIAS NUMEROS 130 ET 131 DATADA DE 2/12/64 VG CONFORME PORTARIAS NUMEROS 32 ET 35 DATADAS DE 30/4/65 VG FUNCIONARIOS JOSE MONGENOT FILHO ET MARIA BARROS MONGENOT PT OUTROSSIM VG REFERIDOS FUNCIONARIOS FORAM LOCALIZADOS NA AJUDANCIA SÃO PAULO VG SUBORDINADA ESTA INSPETORIA VG PORTARIAS Nº 33 ET 34 DE 30/4/65 PT AGRINDIOS CHEFE S.A."

*supra*

Saudações.

*Walter Prado*

Walter Samari Prado

Chefe da I.R/5



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

6798  
39A

Doc. III

ORDEN DE SERVIÇO INTERNA Nº 11

O Chefe da Ajudância de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Ordem de Serviço Interna nº 120 de agosto de 1964.

RESOLVE - Localizar na Aldeia Rio Branco, no município de Itanhaém, José Mungenot Filho, para exercer as funções de Encarregado da mesma.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Tupã, 21 de junho de 1965.

Itamar Z. Simões  
Chefe da Ajudância do S.P.I.

CIENTE,

*Jose Mungenot Filho.*  
*Em 28/6/65.*



6799  
BPA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO DO SPI.

RACHID SIMÃO HELOU, brasileiro, casado, militar, 1º Sargento da Aeronáutica, Especialista de Aviões e Motores, servindo na 6ª Zona Aérea de Brasília, havendo sido citado para apresentar ' defesa escrita nos autos de inquérito administrativo instaurado para apurar irregularidades no SPI, vem, dentro do prazo legal, responder às imputações que lhes são feitas, nos refeitos autos:

#### I - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Preliminarmente, alega o signatário haver sido designado pela Portaria nº 368, publicada no D.O. de 10.5.1965, do Exº. Sr. Ministro da Aeronáutica, para prestar serviços no SPI, em assuntos correlatos à sua especialidade; o que é

2. Que, por acaso tenha executado outras tarefas ' não inerentes à sua especialidade, o foi por determinação exclusiva do Sr. Diretor, baixada através de Ordem de Serviço, que poderá ' ser comprovada de acordo com os termos do incluso documento de número 1 (um), e dois (2);

3. Que, embora agindo estritamente de acordo com ordens emanadas da autoridade superior, dada a sua formação de militar, procurou, sempre, desincumbir-se de suas missões, a contento, tendo em vista, mormente, o interesse público e a peculiaridade do órgão em que servira.

#### II - ENFOQUE AOS QUESITOS

Participou do conluio para a venda criminosa de gado da Fazenda Nacional de São Marcos, em benefício pessoal do Sr. Major Neves.

Quanto a esta imputação que lhe é feita, tem a dizer:

a) que só tomou conhecimento da transação retro-mencionada, quando estava em Manaus, em cumprimento de u'a missão de inspeção à IR/I, através do Sr. JACOBINA, pessoa que se disse credenciada junto ao Sr. Diretor do SPI, para efetuar tais negócios, sendo que esta notícia foi dada ao suplicante de modo superficial e sem nenhum detalhe que lhe permitisse ver se se tratava de u'a transação ilícita, pelo que não lhe deu maior atenção, mesmo porque o assunto ' não lhe era pertinente;

b) que, tanto é verdade desconhecer a ilicitude ou não do negócio, que as cartas que lhe foram entregues por aquele senhor, dirigida ao Sr. Diretor do SPI, e que se acham apenas aos autos; que em nenhum momento fazem alusão à sua pessoa, a não ser o encontro que teve com o Sr. JACOBINA e que este o acompanhou até o aeroporto;

*HeLou*



trans

c) que por desconhecer completamente da transação, não pode jamais supor existir qualquer negócio pessoal do Major Neves, fora ou dentro do SPI, em seu benefício próprio;

2. Emissão de cheque sem fundos para pagamento ao Hotel Amazonas, resgatado pela IR/I, com a renda indígena (repor em trinta e dois mil, seiscentos e sessenta e oito cruzeiros antigos);

a) quanto à emissão desse cheque sem cobertura, dito resgatado pela RENDA INDÍGENA, tem a esclarecer que, o mesmo na data da emissão possuía suficiência de fundos, conforme poderá ser comprovado mediante extrato de conta-corrente do Banco Bandeirante do Comércio S/A - Brasília;

b) esclarece mais, que o referido cheque não foi posto em compensação e sim resgatado pelo Sr. GILBERTO, Chefe da IR/I; que se o fez assim o foi por mera liberalidade, sem conhecimento do emitente, conforme ficara sabendo, posteriormente; que para melhor precisar, calcula mais de noventa dias aproximadamente, nessa época, entretanto, já deixara de movimentar a sua conta no citado Banco. Alguns meses passados o signatário encontrou-me no Rio de Janeiro, com o Sr. GILBERTO e o interpelou a respeito desse cheque, procurando reavê-lo, no que foi obstado sob a alegação de que não necessitava pagá-los, momento em que lhe pediu que o destruísse. O signatário, até o momento, desconhece o resgate fora feito com dinheiro da RENDA INDÍGENA, pois se desse fato tivera conhecimento prévio, jamais consentiria que isso acontecesse;

c) e tanto prova que não houve má-fé por parte do signatário, porque, passando mais de 15 dias naquele Hotel, não teria sentido emitir um cheque para apenas cobrir uma pequena parte da despesa, que importava em uma quantia insignificante. Caso contrário, teria emitido um cheque para cobrir todas as diárias.

3. Deixou conta no Hotel Lord, em Curitiba, para ser paga pela IR/7, - repor quinze mil, duzentos e cinquenta e nove cruzeiros antigos.

Quanto à esta outra imputação de haver deixado conta no Hotel Lord, em Curitiba, para ser paga pela IR/7, no valor acima mencionado, alega que:

a) indo à Curitiba em cumprimento de nova missão, por determinação do Sr. Diretor, em face das tarefas que lhe eram afetas naquela oportunidade, obrigou o signatário a dilatar o prazo de sua permanência, por imperiosa necessidade de serviço;

b) nessas condições, suas provisões pecuniárias se esgotaram, e ao solicitar a sua conta no Hotel, verificou não dispor de toda aquela importância. Faltou-lhe pequena quantia, pelo que foi obrigado a solicitar ao Sr. FERNANDO CRUZ, e o fez em caráter pessoal, que lhe emprestasse a importância em foco, o necessário para quitar a referida conta. Em hipótese alguma poderia admitir que aquela importância seria retirada da Inspetoria, como ora consta dos autos, uma vez que havia solicitado por empréstimo, como já fora referido acima;

Dele



6801  
BPA

- Fls. -3-

c) há de se ressaltar para maiores esclarecimentos dos fatos, que a mencionada importância também era bastante inferior ao montante das despesas realizadas no Hotel. As condições pessoais e morais do signatário e mais ainda tendo em vista, principalmente, o caráter oficial de sua missão, não lhe permitiriam, em hipótese alguma, propor ao Sr. FERNANDO que retirasse a referida importância dos cofres da Inspetoria, que se assim procedeu, o referido senhor, foi por seu alvedrío, uma vez que se o signatário tivesse conhecimento de tal fato, não teria aquiescido no recebimento e teria, imediatamente, logo que lhe fôsse possível, dado conhecimento ao Sr. Diretor para que este tomasse as devidas providências;

d) por outro lado, ao obter tal empréstimo nunca poderia supor que ele fôsse motivo de tanta celeuma;

4. Com respeito ao recebimento de gratificação de duzentos e cinquenta cruzeiros novos, pela renda indígena e excessivo número de diárias, apesar da sua condição de militar, tem a alegar:

a) como já foi dito inicialmente, o signatário, militar subalterno da Aeronáutica, foi designado para prestar serviços correlatos à sua especialidade no SPI;

b) não recebia qualquer numerário a título de gratificação, e sim, diárias de viagem, unicamente;

c) quanto às viagens, que implicavam em diárias, as fazia no estrito cumprimento do dever, uma vez que lhe fôsse dado escolher, preferiria ficar na sede, junto à sua família, do que ter que se deslocar, por vezes, para determinadas regiões que não ofereciam sequer o mínimo conforto. Não é do seu conhecimento, tenha havido excesso de diárias. Aliás, como é sobejamente sabido, o pagamento de diárias é sempre precedido de autorização superior, verificadas em processo administrativo normal;

d) em justificativa do recebimento das diárias que fez jus, pode citar, entre outras, as missões que realizou, por ordem superior, de inspeções nos postos localizados na Região Amazônica, cujo acesso somente é possível através de canoas e aviões, implicando, sempre em uma demanda de tempo prolongada, com desgastes físicos e por vezes risco de vida;

5. No que se refere a compra de três Toyotas e uma Pick up Willes em São Paulo e um Jeep Willes em Brasília, por preço acima da tabela e sem concorrência pública, informa o seguinte:

a) que por ordem do Sr. Diretor do S.P.I. acompanhou o Sr. JOÃO VERÍSSIMO à São Paulo, na qualidade de Assessor técnico, uma vez que a transação estava efeta ao Sr. J. Veríssimo, FUNCIONÁRIO DETENTOR DA VERBA, cabendo apenas ao signatário, tão somente, assisti-lo tecnicamente. Entretanto, por ter estado presente a transação e mesmo ter colaborado na pesquisa de mercado para que a compra fôsse benéfica ao SPI, pode adiantar que tais viaturas foram adquiridas mediante um desconto de 10% e 3% respectivamente, sobre a tabela vigente na ocasião, fato este que

De Pa



6802  
Bx/b

fls. 4

poderá ser comprovado através de qualquer diligência junto àquele Órgão?

b) por outro lado a concorrência apesar de não ser objeto de sua missão, esclarece a bem da verdade que os tipos de veículos indicados eram os mencionados, e houve coletas de preços ou melhor, pesquisas no mercado junto as concessionárias adquirindo-se daquele que fez maiores descontos;

c) alaga mais ainda que, desconhecendo as implicações de contabilidade pública e de ordem administrativa, fugia à sua função a exigência da concorrência. E tanto é verdade que a transação foi efetivada pelo Sr. VERÍSSIMO;

6. Com referência à compra de uma lancha de passeio para a IR/I, quando sabia que deveria ser de carga, tenho a dizer:

a) o signatário, por ocasião da 1ª inspeção à Manaus, foi informado pela Administração da IR, que a mesma não possuía um meio adequado e eficiente de transporte, próprio para a região, e, por isso, as visitas aos postos se tornavam ineficientes em virtude da demanda de tempo, oportunidade em que me era solicitado interferir junto à Administração Central, no sentido de que fosse adquirida uma lancha mais veloz;

b) de regresso à administração central, tal solicitação e suas considerações constaram de relatório apresentado ao Sr. Diretor, além de prestar outros esclarecimentos necessários;

c) posteriormente, foi o signatário incumbido de ir ao Rio de Janeiro, a procura de um tipo de lancha que possuísse características técnicas que lhe capacitassem a atender as necessidades do SPI naquela região;

d) O objetivo não era adquirir uma lancha de passeio ou de carga, e sim uma embarcação veloz e resistente capacitada adequadamente para o serviço a que se propunha;

e) a aquisição de tal lancha veio trazer não só benefícios no que diz respeito à demanda de tempo, como também, diminuir de muito o ônus para o SPI; por ocasião de inspeções, além de ter possibilitado um serviço mais freqüente com mais eficiência. E tanto assim aconteceu por determinação da Chefia daquela IR, o emprego da referida lancha foi encanalizado, unicamente, para a fiscalização, assistência e algum transporte de emergência que porventura viesse a acontecer. A construção do transporte mencionado, obedeceu a solicitação que lhe fora feita pela IR, que teve como objetivo precípuo, a sua tipificação voltada para o emprego que se fazia necessário.

7. No que toca aos desmandos da IR praticados pelo signatário, cumpre esclarecer. Por determinação do Sr. Diretor através da ordem de Serviço nº 58 (documento de nº 2, apenso aos autos), foi o signatário designado para proceder a uma sindicância com o fim de apurar os motivos produtores de tumulto da administração da IR-1. que vinham prejudicando, sensivelmente, a rotina dos trabalhos daquela Inspetoria. No andamento daquela sindicância, pode constatar que a hierarquia funcional, mola mestra de uma administração descentralizada e



6803  
BPA

e em linha como é a que se caracteriza no SPI, que possui representações regionais em várias localidades da federação, estava completamente esfacelada. Funcionários havia, que sem obedecer ao mínimo preceito hierárquico se dirigiam às mais altas autoridades desta República sem sequer obedecer ao mais comiso princípio ético administrativo. Realmente, os desmandos eram muitos, porém todos foram por mim apurados e comunicados através de relatórios sugerindo as medidas que cada caso se fazia precisar, fato facilmente comprovado, desde que a respeitável Comissão queira diligenciar a respeito, junto ao SPI, IR/1.

Se no exercício estrito do dever e com a mais pura das intenções, apurar irregularidades e sugerir remédios, é praticar desmandos, o conceito desse vocábulo passa a ter uma nova dimensão que o signatário surpreendido não alcança.

8. Com referência à compra de mercadorias para a IR/1, por preço elevado e sem concorrência, esclarece que:

a) O SPI possuía em todo o território da federação em se tratando de material e mantimento para a caça e pesca, apenas uma casa comercial que lhe vendia a crédito, A IMPORTADORA DE FERRAGENS, no Estado da Guanabara. Em certa oportunidade a IR/1 solicitou ao signatário, em data em que não se recorda, facões, enxadas, pólvora, chumbo, tintas e outros materiais congêneres. Submeteu o pedido à consideração do Sr. Diretor que autorizou o seu atendimento.

b) naquela época não dispunha o SPI de verba para atender ao pedido e por esse mesmo motivo foi a compra efetuada no estabelecimento comercial retro-mencionado, uma vez ser a única no ramo que Órgão possuía crédito. Mesmo ainda muito antes do signatário prestar seus serviços ao SPI, aquele Órgão já praticava aquele tipo de transação com a referida firma;

c) dessa maneira e naquelas condições, sem verba, e com o crédito apenas em uma casa comercial, jamais poderia ter feito concorrência pública, tampouco tomada de preços, porque o material era necessário e o SPI pelos motivos acima, não tinha condições de adquirir tais materiais em outra firma. Ademais, o signatário só efetuou tais compras por ordem do Sr. Diretor. Torna-se mister ressaltar, ainda que exaustivamente, pois já foi dito em outra oportunidade, que não cabia ao signatário decidir a respeito de concorrência pública. Apenas cumpria ordens emanadas da autoridade superior.

Finalmente, após exauridos os assuntos objetos desses esclarecimentos, não é demais ressaltar que o signatário como servidor público que é, há mais de 23 anos, jamais se imiscuiu, em nenhuma oportunidade em sua vida, em negociatas ou práticas de quaisquer atos que possam esmaecer o seu caráter, delapidar a sua honra e ofuscar a sua boa fama no meio de seus pares e no seio da sociedade.

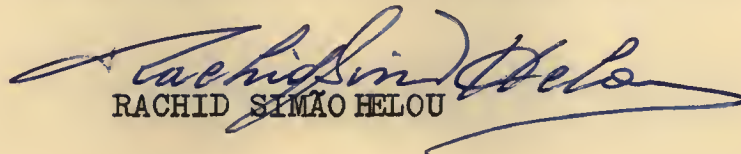
Dele

6804  
~~6804~~

Fls. 6.

Colhe o ensejo para por-se à inteira disposição de V.  
Ex<sup>a</sup>. para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessá -  
rios.

Rio de Janeiro, GB, 3 de maio de 1968

  
RACHID SIMÃO HELOU



ORDEN DE SERVIÇO INTERNA Nº 58

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso das atribuições que lhe confere a Lei vigente,

D E S I G N A o 2º Sargento da Aeronautica, Q.A.T. - MAV. - RACHID SIMÃO HELOU, posto à disposição deste Serviço, para proceder sindicância, na sede e demais dependências da 1ª. Inspeção Regional, com sede em Manaus, Estado do Amazonas, a fim de apurar possíveis irregularidades que ali vêm ocorrendo, inclusive das razões da apreensão de embarcação pertencente ao S.P.I., em Codajaz, naquele Estado.

Outrossim, atribuo ao referido servidor, para transmitir a Chefia da I.R. , do Servidor, BENAMOUR BRANDÃO FONTES, para o Sr. GILBERTO PITTO DE FIQUEIREDO COSTA, que ficará respondendo pela Inspeção, bem assim, substituir, nas demais sindicâncias, todos os envolvidos ou participantes de irregularidades, cujos afastamentos deverão ser homologados pelo responsável pela Inspeção.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Brasília, 10 de junho de 1965

*Luís Vinícius*  
LUIS VINÍCIUS  
Diretor do S.P.I.

TABELA VIII

N.º 2 - Item 4

TABELIÃO

J. CARLOS MACIEL DA SILVA

SUBSTITUTO

ITALO HUGO ROMANO

1.º ESC. AUTORIZADO

RENOLD R. CHAVES

2.º ESC. AUTORIZADO

JOSÉ SALGADO

18.º OFÍCIO

Av. Rio Branco, 156 - Subsolo 120

Edifício Avenida Central

ESTADO DA GUANABARA

Certifico que a presente cópia  
fotostática é a reprodução fiel  
do original que me foi exibido  
e que com esta é devolvido.

Rio de Janeiro, 18 MAI. 68



Serviço de Proteção aos Índios.-

Doc. N° 2

6806  
BPA

ORDEM DE SERVIÇO INTERNA N° 89

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso das atribuições que lhe confere a Lei vigente,

D E S I G N A o Sr. RACHID SIMÃO HELOV, Assessor do Diretor, para seguir com destino à Manaus, Estado do Amazonas, a fim de assessorar e acompanhar, fiscalizando e orientando os trabalhos da IR, juntamente com o Chefe titular da Inspetoria, e inclusive em suas viagens de inspeção aos Postos Indígenas.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Brasília, 2 de julho de 1955.

*Luis Vinhas Neves*  
Luis Vinhas Neves - Maj Av  
Diretor do S.P.I.

TABELA VIII  
N.º 2 - Item 4

TABELIAO  
L. CARLOS MACIEL DA SILVA  
SUBSTITUTO  
ITALO HUGO ROMANO  
1.º FSC. AUTORIZADO  
RENOLD R. CHAVES  
2.º FSC. AUTORIZADO  
JOSÉ SALGADO  
18.º OFICIO  
Av. Rio Branco, 155 - Sala 120  
Edifício Avenida Central  
ESTADO DA GUANABARA

Certifico que a presente copia  
fotostática é a reprodução fiel  
do original que me foi exibido  
e que com esta é devolvido.

Rio de Janeiro, 13 MAI. 68



Ilmo. Sr. Dr. JADER DE FIGUEIREDO CORRÊA

M.D. PRESIDENTE de Comissão de Inquérito no S.P.I

6807  
B916

- 1)- "Recebimento como empréstimo de Ncr\$200,00 em processo regular para pagamento posterior de ordem do Senhor JOSÉ FERNANDES DA CRUZ, importância essa que repôs dando entrada numa prestação de contas fictícia."
- 2)- "Venda criminosa de gado e outras irregularidades no Pôsto Indígina Getúlio Vargas"

Atendendo a que V.S. me solicitou nesta data para que lhe informasse a respeito dos tópicos acima mencionados prazerosamente tenho a lhe esclarecer o seguinte:

Jamais, em tempo algum recebi qualquer importância do Senhor JOSÉ FERNANDES DA CRUZ e muito menos fiz a ele ou a outra pessoa prestação de conta fictícias e é o próprio Senhor JOSÉ FERNANDES que poderá também afirmar a V.S. que nunca entregou qualquer quantia a minha pessoa.

A época em que tive a honra de dirigir<sup>e</sup> chefiar o Pôsto Indígina Getúlio Vargas recebi alguns adiantamentos diretamente do Cel. MOACYR RIBEIRO COELHO, Diretor do S.P.I. de então para manutenção do Pôsto com aquisição de sal, fumo, querosene e etc., mas todos esses adiantamentos tiveram prestação de contas com absoluta regularidade.

Quanto ao 2º fato - venda de gado -, informo que em razão de processo e após "colheta de preço", realmente vendi as 80 cabeças de boi e a importância resultante da venda - foi toda ela aplicada no Pôsto conforme autorização e prestação de contas naquela oportunidade.

E os fatos que antecederam a realização da venda aconteceram da seguinte forma:

Em uma das inspeções que periodicamente fazia o Senhor Diretor ao Pôsto Getúlio Vargas, na Ilha do Bananal,

6808  
B/16

2/11/63

dei-lhe ciência da necessidade urgente da feitura de uma invernada, da recuperação de uma lancha e outros imperiosos empreendimentos. Foi então aventada a idéia da venda de 80 cabeças de bois, os mais velhos, não reprodutores e com o resultado da venda daria condições para cobrir as despesas urgentes que haviam no Pôsto. Diante dos problemas e da real possibilidade de solução, AUTORIZOU sua Senhoria a transação dos bois. Ficando en—tão combinado que eu providenciaria a colheta dos preços ao —mesmo tempo que fariam expediente solicitando a venda dos bois, dando assim, uma fórmula oficial para a transação.

De fato, na data de 28 de março de 1963 - eu solicitava por ofício a venda dos mencionados bois. Qual —não foi minha surpresa quando depois de tudo autorizado e combinado e inclusive a venda realizada, chegou-me a autorização "escrita" somente para a venda de dez cabeças, mas, nada mais poderia eu fazer, pois a transação estava consumada em razão da autorização verbal.

Diante deste fato, deu origem a Ordem de Serviço nº 53, de 25 de junho de 1963, do Senhor Diretor do —Serviço de Proteção dos Índios, determinando "sindicância" e —esta foi realizada pelos Servidores NILO VELOSO, IRIO DUTRA (ex—chefe da Sa. Inspetoria) e de Pedro PUPINI, que após meticulo—so trabalho "in loco" chegou a conclusão de que não houve deseonestidade da minha parte e opinou inclusive pela minha permanência a frente do Pôsto, o que só não ocorreu, em virtude de ter eu sido reintegrado no Ministério da Saúde em cargo de minha melhor preferência, no entanto, com a sindicância revelou a idoneidade do meu trabalho e o acerto de minha administração a frente do Pôsto Indígena Getúlio Vargas.

Era o que poderia esclarecer a V.S. sobre os fatos arguidos.

Apresentando a V.S. os meus protestos de —



6809  
B/d

3. Guedes

estima aproveito para colocar-me, na minha cidade natal, Goiás, à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1968

Luiz Guedes de Amorim

LUIZ GUEDES DE AMORIM

Rua da Abadia, 26-A

Cidade de Goiás - Go

ANEXO : - cópia do relatório da Comissão de Sindicância criada pela Ordem de Serviço nº 53, de 25 de junho de 1963;

Observação : - A suspensão de trinta dias mencionada no relatório foi tornando-se sem efeito por Portaria do Senhor Diretor do SPI, conforme consta de meus assentamentos funcionais.

Luiz Guedes de Amorim

LUIZ GUEDES DE AMORIM



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

SR. DIRETOR DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

6810  
B910  
Mury

Na 8 (oito) de julho de 1963, na sede do Posto Indígena GETÚLIO VARGAS, na Ilha do Bananal, cumprindo o que determina a Ordem de Serviço Nº 53 de 25/6/63, esta Comissão de Sindicância, tendo presente o seu Presidente e o Sr. Irio Dutra, e ausente o servidor Pedro Pupini, deu início aos trabalhos, ouvindo o Sr. LUIZ GUEDES DE AMORIM, ex-Encarregado do Posto Getúlio Vargas.

Determina a Ordem de Serviço Nº 53

- a) - quantidade exata de gado vendido e importância recebida indevidamente pelo servidor referido, conforme comunicação do Chefe de I. R. 8;

Perante, respondeu o Sr. Luiz Guedes de Amorim:

-----Foram vendidas 80 cabeças de gado, sendo apurado Cr. \$1.280.000,00 (um milhão duzentos e oitenta mil cruzeiros), sendo que fiz tomeda de Preços, que solicito seja anexadas as minhas declarações.

- Pergue V. 8. vendeu 80 cabeças de gado e não 10 conforme Processo SPI.2155 de 3/6/63?

-----Ao assumir o Posto Getúlio Vargas, encontrei o mesmo necessitando de uma INVERNADA para poder trabalhar o Gado, da Fazenda Carajá, e posso acrescentar que o mesmo está sujeito a roubo uma vez que não pode ser preso para a necessária marcação.

A lancha Carajá estava quase perdida, afundada a dois anos, se encontrando recuperada. É um patrimônio de Cr. \$5.000.000,00 (cinco milhões de Cruzeiros).

No SPI. 2.155 de 3/6/63, o Sr. Diretor Autoriza a venda de 10 cabeças de gado, e já na Portaria nº 94 de 12/6/63, cria a Comissão para a venda das mesmas 10 cabeças, acredito que deve haver engano. Quanto a autorização para a venda das 80 cabeças, eu NÃO RECORRI, em Ofício ao Sr. Chefe da IR 8, datado de 28/3/63, proto-





6811  
B910  
(2) *flm*  
protocolado em Goiânia sob o nº 000335, solicito a venda do gado, para atender a despesas de extrema necessidade - entre elas ; recuperação da lancha; invernada; construção de uma baia, etc. Este Posto recebe semanalmente caravanas de visitantes, entre elas se destaca as que recebemos do Excelentíssimo Senhor Presidente João Gullart, Presidente Ranieri Mazzilli, e do Sr. Diretor do SPI., Cinegrafistas, Professores, Ministros, etc.

Cada caravana destas nos obriga a despesas imediatas para que o SPI. bem possa se apresentar, mas melhor do que eu sabe o Sr. Diretor que as verbas não prevêm tais despesas, e este Posto desde que aqui estou não recebeu verba nenhuma.

----- Houve alguma ordem que não conste desta Processo para a venda do gado?

---O Sr. Diretor concordou com a venda do gado, 10 bois imediatamente, e 70 seria vendido pela Comissão, conforme tomada de contas por mim feitas.

-----O Sr. sabendo que esta Comissão viria porque não aguardou ?

--O Sr. Diretor já sabia que o gado estava comprometido de acordo com as tomadas de preço, por mim efetuadas, a Comissão viria conferir a entrega do gado, receber as importâncias e me fazer entrega como Encarregado do Posto.

b) - verificar ainda as partidas de gado, - doadas, abatidas, para consumo ou venda, bem assim o montante das importâncias recebidas;

--Vem sendo abatidas de 3 em 3 meses uma vez, para os Índios da aldeia de Fontoura, de Ordem dos ex-Chefes da Inspetoria, Iridiano Amarinho de Oliveira, Francisco Meireles, e concordância do atual Chefe Sr. Irio Dutra. Ainda de Ordem do ex-Chefe da Inspetoria Sr. Iridiano foi doado um tourinho ao Sr. Ermonegildo Alves da Silva vacueiro da fazenda, para premiar os ótimos serviços que vem prestando.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

6812  
396

(3) *Grass*

Para o PI, Getulio Vargas é abatido semanalmente um boi, sendo um quarto entregue aos índios, um quarto, vendido - e o restante para o consumo da Posto e para a fazenda e - trabalhadores das roças.

(Oito e dois quartos vendidos)

quando aqui esteve o atual Diretor, foi solicitado pelo Sr. José Mendes de Moraes, comprador dos oitenta bois, que lhe desse um touro para melhorar o rebanho de sua fazenda na vila de São Felix, Mato Grosso, tendo me sido autorizado a doação, como contribuição ao SPI, a melhoria dos rebanhos desta região, pelo Sr. Diretor.

Fui autorizada pelo Sr. Director a dar ao Ministro Protestante do Commercio Honorifico dos Indios, Sr. Izaque da Fonseca, na Aldeia de Fontoura, quando de sua viagem a referida Aldeia 23 novilhas da Fazenda Carajá, doação que não se ultimou em atenção do Sr. Director as minhas ponderações, ficando então combinado que seria doada um touro, que ainda não foi entregue.

-----O que mais deseja escrever?

---Desejo acrescentar que das 80 cabeças vendidas as foram entregues 60 conforme recibo em meu poder, faltando retirar 20 que foram vendidas ao Deputado Valdo Vargão, pelo Sr. -- José Mendes de Moraes, comprador das 80 cabeças.

Acrescenta que mandei abater 10 bois, e vendi a carne, apu-  
rando Cr.\$206.870,00 (duzentos e seis mil oitocentos e setenta  
e sete cruzeiros), autorizado pelo atual Diretor-Substituto, --  
para cobrir despesas de emergencia, uma vez que cada carava-  
que visita este Posto nos abriga a gastos superiores a -- --  
Cr.\$30.000,00 (trinta mil cruzeiros).

-----Dr. Luiz Carlos de Amorim, está "omissão -  
deve-se saber se o "Sr. "dêu" ao Sr. Diretor do SPI; a importância de Cr. \$300,000,00 (trezentos mil cruzeiros) proveniente da venda do dêu e por esta razão o Sr. Diasere que ele nada lhe poderia fazer?

----- Isto é uma infamia, de inimigos gratuitos meus. Não poderia "dar" dinheiro Público, e a honrabilidade do Cel. Vascyr Ribeiro Gomes, tal não permitiria.

66666666666666666666666666666666





6813  
13/6

fls.

RELAÇÃO DE RECIBOS RELATIVOS À  
APLICAÇÃO DAS IMPORTÂNCIAS  
RECEBIDAS COM A VENDA DO GADO

HELIO ANTONIO DE AZEVEDO - Caminhão nº 1-54 de Goiânia ao Posto, condu- zindo carga -----	60.000,00
VITOR QUEIROZ DO NASCIMENTO -- Compra de madeira para reforma da lanche -----	34.795,00
LEONIDAS CARDOSO - trabalhos na roça -----	73.390,00
WALDEMAR PINTO - serragem de taboas -----	14.610,00
FAIMUNDO SILVA - limpeza de 2.000 pés de abacaxi -----	15.000,00
VALENTIM GOMES - pago de ordem do Memoran- dum 289/62 da IRB, para despesa de viagem	12.440,00
JOSÉ AQUINO NOBRE - pago por aquisição - de alimentos -----	45.550,00
JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS - aquisição de um cavalo -----	20.000,00
ANTONIO CASTELO - derrubada da roça -----	221.409,00
JALDO SOARES DE OLIVEIRA - reforma da lan- cha Carajás (carcassa) -----	100.000,00
Frete do barco que conduziu o Inapeter	
Francisco Meireles de Luiz Alves ao Posto	20.000,00
JOSÉ MENDES DE MORAIS - transporte de carga	87.525,00
JOSÉ MENDES DE MORAIS - fornecimento de mer- cadorias de Janeiro a Maio -----	313.980,00
JOSÉ WILSON PEREIRA - trabalho de roça ---	3.000,00
RENATO DIAS RIBEIRO - enrolamento de motor	12.000,00
JOSÉ ANTONIO RANGEL - trabalhos na roça --	1.900,00
AFANIO MORTIRA DA SILVA - capinação da frente da rede -----	12.000,00 -
JOSÉ MENDES DE MORAIS - transporte de 6 - toneladas de carga para o Posto -----	30.000,00
JOAQUIM FERREIRA ROCHA - aluguel de barco	14.000,00
CASA SANTA VILENA - (transporte de material)	18.897,00



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

6814  
1916

Indi

JOÃO BATISTA DOS SANTOS - transporte do Jeep -----	12.000,00
RADIO PEÇAS - material eletrônico -----	1.100,00
CASA DO BARATA (pavio para aladiu)-----	800,00
PÓSTO AYANGUERA - (gasolina)-----f-----	2.150,00
MELIO NELLO DE AZEVEDO - carroto-----	800,00
ICA TETTE SA. - um burlejo -----	550,00
CASA DO FANTASMA - compras para a fazenda	450,00
IRMAOS GONZAGA LTDA. - (alimentos)-----	18.390,00
PROGAS II. - (remédios)-----	479,00
ARMATEM SÃO JORGE - (mantimentos)-----	7.182,00
DESMITAÇÃO LLOYD LTDA. - (ferreiros)-----	3.350,00
CASA BERNAMBUCANA (tecidos)-----	5.594,00
CASA GOTTENINGA - (tecidos)-----	256,00
ALMEIDA VEIGA - peça para per. pressão--	100,00
" " - panel almanco-----	90,00
CASA DOS REPTIOPAROS - (material solda)	720,00-
CASA JARAGUA - (tecidos) -----	1.037,70
BATAH VIMBURY - (material para a lancha)-	27.550,00
CASA SERTANEJA - (3 colheres silvestres)--	900,00
ALMEIDA VEIGA - (mat. para geladeira)--	634,00
CASA TRIANTO - (lancha)-----	83,00
A SERTANEJA - material de iluminação-----	1.200,00
RADIO PEÇAS LTDA; 24 pilhas -----	1.200,00
IMPORTADORA MECANICA - torneira -----	900,00
PROGAS GOIANA - remédios-----	1.254,00
TAPACANTA BOTANA- lanchas p/índios-----	1.050,00
RADIO LUE LTDA. lancha-----	450,00
UNIA DA BARRACA - material p/oficina----	1.625,00
CASA DO COTO- galta de bone p/índio-----	900,00
UNIA DOS PLASTICOS - implemento/geladeira	1.500,00-
VINDICARIA NACIONAL- vidro p/artario-----	600,00
ARMATEM VAVANS (remédios p/bicheira)-----	880,00
ARMATEM SÃO JORGE - mantimentos-----	360,00
EXPOSIÇÃO GOIANA- roupa p/índio-----	6.900,00
SARTO SA. - (material) -----	1.055,00
A SERTANEJA - cartuchos para caça-----	4.080,00
CASA DO BARATA - agulhas p/saco-----	80,00
NOGUEIRA SA; peças p/CHLP-----	10.440,00





## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

## SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

6815  
696  
Muniz

MANOEL MELO MARTINI - fornecido p/ordem da 82 IR. ( Francisco Meireles)-----	17.890,00
CASA BOM SORTE - 3 colchões de mola-----	19.140,00
A ECONOMICA - dois coneos de couro-----	160.000,00
A REFRIGERAÇÃO NTA. CATARINA	
envio para Geladeira-----	2.200,00
POSTO TOMATINHO ) gasolina-----	850,00
POSTO ALENCASTRO VITTA (gasolina)-----	550,00
INDIO MARTINI INDA. (alimentos)-----	6.600,00
MOTOS REFRIGERAÇÃO SA. - -	
Uma Geladeira CONSUL-----	104.000,00

T O T A L. ))-----

( Em LIVRO CAIXA encontra-se o movimento do Pôsto -- INDIOANA GETULIO VARGAS, onde está registrado a venda semanal da carne dos bois abatidos, depois de ser retirado o que pertence ao Índio, e também dos couros e sebo. Neste mesmo LIVRO está consignada as despesas ).

CONCLUSÃO

Toda a escrituração do Pôsto foi examinada, e encontraram-se em ordem, até Janeiro deste ano.

Segundo o Sr. Luiz Guedes, os lançamentos só se procedem após a aprovação dos Avisos Mensais, pela FOA.

A contagem do gado não é possível antes de terminar a invernada, não existe onde vende-los.

O arrolamento do acervo recebido pelo Sr. Luiz Guedes Amorim, foi conferido, bem assim, as aquisições de material permanente se encontra se encontra na relação de recibos.

SR. DIRETOR

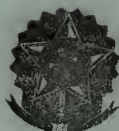
Em of. a/n datado de 28 de março de 63, o Sr. Luiz - Guedes de Amorim, Encarregado do RI. Getulio Vargas solicita autorização para vender 80 cabeças de gado pertencentes à Fazenda Carajá, para atender as seguintes despesas :

Construir uma invernada no valor de----	480.000,00
Recuperar a Lancha Carajá-----	350.000,00
Aquisição de 10 cavalos-----	200.000,00
Construção de uma "Baia"-----	160.000,00

TOTAL

R. 190.000,00

(um milhão cento e noventa mil cruzeiros)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

6816  
B/A

Murad

Nas sindicancias realizadas constatamos, que :

1) - foram realmente vendidas as 80 cabeças de gado, mesmo sem autorização da Diretoria, a ra

ção de Cr.\$16.000,00 ----- 1.280

1.280.000,00

Por Ordem do Diretor-Substituto Sr. Francisco Meireles, foram abatidas 10 rezes, e vendidas

-sendo apurado----- 206.870,00

TOTAL----- 1.486.870,00

Semenalmente é abatida uma rez para consumo dos índios, Posto e venda, de tres em tres meses é fornecida uma rez a Aldeia Indígena de Pontoura.

REALIZAÇÕES

Do que fora proposto, somente a recuperação da carcassa da Lancha está completa, totalmente. O motor aguarda - algumas peças que devem ser adquiridas no Rio, por se terem estragado durante os dois anos em que a Lancha - esteve afundada.

A INVERNADA tem 2066 moirões postos, com o aramado prn to, faltando mais ou menos 2500 para fechar totalmente.

A "BATA" não foi iniciada.

Dos 10 cavalos que deveriam ser adquiridos, somente 1 (um) foi comprado.

O Sr. Luiz Guedes de Amorim, declarou que completará - o que está faltando se lhe fôr dado um minino de tempo.

PROVIDÊNCIAS SURTENTES

1) - RESTABELECER às aulas no predio da ESCOLA, ora-ocupado por uma familia, tendo ao lado uma cosinha feita de palhas, e sua veranda com cerca de arame farpado. Adquirir material didatico para a ESCOLA;

2

2) - ESTABELECER horario para o Enfermeiro, bem assim - que o mesmo se apresente calçado, e com avental branco - compativel com sua função, e não de chinelos e em traje que foge as funções que exerce.

3) - DETERMINAR que sempre que um boi seja abatido, fa





6817  
BIA  
Huan

aproveite-se o "sebo" para fazer sabão para os índios. Posto isto em pratica, não se permite mais que os mesmos se apresentem no PI. com as roupas imundas conforme andam.

4) - Terminar a construção da Invernada, a todo custo Não é possível o SPI. tendo em sua fazenda mais de 1800 cabeças de boi, não poder marca-los por falta de uma invernada.

5) - Construir a "Baia"

6) - Estabelecer um preço para a alimentação dos que visitam a Aldeia, afim de não onerar o Posto Indigena.

7) - Os passeios de Barço só devem ser proporcionados tendo a gasolina paga.

8) - Consertar o Parque de Diversões das Crianças.

9) - Construir um pequeno Carro de Bois para transportar a produção do índio, da roça para o PI.

10) - Contratar um bom mecanico, para movimentar a oficina, que servirá tambem para aprendizado indígena além de ser auto-financeiavel, uma vez que poderá atender aos Barços que trafegam o Rio Araguaia.

11) - Continuar os trabalhos de derrubada para roça já adiantados, assegurando a alimentação do índio no proximo ano. (Este ano foram colhidos 150 sacos de arrôz e 10 de milho.)

Fôram estas Sr. Diretor às irregularidades constatadas e que ferem o Art. 196 dos Estatutos dos Funcionarios, e 194 da Constituição, que dizem: "Pelo exercicio irregular de suas atribuições, o funcionário responde, civil, penal, e administrativamente."

Punindo o SR. Luiz ~~Quêdes~~ de Amorim, com 30 dias VS. enquadrou-o em Falta Grave, que corresponde ao ato da venda do gado, sem autorização.

O emprego das importancias recebidas, produto da venda do gado, não foram totalmente aplicados no que fôra proposto pelo referido Sr., no entanto na pagina 7, deste Processo, ele declara que terminará às tarefas / que propos realizar.

Pedimos venia para sugerir, seja permitido ao referido Sr. terminar os trabalhos tão necessarios ao SPI e para cujo fim foram vendidos o gado da Fazenda / /

Carajá. Somos de opinião que houve, indisciplina, abuso, de confiança, infração do Codigo de Contabilidade, irregularidade, mas não desonestidade. Desta fôrma pedimos venia para sugerir, se faça cumprir às sugestões acima, arquivando-se posteriormente este Processo.



6818  
Bjb

Muniz

#### O HOMEM

KARAJÁ, é um nome dado pelos homens civilizados, eles se chamam INÃ, e atendem como KARAJÁ, como uma tradução do nome INÃ.

Se trata de uma tribo da floresta tropical, os KARAJÁ.

KARAJÁ, é uma palavra TUPI, com que os mesmos denominam - um macaço conhecido com o nome de Guariba.

Vivem na Ilha do Bananal, cujo nome em KARAJÁ é KORUMBARÉ formada pelo Rio Araguaia, chamado pelos índios de / / / BEREHOKÃ.

#### ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLITICA

É uma sociedade formada por elementos familiares tipo matri-local, que determinou um tipo de pequeno clan intra-tribal - com um Chefe familiar.

Um cacique e dois Chefes, formam a autoridade politica e social.

WATAÚ é o Cacique efetivo, criação do civilizado, em visita a Ilha, feita pelo saudoso Presidente Vargas, alterando a estrutura governativa dos índios.

KURIALA - atua como Cacique legislador, no que se refere ao - calendario cerimonial.

MALWA, - ex-cacique efetivo, usurpado por WATAÚ, é atualmente - um Chefe simbólico, mantendo a dignidade de um Chefe de fato Seu filho MALWANÉ, é o herdeiro da Chefia da tribo, sendo jovem ainda, lutará por certo, pela volta da normalidade que foi perturbada pelos civilizados.

Se observa um profundo sentido de responsabilidade na organização comunitaria da tribo.

Dividem o trabalho, em duas partes; TRABALHO INDIVIDUAL e TRABALHO COLETIVO, trabalho individual; ceramica, cestaria, arco e flexa, ornamentos, trabalho coletivo ou coperativo, caça, - pesca, trabalhos nareça.

Todo aquele que exercer a função de Encarregado do PI. Getulio Vargas do SPI., terá que lidar com uma tribo, que apesar de longos anos em contato com a civilização ainda mantem ou tenta manter sua estrutura economica e social.

A alteração em seu governo von influindo poderosamente e seus habitos , assim podemos observar com tristeza, que a propria - mascara, do Aruanã, mascara sagrada, já é enfeitada com pedaços de pano, e não com penas, como era feito antigamente.

A Arara, outrora, obrigatoria quasi, em cada casa, hoje, existe





Huui

apenas 3 em toda a aldeia, em contraste o índio compra do civilizado, a ARARA morta, pela arma do branco, que impiedosamente vem destruindo a caça no vale do Rio Araguaia.

Com a operação ILHA DO BANANAL, o álcool, foi introduzido entre os KARAJÁ, o que fez com que MALWÁRE, o herdeiro da Chefia da tribo, em legítima defesa, matasse outro índio, levando a dor e a miséria a duas famílias.

WATAÚ, chefe dos civilizados, tentou fazer justiça com as próprias mãos, a fernte de 30 índios, procurou MALWÁRE para matar desta forma ficaria livre do futuro detentor do comando dos KARAJÁ que asseguraria para seu filho. Não conseguiu graças a ação do Encarregado do PI. que recolheu o índio a Sede do Pôsto, retirando-o depois para outras paragens.

Quasi não se vê hoje um índio embriagado entre os KARAJÁ, o Encarregado do Pôsto Sr. Luiz Guedes tomou providencias radicais e em um bom trabalho conseguiu melhorar aquela calamitosa situação.

O RITUAL, enquanto perdurar a anomalia na Chefia da tribo, irá fatalmente decrescendo, assim ocorre porque o KARAJÁ, mercantiliza cada vez mais suas atividades, suas danças, o fazem por dinheiro, não têm expressão, sem colorido, sem entusiasmo, não representam absolutamente nada. lhes falta incentivo, o orgulho da raça não lhes é aguçado para que vivam as suas glorias.

A cerâmica, grandemente estilizada, já não representa seus valores artisticos; hoje quasi todas as mulheres fabricam "boneças" uma BERICHE, fica envolvida pelas mediocridades, e as peças mais vendidas são aquelas que mais pintadas fôrem.

Apropria "marca" tribal feita na face, já não é aceita por todos. Dividida a aldeia, nota-se esta divisão atenas construções, a parte que acompanha o velho MALWÁ conserva ainda a tradição, a outra parte alterou a forma do teto para quatro aguas, copia da civilização.

Cada Chefe protege um grupo, o velho cacique leva desvantagem, uma vez que os civilizados que visitam a tribo têm mais contato com WATAÚ.

Sendo a Ilha do Bananal, de facil acesso, sempre que preciso se torna e de lá que vêm os índios para representar aquela raça - nas festas dos civilizados, a pouco tempo os KARAJÁ estiveram em Brasília trazidos pelo Ministerio da Educação para tomarem parte nas festas da abertura das Olimpíadas, ascendendo a toxa que iniciou aquelas festividades esportivas.

Trazidos em Avião da FAB, tiveram que voltar em caminhão, sendo



68.20  
B916

Hua

que um deles adoeceu, indo morrer na aldeia, deixando mulher com filhinho de colo nos braços.

Se faz necessário muito cuidado, o índio ao sair do seu meio fica sujeito as doenças para as quais o seu organismo não // tem as resistências de que carece, desta forma não resiste // e leva para os seus o luto e o maior abandono, visto que não é fácil a sobrevivência das viúvas na tribo.

Pôr outro lado já é tempo de ser cuidado da parte higienica / da aldeia dos KARAJÁ, compete ao Encarregado do PI. encaminhar o índio para a limpeza, ensinando-lhes a limpar a aldeia bem / assim hábitos de higiene corporal como seja; escovar os dentes lavar as roupas, tomar banho fazendo uso do sabão, limpar as unhas, acabar com o piolho, enfim tudo isto que de a muito já deveriam saber.

A função de Encarregado não se limita a administrar a fazenda e o pessoal, mas, e isto é essencial educar o índio para receber os benefícios da civilização para a qual nós comprometemos trazê-los.

Existe na Ilha um moderno Gabinete Dentario, facil portanto // será a contratação de um dentista, pelo menos durante dois meses para higienizar a boca dos índios, que infelizmente oferecem o aspeto mais deprimente.

Enfim um trabalho dedicado e humano, poderá fazer ainda com que aqueles índios voltem a ser alegres e felizes como foram vistos pelo grande Couto de Magalhães.

---

CHEFE DA SE.



68 21  
376

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE-INQUÉRITO ADMINISTRATIVO INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 78, DE 23.3.1968, DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DO INTERIOR.

DORVAL DE MAGALHÃES, por seu Procurador infra assinado, nos autos do processo a que estaria respondendo perante essa Comissão de Inquérito, vem oferecer a Vossa Senhoria, nos termos do artigo 222 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei nº ... nº 1.711, de 28 de outubro de 1952), as razões de sua DEFESA, esclarecendo, preliminarmente, o seguinte:

a) O domicílio e residência do acusado e a questão do prazo para sua defesa. O acusado é funcionário do Governo do Território Federal de Rorâima, domiciliado e residente em sua Capital, a mais de 3 mil quilômetros do Estado da Guanabara. Pela citação da C.I. foi-lhe concedido prazo de 20 (vinte) dias para apresentar defesa, sendo de notar que o documento não lhe transmitiu o inteiro teor das acusações contra êle articuladas (Doc. nº 1), o que só veio a obter ontem à tarde, através do comparecimento pessoal de seu Procurador à sede da C.I.

A distância e a dificuldade de comunicações entre o acusado e o seu procurador constituem razões ponderáveis para, no interesse da defesa, considerar-se o prazo, que hoje expira, insuficiente, exíguo e prejudicial ao mais amplo exercício do direito do acusado. Por isso, em outro documento, está êle requerendo, nos termos do § 3º do artigo 222 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, prorrogação do prazo a fim de que possa realizar diligências imprescindíveis à obtenção e à juntada ao processo de documentos capazes de elucidar as dúvidas da C.I. e de demonstrar cabalmente sua inocência.

Não se compreende que o prazo dado a indiciados domiciliados e residentes no Estado da Guanabara ou na Capital da República seja o mesmo concedido ao cidadão residente no Território de Rorâima, que não dispõe, de nenhuma forma, das mesmas facilidades daquelas, no interesse de sua defesa.

b) Condição funcional do acusado. O título

de Superior-Delegado de Índios. Como se declarou acima, o acusado é funcionário do Governo do Território Federal de Roraima. Exerce o cargo de Engenheiro-Agrônomo, nível 21, do Quadro Permanente daquele Território. Desde 1945, quando deixou de ser funcionário do Serviço de Proteção aos Índios, jamais voltou a exercer função no Quadro de Pessoal daquele Serviço. Em 1965, o Diretor Geral do SPI conferiu-lhe o título honorífico de Superior-Delegado de Índios, que não é cargo integrante do referido Quadro de Pessoal e tampouco remunerado. Seu exercício é absolutamente gratuito. Não há como em-prestar-lhe o munus inerente aos cargos e funções próprios do serviço público.

Pelo teor do título, de acordo com o ofício nº 371, de 18 de junho de 1965, anexado por cópia (Doc. nº 2), verifica-se que só lhe foi concedida tal honraria "dado o alto prestígio de que desfruta em toda a região do Território Federal de Roraima, tendo em vista as elevadas qualidades morais que tanto o conceituam junto a índios e civilizados".

O SPI, ao longo de toda a sua existência, conferiu tais títulos a inúmeros cidadãos por todo o país. Com a providência, o SPI sempre objetivou mobilizar a colaboração, sem quaisquer ônus para os cofres públicos, de homens e mulheres de boa formação moral, cívica e social, aptos, pelo seu prestígio pessoal e condições locais, a ajudar o SPI a resolver e encaminhar os problemas dos indígenas, em suas relações com os civilizados, em cada região.

Só os maledicentes e, parece, a Comissão, não verificaram que a concessão desses títulos honoríficos ocorre desde Rondon.

O Superior Delegado de Índios não recebe qualquer pagamento, não recolhe rendas ou receitas de qualquer tipo, e muito menos as aplica. Limita-se a interferir junto a particulares e autoridades em favor dos índios e na defesa de seus legítimos interesses.

Através de comunicações e relatórios mantém a direção do SPI informada sobre os vários aspectos da ação que deve ser desenvolvida em favor dos indígenas. Indica sugestões exclusivamente em caráter de cooperação. Nada decide, mormente em contrário ou em conflito com a orientação que só o SPI deve traçar.

Assim, e só assim, agiu o Dr. Dorval de Magalhães. Bem ilustrativo é, a propósito, o relatório que enviou em 27.9.1965 ao Sr. Diretor Geral do SPI, cuja cópia segue anexa (Doc. nº 3).



Veja-se, também, o documento por êle dirigido ao Instituto Brasileira de Reforma Agrária (IBRA), Seção de Roraima (Doc. nº 4), solicitando isenção do impôsto territorial rural para diversos silvícolas. E, ainda, outros expedientes a êste apensos (Docs. nºs. 5 a 9). De sua leitura, constata-se a ação meritória que Dorval de Magalhães desenvolveu enquanto Superior Delegado de Índios em Roraima, cargo honorífico, sem remuneração de qualquer espécie.

Em tais condições, o Dr. Dorval de Magalhães não pode ser indiciado nesse processo. Seria, quando muito, informante.

Por isso, e preliminarmente, requer o infra assinado que essa Comissão de Inquérito considere o Dr. Dorval de Magalhães como informante apenas.

c) O teor das acusações. É o seguinte o conteúdo das acusações registradas contra o Dr. Dorval de Magalhães no bôjo do presente processo:

- 1 - Condenado pelo Conselho de Segurança Nacional (fl. 936);
- 2 - Demitido da IR-1 do SPI, por crimes contra a administração (fls. 936, 942 e 4024);
- 3 - Usurpação de cargo público (fls. 936, 942);
- 4 - Conivente na venda irregular de gado da Fazenda São Marcos, em favor pessoal do Major Luís Vinhas Neves, sem concorrência (fls. 4022, 4055 e 4056).

Alinhadas assim, tais acusações levam inevitavelmente o observador menos avisado a fazer juízo severo sôbre qualquer acusado. Entretanto, esmiuçadas uma a uma, verifica-se a sua completa improcedência.

Tôdas as acusações acima constituem meras alegações gratuitas, completamente destituídas de quaisquer documentos ou provas, e foram "descobertas" nos "Têrmos de Inquirição" de três indiciados neste processo, e na correspondência particular de um quarto acusado.

Mas, ainda desta vez, o ônus da prova, que deveria pertencer aos caluniadores, cabe ao acusado.

Vejamos, pois, a que se reduzem as "acusações":

- 1 - CONDENADO PELO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL (fl. 936)



Na fôlha 936 encontra-se o seguinte:

"Térmo de inquirição (28.9.1967) de JOSÉ FERNANDO da CRUZ" .....  
"que sôbre os componentes da Comissão Parlamentar de Inquerito que indiciou o depoente, acha necessário esclarecer os seguintes fatos: Deputado Valério Magalhães, Presidente da aludida Comissão, parente de um eis funcionário do CPI, digo ex-funcionário do SPI que foi condenado pelo Conselho de Segurança Nacional, demitido do SPI por crime contra a administração pública, que o nome desse funcionário, salvo engano, é DORVAL MAGALHÃES;" (Os grifos são nossos).

O depoente não juntou qualquer documento ou prova nem quanto à imputação caluniosa ao Sr. Deputado Valério Magalhães e muito menos no que tange ao Dr. Dorval de Magalhães. Existe apenas a palavra de um indivíduo cuja motivação contra o deputado e o seu parente está claramente expressa no fato de ter sido êle indiciado por uma COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO presidida por aquêle parlamentar. Eis aí o móvel de José Fernando da Cruz, cuja coragem não lhe permitia asseverar que se trate da pessoa de Dorval de Magalhães, daí o "salvo o engano"...

Como pode a Comissão dar guarida a manobras tão reles?

O Conselho de Segurança Nacional não é tribunal nem instância administrativa competente para julgar e condenar quem quer que seja. Sôbre êste ponto, da condenação do Dr. Dorval pelo C.S.N., o depoente também não juntou prova, nem poderia fazê-lo, tal a flagrante insanidade da acusação.

2 - DEMITIDO DA IR-1 DO SPI, POR CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO  
(fls. 936, 942 e 4024).

Na fôlha 936: "Térmo de inquirição (28.9.1967) de JOSÉ FERNANDO DA CRUZ" .....  
"que sôbre os componentes da Comissão Parlamentar de Inquerito que indiciou o depoente, acha necessário esclarecer os seguintes fatos: Deputado Valério Magalhães, Presidente da aludida Comissão, parente de um eis funcionário do CPI, digo ex-funcionário do SPI que foi condenado pelo Conselho de Segurança Nacional, demitido do SPI por crime contra a administração pública, que o nome desse funcionário, salvo engano, é Dorval Magalhães;" (os grifos são nossos).

Na fôlha 942: "Térmo de inquirição (28.9.1967) de JOÃO BEZERRA DE MELO" .....  
"que havia rendas, também proveniente de venda de gado; que antes da determinação do Diretor Malcher as rendas já eram aplicadas na própria Inspetoria; que, em 1945, por desmandos administrativos o Sr. Alberto Pizarro Jacobina foi demitido do SPI; que pelo menos no processo, digo, que pelo mesmo processo foi demitido o servidor Inspetor Dorval de Magalhães; que esse processo administrativo apurou a venda irregular de gados e outros pertences do patrimônio indígena;" (Os grifos são nossos).



Na fôlha 4024: "Térmo de inquirição (23.11.1967) de GILBERTO PINTO FIGUEIREDO COSTA".....  
"que Durval Magalhães havia sido demitido A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO; que hoje DORVAL MAGALHÃES é funcionário do Governo do Território de Roraima"; (Os grifos são nossos).

Os depoentes não dizem, nem provam, que crimes contra a administração pública teria o Dr. Dorval de Magalhães praticado. Ninguém sabe que crimes são êsses.

Diz-se, apenas, e gratuitamente, que foi "demitido do SPI por crime contra a administração pública", ou "que Durval Magalhães havia sido demitido A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO", ou, ainda, "que, em 1945 ....., pelo mesmo processo foi demitido o servidor Inspetor Durval de Magalhães".

A acusação é de que teria sido demitido, em 1945, há precisamente 23 anos...

A imputação a Dorval de Magalhães fica assim imprecisa, vaga, no ar. Não se apontam clara e diretamente os crimes de sua autoria contra a administração. Diz-se, de leve, como quem não quer nada, que "êsse processo apurou a venda irregular de gados e outros pertences do patrimônio indígena".

Se apurou, se o depoente sabe que se apurou, por que não define êle, em seu depoimento, as responsabilidades?

Do que consta no presente processo, não é possível atribuir por dedução qualquer responsabilidade ao Dr. Dorval de Magalhães.

Como, pois, com base em alegações gratuitas, vagas, desacompanhadas de provas, pode a Comissão classificar Dorval de Magalhães como indiciado no presente processo?

Os fatos a que os documentos de fls. 936, 942 e 4024, acima transcritos, pretendem aludir, ocorreram em Manaus, Estado do Amazonas, no longínquo ano de 1945. Na ocasião, recém-saídos da Ditadura, os amazonenses, como os brasileiros de todos os quadrantes, participavam já do processo político que então se iniciava. O Dr. Dorval de Magalhães tomou posição político-partidária, no exercício de um direito que lhe pertencia como cidadão. Seus adversários, ainda infensos ao convívio democrático, moveram-lhe combate sem quartel, utilizando-se dos meios que lhes pareciam mais eficazes, ainda que nem sempre defensáveis. Os fatos foram então públicos e notórios, na capital amazonense, culminando num processo administrativo-judicial no âmbito do SPI, processo de inspiração e objetivos totalmente políticos, sem qualquer consistência, tanto assim que foi julgado improcedente pelo Juiz Dr. ARMANDO DE QUEIROZ TEIXEIRA, ilustre magistrado amazonense, havendo a sentença



absolutória transitado em julgado em 20 de fevereiro de 1948, há 20 anos, portanto.

A administração que substituiu a do Sr. Alberto Pizarro Jacobina na IR-1, em Manaus, demitiu sumariamente o Dr. Dorval de Magalhães de um cargo de confiança, que não era vitalício. Somente essa a consequência administrativa daquele processo para o Dr. Dorval de Magalhães.

Esses eventos ocorreram entre 1945 e 1948, há mais de 20 anos. Se houvesse algum ilícito ou irregularidade a punir (o que inexistente), a falta já estaria amplamente prescrita e não poderia em 1968 constituir motivo para a indicição do Dr. Dorval de Magalhães em novo processo.

### 3 - USURPAÇÃO DE CARGO PÚBLICO (fls. 936, 942)

Tudo o que se encontra nas folhas 936 e 942 do processo, referente a Dorval de Magalhães, já se acha transcrito no item anterior. Ali nada existe capaz de caracterizar essa figura de "USURPAÇÃO DE CARGO PÚBLICO" que a Comissão atribui ao Dr. Dorval de Magalhães.

A presunção de que, em consequência da demissão ocorrida em 1945, não poderia o Dr. Dorval de Magalhães receber, em 1965, o título honorífico de Superior Delegado de Índios no Território de Roraima, não abona a inteligência de quem abriga tal entendimento.

### 4 - CONIVENTE NA VENDA IRREGULAR DE GADO DA FAZENDA SÃO MARCOS EM FAVOR PESSOAL DO MAJOR LUÍS VINHAS NEVES, SEM CONCORRÊNCIA (fls. 4022, 4055 e 4056).

Na folha 4022: "Térmo de inquirição (23.11.1967) de GILBERTO PINTO FIGUEIREDO COSTA" .....

Não há qualquer referência ao Dr. Dorval de Magalhães, na condição de conivente na operação acima, que lhe é imputada pela C.I.

Na folha 4055: "Carta particular do Sr. Alberto Pizarro Jacobina ao Major Luís Vinhas Neves, data-da de 22.6.1965"

Há duas referências ao Dr. Dorval de Maga-



Magalhães nessa carta, mas nela não se afirma, nem se demonstra, que ele teria participado, como parte diretamente interessada ou envolvida nos resultados financeiros, da venda de gado então realizada em Manaus, por ordem do então Diretor Geral do SPI. Há apenas a informação do missivista de que ele, Dr. Dorval, teria colaborado no encaminhamento do assunto, como amigo pessoal do representante do SPI e como Diretor da Divisão de Produção, Terras e Colonização de Roraima. Somente isso. O Dr. Dorval de Magalhães não tinha, então, no âmbito do SPI qualquer posição administrativa decisória no caso, fôsse na aplicação de numerário, ou na escolha de compradores, fôsse ainda no desprezo à norma da concorrência pública para tal venda. Assim, como envolvê-lo em suposto ilícito que não praticou?

Quanto à recomendação do missivista ao Diretor Geral do SPI, para que o Dr. Dorval de Magalhães fôsse nomeado Chefe da IR-1, isso não pode constituir crime. Não passou de mera recomendação, partida de um amigo, a qual, aliás, não foi aceita pelo Diretor Geral que designou outra pessoa para o cargo.

Na fôlha 4056: "Carta particular de Sr. Alberto Pizarro Jacobina ao Major Luís Vinhas Neves, datada de 26.6.1965" .....

Não há, nesta carta, qualquer referência à pessoa do Dr. Dorval de Magalhães.

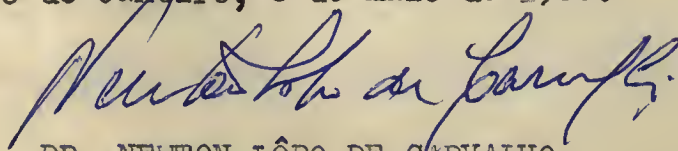
A pecha de conivente, é, assim, injusta e arbitrariamente lançada, sem nenhuma consideração pela verdade e sem que nenhuma prova possa comprová-la.

Face a exiguidade do prazo concedido ao Dr. Dorval de Magalhães para a apresentação desta defesa, PROTESTAMOS pela apresentação posterior de documentos e provas relativos aos itens acima abordados.

Finalmente, examinadas as acusações e demonstrada a sua improcedência, requer o advogado infra assinado que essa Comissão de Inquérito anule a indicição de Dorval de Magalhães e proclame a sua inocência, como é de inteira

J U S T I Ç A !

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1968.



DR. NEWTON LÔBO-DE CARVALHO

Adv.insc.6991-0.A.B.



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA  
SERVIÇO DE RADIOCOMUNICAÇÕES  
RADIOGRAMA

CARIMBO

~~6828~~

A circular postmark from New York, dated February 10, 1896. The text "NEW YORK" is at the top, "FEB 10" is in the center, and "1896" is at the bottom. There is a small handwritten mark in the top left corner.

## ENDERÊÇO

SR DORVAL MAGALLANES

FUNCIONARIO DO TERRITORIO

FED ROBAIMA

BV

# INDICAÇÕES DE SERVICO

## PREÂMBULO

RIO

105

180

15

16.55

## RECEPCÃO

၁၆၈

۲۷

s/2

17.55

TEXTOE ASSINATURA

DE ORDEM DO SR PRESIDENTE DA COMISSAO DE INQUERITO INSTAURADA PELA POP-  
TARIA NR 78 VG DE 22 DE MARÇO DE 1968 VG DO EXMO. SR MINISTRO DO INTE-  
RIOR. VG PUBLICADA NO DIARIO OFICIAL DA UNIAO VG SEÇÃO I PARTE I VG /  
FLS 2647 VG DE 1 DE ABRIL DE 1968 VG FICA VS CITADO PARA VG NO PRAZO DE  
20 DIAS VG APRESENTAR DEFESA ESCRITA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO A QUE  
RESPONDE NESTE MINISTERIO VG NA FORMA DO ARTIGO 222 DO ESTATUTO DOS FUN-  
CIONARIOS PUBLICOS DA UNIAO PT AINDA NA FORMA DO CITADO ARTIGO SER-LHE-A  
DADO VISTA DOS AUTOS DO PROCESSO VG NOS DIAS UTEIS VG DAS OITO E TRINTA  
AS ONZE E TRINTA E DE QUATORZE E TRINTA AS DEZEITO E TRINTA HORAS VG  
NA ANTE-SALA DO GABINETE DO SR MINISTRO VG SITUADA NA PUA DAS FALEIRAS  
NR 55 VG NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO VG ESTADO DA GUANABARA PT O RE-  
FERIDO PRAZO COMEÇARÁ A FLUIR A PARTIR DO DIA 18 DO CORRENTE MES VG IN-  
CLUSIVE PT SD = BEATRIZ GORINI DE ALMEIDA SECRETARIA DA COMISSAO DE  
INQUERITO



7.º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO

EDGARD COSTA FILHO

SUBSTITUTO

BERNARDINO J. DA CRUZ

ESCRIVENTES AUTORIZADOS

Danilo Canali

Cibelo de O. Maya

ROSÁRIO, 76

23-5663 — 23-2594

ESTADO DA GUANABARA

Certifico e dou fé de que  
a presente cópia fotostática é  
a reprodução fiel do original  
que me foi exibido.

Rio de Janeiro, 8 de 5 de 1968

Em test.º da verdade

*[Assinatura]*  
Cota 0,25 cada - Tab. VIII Ann. 4.º



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Of. nº 371

Brasília, D. F.  
Em 18 junho de 1965

Do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios

Ao Dr. Dorval Magalhães.

Assunto: confere-lhe título honorífico

Senhor Dorval Magalhães:

Dado o alto prestígio de que desfruta em toda a região do Território Federal de Roraima, tendo em vista as elevadas qualidades morais que tanto o conceituam junto a índios e civilizados, RESOLVO conferir-lhe o título honorífico de SUPERIOR-DELEGADO DE ÍNDIOS naquele referido Território.

Aproveito a oportunidade, para apresentar a Vossa Senhoria, meus protestos de estima e distinta consideração.

(a)

LUIS VINHAS NEVES - Maj Av Diretor



Boa Vista, 27 de Setembro de 1965.

Of. Nº 1

Do: Dr. Dorval de Magalhães  
Superior-Delegado de Índios

Ao: Major Luis Vinhas Neves  
Diretor do Serviço de Proteção aos Índios

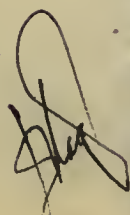
Prezado Senhor Diretor:

Em cumprimento às instruções exaradas no Ofício nº 372 de V.Sa., dei início às mesmas, a 1º de julho próximo passado, tornando inclusive público, pela Radio Roraima, a minha categoria de "Superior-Delegado de Índios, com jurisdição em todo o Território de Roraima", designado que fui pelo Ofício Nº 371, também de V.Sa.. E' encusado dizer que me têm chegado inúmeros casos sociais indígenas, cujos problemas tenho procurado resolver na medida do possível. São casos de invasões de terra, são necessidades de utensílios para o trabalho, são atritos, são raptos de menores, etc. Eu os venho relacionando para o meu relatório de fim de ano.

- 1)- INDIA VALDETE:- Um caso, entretanto, obrigando minha ação a extrapolar os limites de minha jurisdição, tive de levar ao conhecimento de V.Sa., em telegrama datado dos primeiros dias do findante e cujo teor transcreve: "Solicitando suas mais prontas providências comunico índia civilizada Mariquinha Taurepã reclama contra Dona Juanita Miranda Pureza, residente Rio, rua Benjamin Constant nº35 apt 701, Glória, virtude mesma haver levado sua filha menor Valdete ha vários anos e negar-se devolver mesma para esta cidade segundo havia se comprometido". Espero que V.Sa. tenha podido ordenar os passos necessários nesse sentido e estou certo de que, em breve, aqui chegará a referida índia Valdete para alegria e satisfação de sua pobre mãe.
- 2)- MALOCA CANAUANI:- Fui convidado pelos índios dessa maloca para fazer uma visita a essa localidade, a fim de tomar conhecimento de suas maiores necessidades. Prometi atendê-los e deverei visitá-los muito breve, trazendo os dados indispensáveis.
- 3)- ÍNDIOS DO ALTO RIO MUCAJAI:- Em anexo, estou enviando a V.Sa. duas fotografias de índios do alto rio Mucajai, fronteira com a República da Venezuela, onde há uma missão americana, por cujos missionários as mesmas me foram ofertadas. São índios Xirianã, de índole pacífica e que frequentam a mencionada Missão.
- 4)- REGIÃO DO PARIMA:- Sabe V.Sa. da existência de diversas tribos nessa extensa região, fronteira Brasil-Venezuela. Dada a configuração geográfica e tendo em vista a existência de alguns campos de



de pouso para aviões de pequeno porte, é enorme o desejo de penetração dessa área por parte de garimpeiros e diamantários, conhecidos de que ali existem inensos garimpos de ouro e diamante. Tal pretensão foi levada a conhecimento do Dr. Mauro Thibau, Ministro de Minas e Energia, por vários garimpeiros, em reunião pública, quando de sua passagem, há poucos dias, por esta cidade. A necessidade portanto, de instalação de postos indígenas do S.P.I. na região mencionada, é medida indispensável. O chefe da Inspetoria, Gilberto Costa, já tomou conhecimento da importância excepcional desse problema.

- 5)- PRÉDIO E TERRENO DO SPI EM BOA VISTA:- Em cumprimento ao item c) de minhas atribuições específicas, estou em entendimentos com o Sr. Prefeito Municipal para que seja regularizada a situação em que se encontra o terreno em referência, considerando que o Plano de Urbanização de Boa Vista atingiu a antiga área. Espero seja expedido outro título de acordo com a locação da nova urbanização da cidade. Sou de parecer que, uma vez resolvido esse problema que, espero não demorará muito, urge seja recuperado o prédio ali existente que servirá para abrigar, pelo menos, certos funcionários de São Marcos que vêm a esta cidade a serviço e não têm onde se alojarem, bem assim os índios que procuram Boa Vista para obter solução de seus casos pendentes e mesmo quando doentes. Ainda que o caso de doença seja de internamento em hospital, há sempre necessidade de um período intermediário entre a chegada no porto e a obtenção de vaga hospitalar.
- 6)- ESTRADA CORTANDO TERRAS DA FAZ. NAC. DE SÃO MARCOS:- Em cumprimento ao item d) de minhas atribuições específicas, posso adiantar que já me entendi com o Sr. Dandanha sobre as normas para o tráfego autorizado pelo S.P.I., de veículos particulares pelas terras da Fazenda Nacional de São Marcos com o fim de evitar, conforme recomendação de V.Sa., as depredações que se vinham verificando no patrimônio da Fazenda Nacional. Estou tratando de obter, além do solicitado por V.Sa., uma isenção do pagamento da taxa de trânsito nas balsas que fazem a travessia nos dois rios extremos da referida estrada, para os veículos oficiais do S.P.I. ou a serviço do S.P.I.. Trata-se de uma isenção muito justamente pleiteada pelo atual chefe da IRI, Sr. Gilberto Pinto Figueiredo Costa. Deverei obter que essas normas e isenções sejam consubstanciadas na lavratura de um termo de acordo assinado pelo Sr. Dandanha e pelo Chefe da I.R.I., ou pelo encarregado de São Marcos. Pleitearei ainda que fique consignado nesse termo de acordo a proibição formal de aberturas de quaisquer outras estradas dentro das terras da Fazenda Nacional de São Marcos, sem autorização prévia do S.P.I., representado pelo seu Diretor. Esclareço, para governo de V.Sa., que a estrada pioneira, aberta por fazendeiros da região, tendo à
- 



frente o referido Sr. João Evangelista de Pinho (vulgo Dandanha) e à qual V.Sa. se refere nesse item d), tem início na margem esquerda do rio Uraricoera, no retiro da Fazenda Nacional denominada Xiriri, e segue como estrada reta até a margem direita do rio ~~Uraricoera~~ Surumu, na Fazenda São Raimundo, de propriedade da firma J.G. Araujo & Cia.

- 7)- LIMITES DA FAZ. NAC. DE SAO MARCOS COM J.G. ARAUJO & CIA.:- Em cumprimento ao item a) de minhas atribuições específicas, comunico que procurei a firma J.G. Araujo & Cia. e não puzeram, os seus componentes, dúvida alguma quanto ao entendimento dos limites entre as terras de São Marcos e as de propriedade da referida firma. Os limites indicados por V.Sa. serão obedecidos naquilo que o terreno favorecer, logo que seja feito o levantamento perimetral da Fazenda Nacional, a iniciar-se do marco geodésico colocado pelo saudoso Marechal Rondon. Esse levantamento já foi contratado pelo atual superintendente da SPVERI, Sr. Alberto Pizarro Jacobina, ficando eu supervisionando o referido levantamento topográfico. Tal serviço deverá ser iniciado agora no período da estiagem. Poderá o mesmo ficar pronto em seis meses caso não ocorram contratempos ou anormalidades imprevistas. Os americanos arrendatários das terras de J.G. Araujo & Cia., pretendem construir cercas nos limites, sendo portanto de grande alcance que tomemos a iniciativa da demarcação dos nossos limites e finquemos os marcos principais. Não existe problema para os limites Sul, Leste e Oeste, pois que são naturais e indiscutíveis. Mas, para os limites do lado norte, entre a margem direita do Surumu e a esquerda do Parimé, surgirão possivelmente algumas dúvidas, pois entre dezenas de fazendas de outros criadores, existem as seguintes da firma supra referida: Fazenda São Sebastião, Rosa Branca, Moreninha, Ponta da Serra do Maruai, Maruai, Bonfim e Jutai, com um total de umas doze mil rêsas bovinas, além de suínos, muas, ovinos, etc. Os americanos não terão como obstar a nossa demarcação e terão que fazer suas cercas nos limites por nós traçados.

- 8)- INTRUSOS NAS TERRAS DA FAZ. NAC. de SAO MARCOS:- Em cumprimento ao item b) de minhas atribuições específicas, devo informar que o assunto dêsse item é o problema mais sério dentre os demais que me foram conferidos. Não me tem sido fácil obter que os dois intrusos, Srs. Raimundo Lima e Dirson Cruz, se retirem amigavelmente das terras da Faz. Nac. de São Marcos, que ocupam há vários anos e onde mantêm agricultura e pecuária, <sup>além de</sup> ~~sem~~ contudo terem construído residência. Consta que o cunhado de um deles está apressadamente tirando madeira para fazer uma casa com urgência. A atitude é sintomática. Alegam eles, entre outras razões, o fato de nunca terem sido molestados por quem quer que seja. Certo eles perderão em qualquer questão judicial, pois a Faz. Nac. é proprietária se-



cular daquela região e isso é público e notório. O S.P.I. pretende fazer um cercado para o seu depósito de bois e isso feito será praticamente a expulsão dos referidos intrusos que terão de se retirar. Eles desejam fazer propostas de acordo ao S.P.I., o que prova que não se sentem muito garantidos em suas pretensões. V.Sa. diz em suas instruções no referido item c), que se eles não atenderem às nossas ponderações amigáveis, "sofrerão uma ação judicial de reivindicação de posse". O Superintendente da SPVERI informou-me, certa vez, que V.Sa. não costuma aceitar propostas de acordo sem ser dentro do processo judicial de reivindicação de posse, promovido pelo S.P.I.. Sendo assim, consulto a V.Sa. como deverei prosseguir. Resolvendo V.Sa. pela ação judicial de reivindicação de posse, o assunto já escapará à minha alçada e caberá a V.Sa. dar instruções ao corpo jurídico do S.P.I. para dar início à mesma. Sob o assunto constante deste item, aguardarei a contestação de V.Sa.

- 9)- ASSISTÊNCIA TÉCNICA:- Quanto à minha assistência técnica aos trabalhos agro-pecuários da Fazenda Nacional de São Marcos, agora é que se vai iniciar o período próprio à minha atuação, pois estão se processando as colheitas das plantações antigas e se vão processar as novas plantações. Tendo saído agora uma partida de 250 bois dos campos de São Marcos, chegará a época propícia a uma nova campanha, quando poderei tomar conhecimento da real situação e orientar de acordo com as possibilidades. Contudo estou sempre em contato com os Senhores Jacobina e Gilberto, de modo a que os serviços possam correr bem entresados e em perfeita harmonia de vistas.

Sem mais,

Atenciosamente,

*Dr. Dorval de Magalhães*  
Dr. Dorval de Magalhães



④

Ilmo. Snr. Chefe da Circunscrição Regional do Instituto Brasileiro de  
Reforma Agrária - IBRA.

6834  
BIB

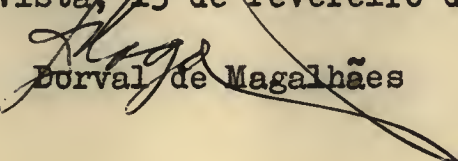
(Cópia)

DORVAL DE MAGALHÃES, superior Delegado do Serviço de Proteção aos Índios, neste Território, vem a presença de V. Sa. solicitar que se digne conceder a isenção do Imposto Territorial Rural, para os seguintes silvícolas, na conformidade das Leis e dos documentos anexos.

ABEL RAPOSO, tuchaua da Maloca da Raposa, DP código 46/01/001/01364, LINO A. EVARISTO, Tuchaua da Maloca do Chumina, DP código 46/01/001/01050, DUARTE DE LIMA, Tuchaua da Maloca Aratânia, DP código 46/01/001/050 e DAMÁSIO GALÊ, Tuchaua da Maloca do Perdiz, DP código 46/01/001/01566.

Nestes Termos,  
P. Deferimento.

Boa Vista, 13 de Fevereiro de 1967.

  
Dorval de Magalhães

Boa Vista, 19 de fevereiro de 1966

Ilmo. Snr. Major-Aviador,  
LUIZ VINHAS NEVES,  
D. D. Diretor do S.P.I.,  
Brasília.

Face a sérios incidentes surgidos neste Território, por ocasião do registro de propriedades rurais no IBRAR, consideramos que nas inscrições de pecuaristas ou agricultores geralmente são incluídas terras de malocas ou áreas tipicamente indígenas, cumpre-nos vir a sua presença para solicitar, encarecidamente, a devida assistência jurídica.

Julgamos, Senhor Diretor, que a providência mais prática seria a vinda de um advogado, com a finalidade de regularizar essa situação que está a exigir a mais pronta e enérgica medida em prol da causa do índio.

Na oportunidade cumpre-nos informar a V. Sa. que o atual Governador deste Território, Ten.-Cel. Av., Dilermando Cunha da Rocha, dará integral cobertura a essa iniciativa, segundo podemos deduzir de suas constantes atitudes em casos em que estão envolvidos interesses dos índios.

Estamos certos, Senhor Diretor, que V. Sa. saberá compreender o nosso dramático apelo, considerando-o como matéria de pronta deliberação.

Atenciosamente,

*Dorval de Magalhães*  
Dorval de Magalhães  
Superior-Delegado do S.P.I. no Território de Roraima.



6836  
BIA

6

Boa Vista, 12 de agosto de 1966

Exmo. Snr. Diretor do SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS,  
Brasília.

Senhor Diretor,

Com a devida vênica cumpra-nos expor a V. Excia. o seguinte:

1- Em princípio do corrente ano solicitamos a essa Diretoria e à Ia. Inspetoria Regional a devida assistência jurídica a fim de que fôsse possível defendermos os interesses dos indígenas d'este Território, que viam suas posses ameaçadas por fazendeiros que no IBRA estavam legitimando suas propriedades.

Felizmente fomos plenamente atendidos pela Inspetoria Regional do Amazonas, com a vinda de um advogado. Aduzindo outras medidas das autoridades do Território, que nos atenderam com boa vontade, tomamos as primeiras providências para resguardar as terras indígenas.

No próximo verão, a partir de setembro, continuaremos a demarcação dos lotes de terras pertencentes ao S.P.I. e malocas indígenas, contando ainda com a indispensável colaboração do Governador Dilermando Cunha da Rocha, amigo intransigente da nobre causa indígena.

2- Agora voltamos a sua presença, como já nos dirigimos à Inspetoria Regional do Amazonas para solicitar a criação, com a maior brevidade possível, de um Posto na região do baixo rio Mucajaí, a fim de assistir os índios do grupo etnográfico Porate-ri daquele rio e do Apiaú.

Justifica-se plenamente essa medida pelo fato de esses índios virem insistentemente procurando contato com os civilizados, moradores da região mencionada, conforme temos constatado várias vezes.





Nessas incursões, conforme é natural, eles insistem para prosseguir a viagem até esta cidade, o que muitas vezes têm conseguido, contra nossa vontade, pois conhecemos o Regulamento do S.P.I..

Durante a semana passada, por exemplo, tivemos que comparecer ao sítio de Elci Alves dos Reis, na margem esquerda do rio Mucajaí, conseguindo transporte com o Governo do Território (dois jipes), levando médico, Dr. Paulo Mota, enfermeiro, medicamentos, roupas e alguns objetos de uso pessoal. As roupas foram fornecidas pela Legião Brasileira de Assistência, graças à boa vontade de sua ilustre Presidenta, Exma. Snra. Da. Havany Herby Rocha.

3- Além dessa medida de emergência, faz-se indispensável, a fim de dar plena assistência aos indígenas deste Território, a criação e instalação de uma Inspetoria Regional nesta unidade federativa, o que é velha aspiração dos amigos da causa indígena.

Não é desconhecida, Senhor Diretor, a complexidade do problema indígena em nossa grande Pátria, o que é seriamente agravada pela conhecida deficiência de verbas orçamentárias com que conta o S.P.I..

Mas tudo isso, cremos, poderá ser solucionado pela alta compreensão dos homens públicos responsáveis pelo nosso destino.

Servimo-nos da oportunidade para apresentar a V. Excia. os nossos protestos de alto apreço e consideração.

Dorval de Magalhães  
Superior Delegado do S.P.I. em Roraima

Endereço: Caixa Postal, 144 -Boa Vista-RORAIMA





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Of. Nr 3 /66

Em 27-2.66

Do Encarregado da Ajudancia de São Marcos

AoM.D. Dr. Durval De Magalhães DELEGADO DE INDIOS T.F.de Roraima.

Assunto Solcitação (Faz)

Presado Senhor.

O portador deste é o Tuchaua Damazio Galê, que vai expor a Vo.Sia problemas com relação as suas terras.

Esperando de V.Sia. as providencias cabiveis que o presado senhor sempre deu a referidos cazos com amor e desvelo, na defesa de nossos irmãos selvícolas.

R E S P E I T O S A M E N T E.

Subcrevo-me.

*Ivan Gadelha*

IVAN GADELHA -Res./pelo/ EXP.



68'39  
BJA

8

TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

D.E./Ofício N.º 241 /6 8

Boa Vista, T.F.R.

Em 17 de abril de 1968

Senhor Diretor:

Esta Diretoria tem recebido da parte de Vossa Senhoria valiosíssima colaboração atinente a população indígena matriculada e que frequenta as diversas escolas situadas nas regiões interioranas dêste Território. Por outra parte, vimos recebendo constantemente importante orientação sobre assuntos alienígenistas. Agora mesmo, estamos nos valendo da sua grande experiência sobre o tema em questão, nos preparativos para as comemorações do "Dia do Índio", que terá lugar no interior do parque das exposições agropecuárias, na próxima sexta-feira, 19 do mês em curso.

Permitimo-nos pois, nesta ocasião, expressar a Vossa Senhoria o nosso profundo agradecimento, formulando os melhores votos pela sua integral saúde, extensivos à digníssima família.

Cordiais saudações.

CARTÓRIO



COELHO VOLTAIRE PINTO RIBEIRO

Diretor

Ilustríssimo Senhor

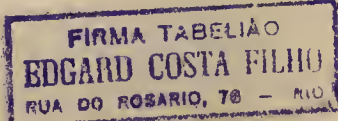
Doutor DORVALDE MAGALHÃES

N E S T A /

DEUSDETE COELHO  
TABELIÃO

VALÉRIO B. DE ARAÚJO  
SUESTITUTO

COMARCA DE BOA VISTA  
T. F. DE RORAIMA



Reconheço como verdadeira (s) a (s) firma (s)

assinalada (s) com esta mão:

Boa Vista, 24 de abril de 1968

Em testemunho da verdade

CARTÓRIO



COELHO

TABELIÃO



ALMOGADO DO REGISTRO DE IMOVEIS

REPUBLICA DA PARAGUAY

1964

1964

1964

...

...

7.º Ofício de Notas  
TABELIAO  
EDGARD COSTA FILHO  
SUBSTITUTO  
BERNARDINO J. DA CRUZ  
ESCREVENTES AUTORIZADOS  
Denilo Cacioli  
Cibelo de O. Maya  
ROSATI, 70  
22-5003  
FONE 24-1111

Reconheço a assinatura  
Valerio B. Delgado  
Rio de Janeiro, 8.5.64  
Em testemunho da verdade  
Alvaro  
Cota 0,25 cada - Tab. VIII 1.º e 2.º

...


(9)

6840  
B9A

TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA  
DIVISÃO DE PRODUÇÃO, TERRAS E COLONIZAÇÃO


A T E S T A D O

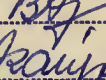
Atesto, a requerimento verbal do engenheiro-agrônomo DORVAL DE MAGALHÃES, que esta Divisão vem atendendo ao mesmo em diversas reivindicações em favor dos índios da região, especialmente no atinente às questões de terras quando em litígio com fazendeiros ou agricultores demarcando-as inclusive, tal como aconteceu com as áreas das malocas Tábua Lascada na região do Cantá e Babata na zona do Taiano.

CARTÓRIO Boa Vista, 10 de abril de 1968  
  
Cap. CARLOS AUGUSTO DE GOES E SILVA  
Diretor da D.P.T.C.

DEUSDETE COELHO  
TABELIÃO  
VALÉRIO B. DE ARAÚJO  
SUBSTITUTO  
COMARCA DE BOA VISTA  
T. F. DE RORAIMA

Reconheço como verdadeira (s) a (s) firma (s)

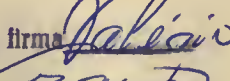
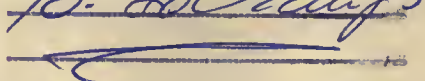
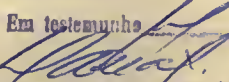
assinalada (s) com esta mão: 

Boa Vista, 24 de abril de 1968  
Em testemunho  da verdade

TABELIÃO

FIRMA TABELIÃO  
EDGARDO COSTA FILHO  
RUA DO ROSÁRIO, 76 - RIO

7.º Ofício de Notas  
TABELIÃO  
EDGARDO COSTA FILHO  
SUBSTITUTO  
BERNARDINO J. DA CRUZ  
ESCRIVENTES AUTORIZADOS  
Danilo Canellini  
Cilene de O. Maya  
ROSÁRIO, 76  
22-5063 — 23-2504  
ESTADO DA GUANABARA

Reconheço a firma   
  
Rio de Janeiro, 8.5.68  
Em testemunho  da verdade  
Cota 9,25 cada - Tab. VII Ata nº 6



6841  
B9A

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço os poderes da Procuração que me foi outorgada em 24 de abril de 1968 por DORVAL DE MAGALHÃES, brasileiro, casado, Engenheiro-Agrônomo nível 21, do Quadro Permanente do Território Federal de Roraima, domiciliado e residente na cidade de Boa Vista, Capital do mesmo Território, na rua Júlio Bezerra, sem número, ao Dr. NEWTON LOBO DE CARVALHO, brasileiro, casado, Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob nº 6991, com escritórios na rua Manuel de Carvalho, nº 16, 9º andar, nesta cidade, sem reserva de poderes.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1968

*Hélio Magalhães de Araújo*  
HÉLIO MAGALHÃES DE ARAÚJO.

6842  
BJS

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO INSTAURADA PELA  
PORTARIA Nº 78, DE 22.3.68, DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DO INTERIOR

DORVAL DE MAGALHÃES, pelo seu procurador infra assinado, tendo sido notificado por telegrama a apresentar defesa nos autos do processo a que estaria respondendo perante essa Comissão de Inquérito, vem requerer, nos termos do artigo 222, § 3º do EFPCU, prorrogação do prazo que lhe foi concedido, tendo em vista que, domiciliado e residente na cidade de Boa Vista, Capital do Território de Roraima e não lhe sendo possível deslocar-se a esta Capital, necessita realizar diligências imprescindíveis para colher elementos de prova indispensáveis a sua defesa.

Têrmos em que  
P. e E. Deferimento.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1968

Antônio de Barros



PROCURAÇÃO

*fonte-se ao  
pelo cesso*

*(Signature)*

DORVAL DE MAGALHÃES, brasileiro, casado, Engenheiro-Agrônomo nível 21, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Governo do Território Federal de Roraima, residente e domiciliado em Boa Vista, capital do mesmo Território, à rua Cap. Júlio Bederra s/n, por este instrumento de Procuração que vai devidamente assinado, designa e nomeia seu bastante procurador o cidadão HÉLIO MAGALHÃES DE ARAÚJO, brasileiro, casado, contador, residente à rua Gustavo Sampaio, nº 610, Aptº 601, Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, para o fim especial de apresentar defesa escrita no processo administrativo a que o signatário responde no Ministério do Interior, devendo, para fiel desempenho de seu mandato adotar todas as medidas que julgar compatíveis, na forma da legislação vigente do País, para o que dá plenos e absolutos poderes, inclusive subestabelecer a presente, se assim fôr conveniente.

Boa Vista, 24 de abril de 1968

CARTÓRIO  
COELHO

*Dorval de Magalhães*

DEUSDETE COELHO  
TABELIÃO  
VALÉRIO B. DE ARAÚJO  
SUESTITUTO  
COMARCA DE BOA VISTA  
T. F. DE RORAIMA

Reconheço como verdadeira (s) a (s) firma (s)

assinalada (s) com esta mão:

CARTÓRIO

COELHO

Boa Vista, 24 de abril de 1968  
Em testemunho *B. B.* da verdade

TABELIÃO

FIRMA TABELIÃO  
EDGARD COSTA FILHO  
RUA DO ROSÁRIO, 76 - RIO

7.º Ofício de Notas  
TABELIÃO  
EDGARD COSTA FILHO

SUBSTITUTO  
BERNARDINO J. DA CRUZ

ESCREVENTES AUTORIZADOS

Danilo Canali  
Cibele de O. Moya

ROSÁRIO, 76

23-5333 — 23-2504

LUTALO DA GUANABARA

Reconheço a firma

*Edgard Costa Filho**(Signature)**(Signature)*

Rio de Janeiro, 25-568

Em testemunho *(Signature)* da verdade

Cota 0,25 cada - Tab. VIII Ato n.º 1



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA  
SERVIÇO DE RADIOCOMUNICAÇÕES  
RADIOGRAMA

CARIMBO

6844  
396

ENDEREÇO

SR DORVAL MAGALHÃES

FUNCIONÁRIO DO TERRITÓRIO

FED RORAIMA

BV

INDICAÇÕES  
DE  
SERVIÇO

PREÂMBULO

R I O

105

180

16,55

RECEPÇÃO

-jm rz

s/2

17,55

*Tratado ao processo*

TEXT  
O  
E  
A  
S  
I  
N  
A  
T  
U  
R  
A

DE ORDEM DO SR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO INSTAURADA PELA PORTARIA NR 78 VG DE 22 DE MARÇO DE 1968 VG DO EXMO. SR MINISTRO DO INTERIOR VG PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO VG SEÇÃO I PARTE I VG / FLS 2647 VG DE 1 DE ABRIL DE 1968 VG FICA VS CITADO PARA VG NO PRAZO DE 20 DIAS VG APRESENTAR DEFESA ESCRITA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO A QUE RESPONDE NESTE MINISTÉRIO VG NA FORMA DO ARTIGO 222 DO ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DA UNIÃO PT AINDA NA FORMA DO CITADO ARTIGO SER-IHE-ADADO VISTA DOS AUTOS DO PROCESSO VG NOS DIAS ÚTEIS VG DAS OITO E TRINTAS ONZE E TRINTA E DE QUATROZEE E TRINTA AS DEZÉITO E TRINTA HORAS VG NA ANTE-SALA DO GABINETE DO SR MINISTRO VG SITUADA NA PUA DAS PALMEIRAS NR 55 VG NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO VG ESTADO DA GUANABARA PT O REFERIDO PRAZO COMEÇARÁ A FLUIR A PARTIR DO DIA 18 DO CORRENTE MES VG INCLUSIVE PT SD = BEATRIZ GOFINI DE ALMEIDA SECRETARIA DA COMISSÃO DE INQUÉRITO



DR. AUGUSTO WALDRIGUES  
DR. NOGUEMAR ALVES NOGUEIRA

Advogados

Rua José Loureiro, 133 - 17º andar - sala 1.708  
CURITIBA - Fone: 4-9893 - PARANÁ

6845  
BjB

EXMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

VITOR MINAS TONOLHER CARNEIRO, brasileiro, casado, funcionário público federal, ocupante do / cargo de Agente de Proteção aos Índios, 5-A, do extinto SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, atualmente, lotado no Posto "CACIQUE CAPANEMA", Município de Manguaçu, Estado do Paraná, onde é residente e domiciliado, por seu advogado e bastante procurador, adiante assinado, "ut" instrumento de mandato // incluso ( doc. nº 1 ), nos autos do Processo Administrativo instaurado pela Portaria Ministerial nº 78, de 22 de março/ de 1968, do Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, em cumprimento ao respeitável despacho de V. Exª. constante do ofício sem número de 10 de abril do corrente ano, e, nos termos do disposto no artigo 222, § 1º, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 ( Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União ), vem, com todo o acatamento, perante V. Exª., dentro no prazo legal, apresentar a sua

DEFESA

Por esta e melhor forma de direito

E. S. N.

PROVARÁ

a) - Preliminarmente

Wm. D. H. H. H.



a) - Preliminarmente

1ª) - Que o defendente está indiciado no presente Processo Administrativo por ter sido acusado da prática dos seguintes ilícitos administrativos e penais:

a) Troca de índios para trabalhos escravos em proveito, juntamente com JOÃO GARCIA DE LIMA e RAUL DE SOUZA BUENO ( fls.1720 );

b) Conivente nos crimes de JOSE FERNANDO DA CRUZ, pois confessou haver com êle estudado irregularidades sem denunciá-lo ( fls. 2.498 ).

2ª) - Que, nenhuma dessas acusações resultou provada e suficientemente demonstrada, nos presentes autos, eis que, ou são graciosas, ou foram feitas por vingança pessoal, ou, ainda, por pessoas irresponsáveis, que jamais conseguirão provar sua atitude;

3ª) - Que o defendente conta, em seu favor, dezenove anos de efetivo exercício na função pública, / dos quais, cinco anos e oito meses ( 5 anos e 8 meses ), no Exército Nacional, onde sempre demonstrou exemplar conduta e comportamento sem qualquer mácula;

4ª) - Que, no Serviço de Proteção aos Índios, fundou um Pôsto de Proteção aos Índios, dedicando / toda sua vida ao bem-estar e amparo dos silvícolas;

5ª) - Que nunca foi processado, quer administrativa, quer criminalmente, e sua folha de serviço é esmerilhada de toda e qualquer mancha;

6ª) - Que, ent, digo, em tais condições, o defendente protesta, preliminarmente, pela sua total e absoluta INOCÊNCIA, no presente processo, desafiando aos seus acusadores e detratores a que provem documental e testemunhalmente as suas acusações, sob pena de serem processados criminalmente, na forma do Estatuto Penal brasileiro;

7ª) - Que, finalmente, o defendente é casado, pai de dois ( 2 ) filhos, e sempre cumpriu religiosamente, com todos os seus deveres sociais, funcionais e políticos, nada havendo que o incrimine e que desabone a sua conduta;

Weymss & Weymss



conduta;

8º) - Que, data venia, deseja salientar, desde logo, que tudo quanto consta do presente Processo, relativamente ao acusado, não passa de intrigas decorrentes da vilania de certos elementos que, por falta de coragem e de ombridade, aproveitaram-se da atual situação por que passa a instituição a que pertencem para caluniar, difamar e vilipendiar seus colegas, num gesto somente próprio de covardes e desfibrados;

9º) - Que, finalmente, no uso da prerrogativa constitucional do DIPEITO DE DEFSA, o defendente / provará que é INOCENTE e que não cometeu os delitos e irregularidades de que é acusado.

b) - De Meritis

Cabe, aqui, examinar e demonstrar, através de provas documentais robustas e insuspeitas a inocência do defendente, que, como acentuou, nenhum crime ou delito, ou mesmo, simples irregularidade praticou no desempenho das difíceis e espinhosas funções que exerceu durante longos anos, junto ao Serviço de Proteção aos Índios.

1. TROCAS DE ÍNDIOS E TRABALHO ESCRAVO

Mentirosa e inconsistente é a declaração, com a acusação ao defendente, de haver feito TROCA de índios, com o fim de os empregar em TRABALHOS ESCRAVOS.

Mesmo porque, se o defendente desejasse ou fôsse de seu feitio, tal atitude, não teria necessidade de promover trocas dos sílvícolas para êsse fim: bastava que os obrigasse à escravidão. Nada mais.

A inclusa "Declaração", subscrita pelo Capitão da Polícia Indígena e outros elementos da mesma, além da palavra insuspeita do atual Chefe do Posto Indígena "Manoel Ribas" ( doc. nº 2 ), confirma e ratifica, integralmente a palavra do defendente e a sua total inocência a respeito das irregularidades de que foi, levianamente, mentiroamente, acusado.

O que, realmente, houve, foi que o defendente, durante sua administração, promoveu e fez roças, para o fim de plantar e produzir aquilo que os próprios índios necessitavam para a sua alimentação e bem-estar, como

Moynihan J. Moynihan



como prova o incluso documento ( doc. nº 3 ), declaração tomada na presença do atual Chefe do Pôsto Indígena "José Maria de Paula", de Guarapuava, no qual se diz, espontâneamente e sem qualquer espécie de coação ( uma vez que o defendente , mesmo que o quizesse, não tem autorização, nem poderes para isso ) apenas a verdade, sòmente a verdade a respeito dos / fatos.

Enfim, as roças e plantações levadas a efeito durante a administração do defendente, foram feitas em benefício dos silvícolas, sem qualquer espécie de coação e, muito menos de trabalho escravo.

É o caso dos sessenta ( 60 ) alqueires de roça no Pôsto "José Maria de Paula", em Guarapuava, como se depreende da declaração inclusa do então Coronel e Capitão do extinto "Posto Boa Vista" ( doc. nº 4 ).

Confirmam e ratificam as palavras do defendente, nesse sentido, as declarações de dois ( 2 ) Inspectores de Quarteirão ( docs. nºs. 5 e 6 ), que isentam, de maneira insuspeita o defendente das acusações que lhe foram assacadas por elementos sem caráter e sem qualificação.

Finalmente, a palavra honrada e imparcial do Revmo. Pe. Frei VITO BERSCHIED, DD. Vigário da Paróquia de Chopinzinho ( doc. nº 7 ), encerra a prova documental daquilo que o defendente traz, para êstes autos, em seu favor.

Data venia, Sr. Presidente, com estas provas, caem por terra as acusações contra o defendente. Ficam, assim, de forma robusta, desmascarados os seus acusadores e detratores.

## 2. CONIVÊNCIA NOS CRIMES DE JOSÉ FERNANDO DA CRUZ

Neste particular, o defendente não pode aqui negar as declarações que prestou perante a Comissão de Sindicância.

Todavia, deseja ressaltar aqui que não o fez por má-fé, nem com espírito de emulação, uma vez que, naquela época, nada tinha contra JOSÉ FERNANDO DA CRUZ, que era seu superior e com quem falou apenas três ou quatro vezes.

Quer, agora, contudo, ressaltar e esclarecer o seguinte:

Magnum & Mofna



o seguinte:

- a) não sabia e não sabe até agora quais os CRIMES cometidos por JOSÉ FERNANDO DA CRUZ;
- b) quando perguntou ao mesmo o que havia de verdadeiro a respeito dos comentários sobre a sua administração, recebeu a resposta de que ganhava bem e sua mulher ganhava milhões e que nenhuma irregularidade estava / praticando na sua gestão;
- c) nunca soube, com certeza, que aquele funcionário estivesse, realmente, cometendo crimes e irregularidades;
- d) nestas condições, não tinha elementos e nem estava em condições de denunciar seu chefe, só por ouvir dizer;
- e) o artigo 217 do Estatuto dos Funcionários Públicos da União fala em AUTORIDADE que tiver conhecimento de irregularidade e, no caso, quem era AUTORIDADE era JOSÉ FERNANDO DA CRUZ e não o defendente;
- f) além disso, o Estatuto NÃO OBRIGA ninguém a mentir, delatar ou denunciar irregularidades; ad orbi, digo a obrigação de instaurar processo administrativo é da competência das AUTORIDADES e o defendente era subalterno, não autoridade.

d) - Conclusão

À vista do exposto e mais que, dos autos consta, Sr. Presidente, não há que falar em CONIVÊNCIA CRIMINOSA. Data venia maxima, é absurdo o que consta, nesse sentido, dos presentes autos. Não é crível que um funcionário seja condenado pelo fato de NÃO TER DENUNCIADO seu Chefe por irregularidades que não passava de diz-que-diz-que e que nenhuma prova existia sobre a verdade.

Onde, Sr. Presidente, o poder de quem quer que seja de obrigar a alguém mentir, delatar e denunciar

Wegener'sche Kugel



denunciar colegas e chefes de trabalho e de repartição, só porque ouviu dizer que tal pessoa está cometendo irregularidades?

Datissima venia, parece correto que se responsabilize os que devem, mas não que, digo, não os que nada sabem e não estavam em condições de acusar ou denunciar seus atos, por não serem do seu conhecimento.

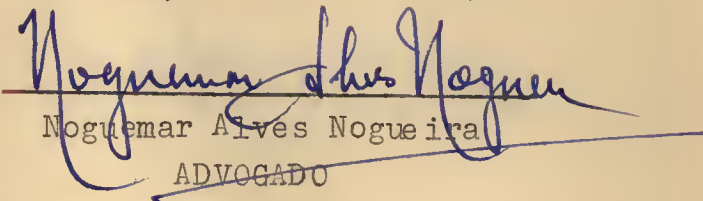
E o defendente não sabia e continua não sabendo nada a respeito das atividades de **JOSE F. DA CRUZ**.

Ex positis:

O defendente pede e espera que V.Exa haja por bem mandar EXCLUIR seu nome do presente Processo Administrativo, por ser inocente e nada ter a ver com as irregularidades que, porventura, tenham sido cometidas no Serviço de Proteção aos Índios. Pede, assim, a sua absolvição das irregularidades de que foi leviana e caluniosamente denunciado.

Nestes termos,  
P. deferimento.

Curitiba, 6 de maio de 1968

  
Noguemar Alves Nogueira  
ADVOCADO

ROL DE TESTEMUNHAS

1. Máximo Provin - Laranjeiras do Sul, Pr.;
2. Gilberto Dalago - Laranjeiras do Sul, Pr.;
3. José Gazziero - Laranajeiras do Sul, Pr.;
4. Emilio Bee - Laranajeiras do Sul, Pr.

Norman D. Rogers



Doc. n.º 7

6851  
8/10

Chopinzinho, 5-V-1968

Atesto que o Sr. Vitor Menes  
Tonelheiro Carneiro sempre exerceu  
o seu cargo de diretor do Posto dos  
índios com dedicação; que tratou os  
índios com delicadeza, levando os  
doentes ao médico e comprando  
remédios para os mesmos; que cuidou  
para que não faltasse alimento e  
roupa aos índios e influir nos  
mesmos para que trabalharem nos  
lavouras no interesse dos próprios  
índios.

fi  
E para qualquer coisa sempre a  
bela de verdade

Chopinzinho 5-V-1968  
Pe. Vito Buschert, O. S. A.



Recebido  
8/10

Reconheço a firma supra de Frei Vito

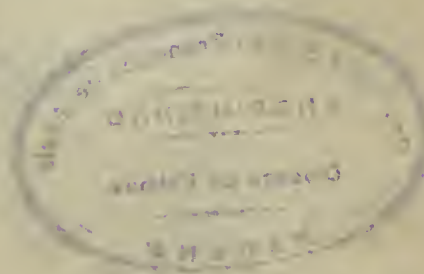
Berscheid

e dou fe

Chopinzinho, 6 de maio de 1968.

Em testemunho ~~da~~ da verdade.







Declaração de Índios do Pos-  
to Indígena "Interpretor Manoel  
Ribeira" de Laranjeiras do Sul, PR.

Declaramos a quem da verdade e para  
fins jurídicos - qualquer fim - que  
o Sr. Vitor Meinas Tomollee Carneiro, ex-  
Chefe do Posto Indígena "Boa Vista", ora  
extinto, nunca tratou índios e, mui-  
to menos, fez qualquer trocados (co-  
cas) com o Sr. Paul de Souza Bueno,  
também ex-Chefe do Posto Indígena  
"Interpretor Manoel Ribeira", situado em  
Laranjeiras do Sul, Paraná.

Outrossim, jamais fomos escravizados,  
quer dentro ou fora, de nossas re-  
servas indígenas, pelo Sr. Vitor Meinas  
Tomollee Carneiro, acima citado.

E por ser verdade, nós, componen-  
tes da Polícia Indígena deste Pos-  
to, assinamos a presente Declaração  
com consentimento do Sr. Chefe  
deste Posto, o qual assistiu a De-  
claração em referência. Declaramos  
que nunca houve troca de índios

Laranjeiras do Sul (PR), 2-05-968

Capitão da Polícia Indígena: - CAP.

Presente: - Alcides Pereira

Soldado: - Argemiro Fernandes

Soldado: - João Gonçalves

Soldado: - Angelino Tavares

Declaro que permito os indícios, fazem  
a declaração acima sem qualquer coação

Interpretor  
Cap. Chefe do Posto Interpretor Manoel Ribeira

Interpretor Manoel Ribeira  
de Laranjeiras do Sul, PR.

Do que dou fé Em testemunho da verdade  
Laranjeiras do Sul, 02 de maio de 1968

Manoel Ribeira

COMARCA  
LARANJEIRAS DO SUL - PARANÁ  
JOEL GOMES DE ANDRADE  
Tabelião

PARA FINS MILITARES ISENTO DE CUSTAS E SÉLOS

FIRMA - São Paulo  
Tabelião José Cyrillo  
Rua Barão de Paranaguá, 14-59

FIRMA  
TABELIÃO SPINOLA  
(ANTONIO PENAFIEL)  
Novo Palácio da Justiça  
Av. Erasmo Braga,  
RIO - GB.



Declaração de Índios do Pôsto Indígena "José Maria de Paula" do Município de Guarapuava, Paraná

Declaramos a bem da verdade e na presença do Senhor Tenente Chefe dêste Pôsto, que osservidores do extinto Serviço de Proteção aos Índios, VITOR MINAS TONOLHER CARNEIRO, ex-Chefe do extinto Pôsto Indígena "Bôa Vista", que pertencia ao Município de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, e JOÃO GARCIA DE LIMA, também ex-Chefe do Pôsto Indígena "José Maria de Paula", situado no Município de Guarapuava, Paraná, que, por ocasião da mudança dos Índios do Pôsto Indígena "BÔA VISTA", que estava sob a Administração do primeiro (VÍTOR MINAS TONOLHER CARNEIRO), fizemos, na verdade, 60 (SESSENTA) alqueires de roças, na Reserva Indígena dêste Pôsto, sob a orientação do segundo (JOÃO GARCIA DE LIMA), destinados, exclusivamente, á todos os Índios do extinto Pôsto (Bôa Vista) afim de evitar que viesse faltar mantimento, digo, generos de nosso consumo para o restante do ano, que, com a venda de produtos agrícolas, colhidos na referida roça, poderíamos passar, como efetivamente passamos, um ano de fartura; Declaramos mais (para qualquer fim), que nunca sofremos torturas, ou trabalho dentro e fora da nossa reserva indígena, determinado pelo referido VITOR MINAS TONOLHER CARNEIRO, ex-Chefe do Pôsto Bôa Vista; ou mesmo qualquer imposição que viesse viesse nos causar danos físicos ou materiais, pois que, fomos sempre tratados com respeito e muita consideração, além dos direitos que sempre tivemos na qualidade de assistidos do antigo Serviço de Proteção aos Índios.

Por ser verdade, assinamos a presente Declaração na presença do Sr. Chefe dêste Pôsto, como nos referimos acima, sem a mínima coação, a qual, fazemos na antiga qualidade de Coronel e Capitão do extinto Pôsto Indígena "Bôa Vista", declaração esta que vai assinada por outros Índios.

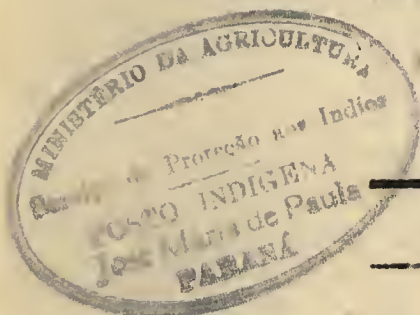
Pôsto Ind-ígena "José Maria de Paula"  
4 de Maio de 1.968.-

Genip lo Luiz Coronel-Trabalhador Nivel 1

Sebastião Cornelio-Trabalhador Nivel 1

*Atestamos que as declarações acima foram tomadas na minha presença, sem qualquer*

*coação. José Talarde J. Ch. do Pôsto*





Declaração de Índios do Pôsto Indígena "José  
Maria de Paula" do Município de Guarapuava, Paraná

Declaramos a bem da verdade e na presença do Senhor Tenente Chefe dêste Pôsto, que osservidores de extinto Serviço de Proteção aos Índios, VITOR MINAS TONOLHER CARNEIRO, ex-Chefe do extinto Pôsto Indígena "Bôa Vista" que pertencia ao Município de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, e JOÃO GARCIA DE LIMA, também ex-Chefe do Pôsto Indígena "José Maria de Paula", situado no Município de Guarapuava, Paraná, que, por ocasião da mudança dos Índios do Pôsto Indígena "BÔA VISTA" que estava sob a Administração do primeiro (VÍTOR MINAS TONOLHER CARNEIRO), fizemos, na verdade, 60 (SESSENTA) alqueires de roças, na Reserva Indígena dêste Pôsto, sob a orientação do segundo (JOÃO GARCIA DE LIMA), destinados, exclusivamente, á todos os índios de extinto Pôsto (Bôa Vista) afim de evitar que viesse faltar mantimento, digo, gêneros de nosso consumo para o restante do ano, que, com a venda de produtos agrícolas, colhidos na referida roça, poderíamos passar, como efetivamente passamos, um ano de fartura; Declaramos mais (para qualquer fim), que nunca sofremos torturas, ou trabalho dentro e fora da nossa reserva indígena, determinado pelo referido VITOR MINAS TONOLHER CARNEIRO, ex-Chefe do Pôsto Bôa Vista; ou mesmo qualquer imposição que viesse viesse nos causar danos físicos ou materiais, pois que, fomos sempre tratados com respeito e muita consideração, além dos direitos que sempre tivemos na qualidade de assistidos do antigo Serviço de Proteção aos Índios.

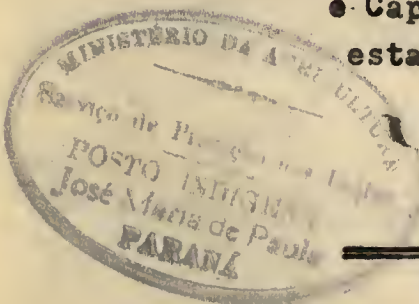
Por ser verdade, assinamos a presente Declaração na presença do Sr. Chefe dêste Pôsto, como nos referimos acima, sem a mínima coação, a qual, fazemos na antiga qualidade de Coronel e Capitão do extinto Pôsto Indígena "Bôa Vista", declaração esta que vai assinada por outros índios.

Pôsto Indígena "José Maria de Paula"  
4 de Maio de 1.968.-

Genipio Luiz Coronel-Trabalhador Nível 1

Sebastião Cornelio-Trabalhador Nível

A Teste que as declarações acima foram tomadas na minha presença, sem qualquer coação  
Ant. Telhada Ch. do Post.





DECLARAÇÃO

Declaro, para qualquer fim, que na qualidade de Inspetor Policial, que fui muitos anos no Distrito de Passo Liso, Município de Laranjeiras do Sul, Paraná, convivi muitos anos com índios pertencentes ao extinto Pôsto Indígena "BOA VISTA" (S.P.I.) atendendo solicitação do Sr. VITOR MINAS TOLHER CARNEIRO, então Encarregado do citado Pôsto, no sentido de salvaguardar interesses de seus assistidos (índios), observando o respeito que sempre teve para com aqueles índios, que tiveram em sua pessoa o Chefe amigo e compreensivo na defesa dos interesses de toda a Tribo. -

Outrossim, fui testemunha da mudança dos índios do referido Pôsto, para o de Guarapiava, também no Paraná, que se denomina "José Maria de Paula", onde foram feitos, sob a Administração do funcionário JOÃO GARCIA DE LIMA, naquela época Chefe do dêste Pôsto, ("Pôsto Ind. "José Maria de Paula"), 60 (SESENTA) alqueires de roçados, mais ou menos, que se destinavam aos índios de extinto Pôsto INDIGENA "BOA VISTA" do antigo Serviço de Protecção aos Índios.

A bem da verdade, e para desfazer qualquer dúvida a respeito de minhas Declarações, assino esta esta.

Laranjeiras do Sul (Pr.), 3 de Maio de 1.968.-

Ass.

Junival Alves Pires - Inspetor de Quarteirão e Municipal.

*Junival Alves Pires*  
*Junival Alves Pires*

Do que dou fé Em testemunha da verdade  
 Laranjeiras do Sul, 03 de Maio de 1968.

FIRMA - São Paulo  
 Tabelião José Cyrillo  
 Rua Barão de Paranapiacaba 14-24

COMARCA  
 LARANJEIRAS DO SUL - PARANÁ  
 JOEL GOMES DE ANDRADE  
 Tabelião

FIRMA  
 TABELIÃO SPINOLA  
 (ANTIGO FENAFIEL)  
 Novo Palácio da Justiça  
 Av. Eresmo Braga  
 RIO - GR.

4.º TABELIONATO  
 LAPORTE  
 Rua Mal. Floriano, 116  
 Curitiba - Pr.



DECLARAÇÃO PARA QUALQUER FIM

Declaro, para qualquer fim, que, residindo há mais de trinta(30) anos no distrito de Passo Liso (do município de Laranjeiras do Sul (Pr.)), e na divisa da Área Indígena do extinto POSTO "BOA VISTA", pertencente ao Serviço de Proteção aos Índios, onde o Sr. VITOR MINAS TONOLHER CARNEIRO foi Encarregado durante 10(DEZ) anos, do Posto em referência, nunca vi ou tive conhecimento de qualquer pessoa, que o aludido Encarregado tivesse maltratado índios sob sua orientação ou de outros Postos, pois, ao contrário, nas minhas visitas frequentes que fazia aquele Posto com o móvel de solicitar índios para comigo trabalharem em roçados nas minhas propriedades, tive oportunidade de ver, muitas e muitas vezes, a dedicação com que sempre teve para com aqueles selvícolas, dando assistência a medida dos recursos existentes no Posto. Declaro mais, que, por ocasião da extinção do Posto acima citado, o Sr. Vitor Minas Tonolher Carneiro teve o cuidado de, cumprindo ordem superior, mandar fazer 60(SESENTA) alqueires de roçados no Posto Indígena "José Maria de Paula" em Guarapuava (Pr.), destinados exclusivamente aos índios do extinto Posto, medida que tomou como salvaguarda do interesse da tribo (todos êles), já que, com esta medida evitaria, como evitou, que viesse faltar os produtos agrícolas necessários à sua alimentação. Tal roçados foi feito sob a orientação do Sr. JOXO GARCIA DE LIMA, então Encarregado daquele Posto (P.I. "José Maria de Paula"), sem que um ou outro, Vitor Minas Tonolher Carneiro e JOXO GARCIA DE LIMA, tivesse a mínima vantagem de qualquer natureza, de vez que acompanhei de perto as atividades do Sr. Vitor Minas Tonolher Carneiro e do Sr. JOXO GARCIA DE LIMA, o primeiro Encarregado do Posto Indígena "BOA VISTA" e o segundo do Posto Indígena "JOSE MARIA DE PAULA" situado no município de Guarapuava, Estado do Paraná.

Por ser verdade, assino esta Declaração, que faço livremente, sem qualquer interesse, a não ser o da verdade.

Laranjeiras do Sul (Pr.), 3 de Maio de 1.968,--

*Diderot Alves Patene*

Diderot Alves Patene Inspetor Policial em Passo Liso  
Município de Laranjeiras do Sul, Pr.

Reconheço verdadeira a assinatura de

*Diderot Alves Patene*

Do que dou fé Em testemunha da verdade

3 de maio de 1968

*Justificação*



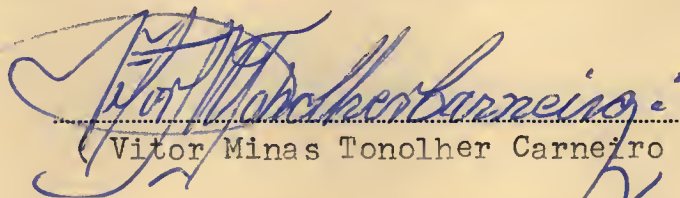
FIRMA - São Paulo  
Tabelião José Cyrillo  
Rua Barão de Paranaguá - 242

FIRMA  
TABELIAO SPINOLA  
(ANTIGO PENAFIEL)  
Novo Palácio da Justiça  
Av. Erasmo Braga,  
RIO - GB.

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, eu, VITOR MINAS TONOLHER CARNEIRO, adiante assinado, brasileiro, casado, funcionário público federal, residente e domiciliado em Manguueirinha, Estado do Paraná, nomeio(amos) e constituo(imos), em conjunto ou separadamente, sem obedecer à ordem de colocação de seus nomes, meus (nossos) bastantes procuradores os Drs. NOGUEMAR ALVES NOGUEIRA e AUGUSTO WALDRIGUES, brasileiros, casados, advogados, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, respectivamente, sob os números 3.320 e 2.926, com escritório à Rua José Loureiro, 133 - 1.º andar - salas, 101/2 fone, 4-6715, na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, a quem confiro(imos) amplos, gerais e ilimitados poderes, inclusive os constantes da cláusula "ad juditia", para o fôro em geral e, especialmente, para promoverem minha defesa no Processo Administrativo instaurado pela Portaria Ministerial nº 78, de 22 de março de 1968, do Senhor Ministro do Interior para apurar irregularidades ocorridas no extinto Serviço de Proteção aos Índios, e mais os poderes necessários para confessar, desistir, reconvir, firmar compromisso, receber e dar quitação, passar recibo, apelar e recorrer, transigir e substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Curitiba, 5 de maio de 1968

  
(Vitor Minas Tonolher Carneiro)

2.º Tabelião

J. A. Guimarães

H. A. P. P. P. P.

E. A. M. M. M.

Rua M. A. Deodoro, 126  
sobrelja - Fone 4-6977  
Curitiba - Paraná

Reconheço a firma

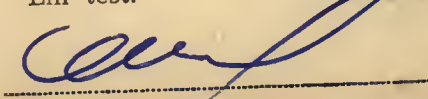
Vitor Minas Tonolher Carneiro

do que dou fé.

Ctba., 7 / 5 / 1968.

Em test.º "

" Verd.





6858  
3/6

RAZÕES DE DEFEZA

VITOR ISIDORO GUEDES, brasileiro, maior, solteiro, funcionário público federal do extinto S.P.I., domiciliado e residente nesta cidade a Rua Barão de Mesquita, 1091-B - Apt. 201 - Bairro de Andarahy - indiciado nessa Comissão de Inquerito, vem no prazo que a lei lhe assegura apresentar sua DEFEZA pelos motivos que a seguir expõe:-

O indiciado em data de 30.XII.964, recebeu na Tesouraria do Tesouro Nacional, como adiantamento a importância de CR\$350.000,00 antigos, importância essa que se destinava a atender despesas com os índios do litoral de Santos - Estado de S. Paulo - o que realmente foi feito tanto assim, que em JANEIRO de 1965, o indiciado remeteu a Diretoria do S.P.I., em Brasília, os documentos comprobatórios da despesa e consequente prestação de conta, a-fim-de serem remetidas ao Tribunal de Contas da União e Diretoria da Despesa Pública e a VIA do Arquivo da Repartição. Assim, o indiciado, certo de haver cumprido fielmente com o seu dever, deu como encerrado tal assunto. Que, para surpresa do indiciado, recebeu citação para apresentar defeza perante a douta Comissão de Inquerito e no mandado de citação soube que a mesma se prendia áquele recebimento. Que, o indiciado julga que o motivo de nada constar no S.P.I. quanto a sua prestação de conta foi o incendio que se verificou em Brasília, no Ministerio da Agricultura, e que devorou totalmente o arquivo do extinto S.P.I.. Diante de tal situação, quais as provas que o indiciado poderá apresentar? Só uma coisa lhe resta fazer. O recolhimento ao Tesouro Nacional da importância recebida. E, é, justamente, o que o indiciado acaba de fazer, conforme Guia de Recolhimento que o mesmo está anexando a presente (Doc. n. 1), pois o mesmo dado as alegações anteriores, não tem nenhuma possibilidade de apresentar documento hábil,



6859  
B/A

hábil, capaz de justificar a despesa realizada. Diante do exposto, cessada a causa, cessa o efeito, pois segundo a Lei penal brasileira e jurisprudência firmada por quasi todos os tribunais do Paiz " a simples reparação do dano extingue a PUNIBILIDADE".

Item II - É princípio rudimentar de direito "que quem alega prova! Assim, as aleivosias assacadas pelo denunciante Boanerges Fedegundos de Oliveira contra o indiciado, que o mesmo havia custeado os funerais de seu falecido pai, com dinheiro do S.P.I., refletem o caráter baixo de um indivíduo que em busca de salvação não teve pejo em tentar ~~maxx~~ macular a memória de um homem pobre, porém honesto, digno de todo o respeito, do qual me honro e orgulho de ser filho. O mencionado funeral foi custeado por meus tios, a pedido de minha genitora, a qual comprometeu-se a indenizá-los logo que a mesma recebesse o Auxílio Funeral que minha genitora tinha direito por morte de meu pai. Este assunto, Snr. Presidente, mesmo que tal tivesse acontecido, jamais deveria ter sido trazido a Comissão de Inquerito, porém, que Deus se apiede de tão miserável criatura. Quanto a acusação nada consta de concreto nos autos que provem a verdade contra o indiciado e se tal aconteceu, porque o snr. Boanerges Fagundes de Oliveira, a época do falecimento de meu pai, quando ocorreu a irregularidade mentirosa, o snr. Boanerges era Acessor do Diretor do S.P.I. e não denunciando a irregularidade incorreu nas sanções impostas a conivência passiva, pois soube da imaginosa irregularidade e não a denunciou. Dito isto, o julgamento pertencerá a Douta Comissão.

Pelo exposto, Snr. Presidente, nada de positivo se tendo apurado contra o indiciado, REQUEIRO, confiando no alto e elevado espírito de justiça de V.S., seja o meu nome EXCUIDO da relação dos indiciados nessa Comissão por ser um ato da mais pura e lida

J U S T I Ç A

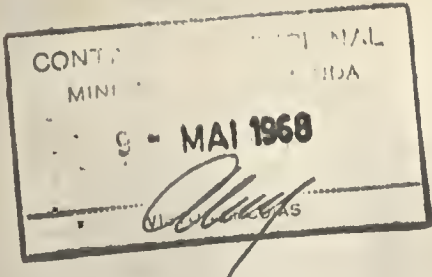
Rio (GB) 8 de maio de 1968.

por VITOR ISIDORO GUEDES

LUIZ GONZAGA DO RIO VERDE (Advogado-OAB(GB) nº 9039)



6860  
32/6



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

VIA

EXERCÍCIO DE 19.68

GUIA DE RECEITA

938

N.º

R Cr\$ 350,00

Aos cofres da Tesouraria Geral do Tesouro Nacional  
vai o Sr. Vitor Izidoro Guedes

recolher a importância de trezentos cruzeiros novos, digo Trezentos  
e cinquenta cruzeiros novos (R\$ 350,00)

proveniente de adiantamento ainda não comprovado, conforme processo n  
º 404 449/68

que deverá ser levada a conta da Verba 1.5.06.11

Rio, em 9 de maio de 19.68

Vitor Izidoro Guedes

Visto

Recebi a importância de

Trezentos e cinquenta cruzeiros

, a que se refere a presente guia,

em de de 19.

O Tesoureiro Geral

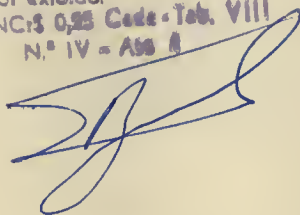
**11.º OFÍCIO DE NOTAS**  
RUA BUENOS AIRES N.º 47

1.º - DR. SERAPHIM GONÇALVES PINTO  
Substituto - DR. JOÃO NOBREGA DE ALMEIDA  
1.º Autorizado - EUNIPES RAMOS NOVAES  
2.º Autorizado - WALDEMAR BUENTES

RIO DE JANEIRO, - 9 MAI 1988

CERTIFICO e dou fé que a presente cópia  
fotostática e a reprodução fiel do original  
que me foi exibido.

Cota NC:3 0,25 Cade. Tab. VIII  
N.º IV = Ass. A





6861  
396P R O C U R A Ç Ã O

VICTOR IZIDORO GUEDES, brasileiro, solteiro, funcionário público, domiciliado e residente nesta cidade, à rua Barão de Mesquita, 1091, B, Ap. 201, pelo presente instrumento de procuração, nomea e constitui seu bastante procurador LUIZ GONZAGA DO RIO VERDE, brasileiro, casado, advogado, inscrito na O.A.B. (Seção do Estado da Guanabara) sob o nº 9039, com escritório nesta cidade, à Av. Franklin Roosevelt, 39-salas 1211/13, a quem confere amplos e ilimitados poderes para o Fôro em geral, com a cláusula "ad-judicia et extra" em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo-as até final decisão, usando e acompanhando todos os recursos legais, conferindo-lhe ainda poderes especiais para firmar compromissos ou acordos, transigir, confessar, desistir, receber e dar quitação e, substabelecer.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1968

Victor Izidoro Guedes

Reconheço a firma *Luiz Gonzaga do Rio Verde*

2 x 5 x 20

Rio de Janeiro

Em teste

da Verdade

OFÍCIO DE NOTAS  
ESTÓRIO (HUGO RAMOS)  
CARTÃO:  
CARMEN COELHO  
JUNIOR  
OS:  
COELHO

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO DO  
EXTINTO S.P.I.

CERISE STEIMBACK MACHADO, brasileira, ca  
sada, funcionária pública, em obediência  
à intimação recebida, vem, mui respeito-  
samente, apresentar defesa das acusações  
de fls., contestando-as nos termos e modo  
que se seguem.

I - LIMINAR

1. MARIA ARAÚJO DECLARA que "houve agressão no interior"  
do SPI, entre o Sr. NILO VELOSO e CERISE MACHADO, não sabendo quem  
o agressor ou o agredido". (fls. 891).-

2. ZENY DE CASTRO BORGES FAUSTINO, declara "que CERISE"  
possuía vários amantes: Nilo Veloso, Major Neves, Sgto. Helou e  
Boaneggas" (fls.894).

3. NEUSA MARIA DOS SANTOS, declara "haver forte comentá-  
rios e boates a respeito de aventuras amorosas contra pessoa de CE  
RISE, pivot de um propalado escândalo na Repartição, envolvendo  
funcionário e pessoa de sua família" (fls.899).

4. WALTER PRADO declara "que tem conhecimento de inciden-  
te ocorrido na Repartição, por questão sentimental, envolvendo os  
funcionários NILO e CERISE, mas que o depoente está certo da ino-  
cência de NILO VELOSO" (fls. 900).

5. LUIZ ARAUJO, depondo, declara que "quanto à agressão"  
sograda por NILO e CERISE, pela esposa do primeiro, não foi toma-  
da providência, apesar de ter sido comunicado ao Major, pelo de-  
poente" (fls.905).

6. DOCUMENTO, Rd 589 - 2/5/66, dirigido ao Sr. Diretor-  
Cel.CASTRO, em Curitiba, Paraná: "Conduta Cerise continua visível-  
mente suspeita face suas ligações, hoje verificadas. Perguntamos  
senhor Diretor, se adotamos medidas cogitadas ou se esperamos sua  
volta. a) LUIZ ARAUJO - Diretor Substituto." (Fls. 2153).

Estas, as acusações.

- Antes de digressar no mérito, seja reconhecido que boas  
e comentários de tal natureza surgem à miúdo em qualquer cole-  
tividade, cabendo aos ofendidos em sua reputação, promoverem o de-  
sagravo, - o que foi feito pela acusada, em tempo hábil, como adi-  
ante se verifica.

II - MÉRITO

1. - Todo o panorama prolatório, por sinal bastante tur-  
vo, que incide nos autos em relação à acusada, gira em torno de  
fato ocorrido em junho de 1965, com respeito a simples desinteli-  
gência funcional, entre a intimada e o Sr. NILO VELOSO, Diretor -  
Substituto, desinteligência brutalmente ampliada para termos de  
agressão.

1.1. Assim:

MARIM ARAÚJO (fls.891) "não sabe quem o agressor"  
ou o agredido", enquanto WALTER PRADO (fls. 900) "têm conhecimen-  
to do incidente, certo da inocência de NILO VELOSO"; porém, LUIZ  
ARAÚJO (fls.905), afirma que "a agressão partira da esposa de NI-  
LO VELOSO".

- Valeu a repetição de tais depoimentos para des-  
truí-los a si mesmo, diante das flagrante contradições.



## 2. Vejamos a VERDADE !

2.1. Por ocasião da desinteligência funcional, mencionada, entre a acusada e o Sr. NILO VELOSO, por objeto de serviço, de sinteligência ocorrida em junho de 1965 (repete-se), nenhum dos depoentes se encontravam presente. Por isto que seus depoimentos são "por ouvir dizer" e se contradizem.

2.2. Não havendo testemunha ocular da desinteligência, certamente houve quem percebesse a falácia, não sabendo, entretanto, qual o assunto focalizado.

Dai, os comentários desabrosos à reputação da acusada, comentários que chegaram ao conhecimento da esposa do Sr. NILO VELOSO, antes que a intimada deles tivesse conhecimento.

- Por isto, que foi a acusada interpelada pela esposa do Sr. NILO VELOSO, que só naquela oportunidade soubera da inter pretação maliciosa que se fazia em torno de um simples caso de exercício funcional. Interpelada e não agredida, é de proclamar-se havendo as explicações a contento.

## 2.3. A esta altura, indaga-se:

- a) - O Sr. Nilo Veloso agrediu Cerise?
- b) - Cerise agrediu o Sr. Nilo Veloso?
- c) - A esposa do Sr. Nilo Veloso agrediu Cerise ou a digníssima senhora agrediu a ambos?

3. Todavia, ciente da trama urdida, envolvendo a sua honra e a sua reputação, não poderia calar, a acusada, E assim, deu ciência do fato ao Sr. Major Neves, Diretor do SPI a essa oportunidade, e igualmente ao seu próprio esposo exigindo desafronta:

3.1. O Sr. Diretor do SPI, Major Neves, recomendou-lhe paciência, declarando que iria determinar providências para acabar com a "fofoca". E assim o fez...

3.2. O esposo da acusada, por seu lado, recebeu do Sr. NILO VELOSO ampla elucidação do ocorrido.

- E o incidente foi encerrado. A indiciada que trabalhava na SASSI, deu também o incidente como encerrado.

4. Quanto ao depoimento de ZENY DE CASTRO BORGES FAUSTINO (fls.894, já citadas), declarando que "CERISE possuía vários "amantes" a indiciada não vê provas cabais que a incriminem nesse ou noutro particular.

4.1. Afinada pelo mesmo diapásão dos demais acusadores, NEUSA MARIA DOS SANTOS (fls.899, citadas), ataca a reputação da intimada, declarando "haver comentários e boates de aventuras amorosas de CERISE". Como todos, declara "por ouvir dizer".

5. Ficam, dest'arte, destruídos os depoimentos de MARIM ARAUJO, ZENY DE CASTRO BORGES, NEUSA MARIA DOS SANTOS, WALTER PRADO e LUIZ ARAÚJO, que acusam "POR OUVIR DIZER", "POR HAVER BOATOS".

6. Resta da paisagem toldada, a apreciação do rádio 589, de 2/5/66, fls. 2153 citadas, dirigida ao Sr. Cel. CASTRO, qual se repete para melhor estimativa: "CONDUTA CERISE STEINBACK MACHADO CONTINUA VISIVELMENTE SUSPEITA FACE SUAS LIGAÇÕES HOJE VERIFICADAS. PERGUNTAMOS SENHOR DIRETOR SE ADOTAMOS MEDIDA COGITADA OU SE ESPERAMOS SUA VOLTA. As.) LUIZ ARAÚJO, DIRETOR-SUBSTITUTO."

6.1. Analisado o referido radiograma, cabem as perguntas :

- a) - Suspeita de que?
- b) - Ligações com quem?

Provavelmente não houve resposta.

6864  
B92

6.2. Certamente, com a expedição do radiograma em aprêço, objetivavam dizer uma coisa e face a redação dúbia, interpretaram outra.

7. Segundo os Cultores do Direito Administrativo e Acórdãos prolatados em sentenças no Tribunal Federal de Recursos, todos são unânimes na aplicação do estatuído na Lei nº 1.711/51 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO), in-fine que determina o direito da AMPLA DEFESA.

7.1. Em face de não ter sido a peticionária ouvida em termo de declarações, como estatuí o já mencionado Diploma Legal (Lei 1.711/51) a suplicante agui pela TOTAL NULIDADE DOS PRESENTES AUTOS.

7.2. ISTO POSTO, e fundada nos mais elementares princípios que governam o ordenamento jurídico, espera a indiciada sua exclusão do inquérito em aprêço, estabelecendo-se assim, o respeito à Lei, a crença no Direito e a Fé na

J U S T I Ç A.

Rio de Janeiro, RJ, 8 de maio de 1968

*Cerise Steimback Machado*  
CERISE STEIMBACK MACHADO.



Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo, instituída pela Portaria nº 78/68-MI.

BENAMOUR BRANDÃO FONTES, Agente de Proteção Aos Índios, nível 6-B, matrícula nº 1.989.878, lotado e com exercício na 8a. I. R. da Fundação Nacional do Índio, em Goiânia-Goiás, expõe e requer o que abaixo se segue.

1. Tomando conhecimento da citação que me foi feita por essa Comissão para apresentar defesa escrita no processo administrativo de que trata a Portaria nº 78, de 22 de março de 1968, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, desejo preliminarmente esclarecer que, por dificuldades financeiras para locomover-me, deixei de comparecer ao local aprazado, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guahabara, tendo entretanto encaminhado na oportunidade, em 30 de abril de 1968, pelo Correio, sob registro nº 88.147, requerimento solicitando prorrogação da data para minha apresentação de defesa, ocasião em que também juntei uma declaração, cuja transcrição anexo ao presente, fornecida pelo Sr. Major R/1, Jônatas Pereira da Costa, Chefe da 8a. I.R. da FUNAI, ao qual estou subordinado.

2. Persistindo as mesmas dificuldades financeiras, não obstante ainda não esgotado o prazo, com o desejo de colaborar para a rápida elucidação dos fatos no tocante à minha pessoa, conhecidos através o noticiário da imprensa e dos comentários públicos que dão conta de que, quando desempenhava as funções de Chefe da 1a. I. R., em Manaus-Amazonas, teria comprado mercadorias em determinada firma do Rio de Janeiro por preços muito superiores aos da praça de Manaus, e, ainda, que seria eu pessoa envolvida em venda ilícita de gado da fazenda São Marcos, no Território de Roraima e finalmente que na minha gestão não foram escriturados os livros contábeis da I. R., ante tão graves suspeitas e comentários, tenho a prestar os

prestar os seguintes esclarecimentos:

a)- efetivamente, na minha gestão, comprei mercadorias na firma Importadora Mundial de Ferragens S.A., do Rio de Janeiro, no Estado da Guanabara, num montante de Ncr\$ 6.060,30 e paguei de gestão de meu antecessor calculadamente Ncr\$ 10.000,00. Quando assumi a Chefia da I.R., em dezembro de 1963, procedi a uma verificação e conferência das mercadorias adquiridas pelo meu antecessor, constatando que tudo estava em ordem e assim capacitado o pagamento referido acima.

Ainda com referência às transações com supracitada firma, cumpre-me esclarecer que as compras por mim efetuadas, foram pagas posteriormente por meu sucessor.

No particular destas transações, é mister dizer-se que, na época, a situação do S.P.I. era de extrema dificuldade para adquirir mercadorias em soma elevada, <sup>em</sup> Manaús, sendo mesmo evidente o descrédito do órgão naquela praça, até mesmo na simples aceitação de proposta para fornecimento. Esta situação era resultante da não liquidação de compromissos assumidos por administrações passadas. Por outro lado a entrega de recursos àquela Inspetoria, geralmente era feita com o prazo para aplicação já praticamente vencido, obrigando então ao responsável detentor do suprimento a adquirir mercadorias e materiais com certa antecedência, conseqüentemente à crédito, em firma como àquela e outras que aceitassem porventura tais contingências.

Caso contrário, a verba seria recolhida e não aplicada, trazendo com isto situação que importava na não assistência ao índio em se tratando de um destaque específico.

Não havia assim, no meu entender, como realizar licitações, pois se de uma parte não ocorria interesse do comércio em cotar preços para o S.P.I., de outra, estava o responsável compelido a comprar por àquela forma naquela ou em outra firma que aceitasse a situação.

Deste modo a aplicação da verba, constituia para o responsável, um dilema inexorável

b)- no que diz respeito a venda de gado da fazenda São Marcos, no Território de Roraima, informo que a partir de 22 de outubro de 1964, àquela fazenda teve sua admi-

*Assinado*



sua administração subordinada diretamente à Diretoria do S.P.I. , em Brasília, conforme se verifica pelo rádio nº 908, cuja transcrição anexo ao presente, assinado pelo então Diretor na época. Esta providência foi imediatamente comunicada ao Sr. Gilberto Pinto de Figueiredo, encarregado da recuperação da aludida fazenda.

A partir desta data, fiquei isento de qualquer influência nas medidas póstas em prática pela Diretoria, bem como não tem cabimento a alusão de minha conivência na venda de bens da fazenda, porquanto, a alegada venda de gado, quando ocorreu já não mais desempenhava eu função de chefia naquela Inspetoria.

c)-Sobre a alegada falta de escrituração, tenho a informar que continuei a fazê-la nos mesmos livros adotados pelos meus antecessores, mandando as prestações de contas para a Diretoria do Serviço.

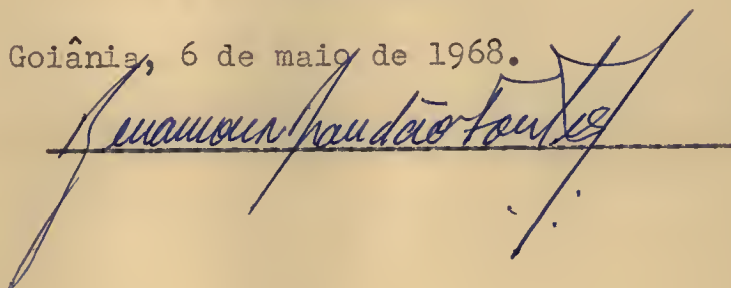
Ocorre que por ocasião de minha substituição na chefia da I.R., o representante da Diretoria para a transmissão do cargo, Sr. Rachid Helou, considerou imprópria a forma de lançamentos, mandando arquivar os livros em uso e adotando outro sistema em livros próprios. É provável que, digo melhor, devem existir nos arquivos da I.R. em Manaus, os livros substituídos, bem como as cópias de todas as prestações de contas, escrituradas nos mesmos.

Com esta exposição, REQUEIRO seja a mesma anexada nos autos do processo, dando-se-lhe a validade de um depoimento, face ao problema financeiro já exposto, que me priva de pessoalmente fazê-lo de pronto.

Têrmos em que

P. e E. deferimento.

Goiânia, 6 de maio de 1968.

  
\_\_\_\_\_  
Manoel Paudão Fontes

6868  
BPA

Ministerio do Interior  
S.P.I. - 8a. ININD

D E C L A R A Ç Ã O

O Major R/1, JÔNATAS PEREIRA DA COSTA, Chefe da 8a. Inspetoria Regional da Fundação Nacional do Indio (FUNAI), do Ministerio do Interior, em Goiânia, Estado de Goiás, atendendo solicitação verbal do Sr. BENAMOUR BRANDAO FONTES, Agente de Proteção aos Indios, nivel 6B, matricula nº 1989878, lotado e com exercício na Sede desta IR, DECLARO, que o referido servidor ainda não percebeu os seus vencimentos relativos aos meses de março e abril do ano em curso, em virtude da ordem de pagamento da Fundação Nacional do Indio, não haver sido autorizada até a presente data, para os servidores desta Inspetoria Regional, achando-se, o solicitante financeiramente, impossibilitado de locomover-se para atender a citação e apresentar sua defesa no processo administrativo na cidade do Rio de Janeiro, GB, conforme documento em seu poder.

Goiania, GO., 8a. ININD-FUNAI, em 30 de abril de 1968.

(ass) Jônatas Pereira da Costa- Major R/1.  
Chefe da 8a. I.R. da FUNAI

*[Handwritten signature]*

JTA/.



L 6869  
396

Ministério da Agricultura  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS  
Diretoria

SERVIÇO RADIO TELEGRAFICO

Manaus, 23 de outubro de 1964.

Procedencia - Brasilia

Nº 90 Pls. 60 Data 22 hs. 15

Recebido de PPI.21

Dia 23

As 15,40

Agrinind

Por CMF.

Manaus

Nº 908 - de 22.10.64 - Comunico-vos vg para devidos fins vg ordem serviço esta data vg subordinou esta Diretoria vg a Fazenda São Marcos pt Outrossim vg esta IR deverah dar conhecimento encarregado referida fazenda vg recomendando que as correspondencias e expedientes deverão ser encaminhados esta Diretoria pt Sds Agrindios Luiz Vinhas Neves - Diretor

Para o servidor Gilberto tomar conhecimento, em 26/10/64. B.B. Fontes

Chefe da Ia. I.R.

Ciente: Em, 26-10-64. Gilberto Pinto Figueiredo Costa

*B.B. Fontes*